

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**REDES DE COOPERAÇÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR DO SUL DE SANTA CATARINA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Reginaldo Ghellere

Santa Maria, RS, Brasil

2014

REDES DE COOPERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUL DE SANTA CATARINA

Reginaldo Ghellere

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Área de Concentração em Extensão Rural e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural.**

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Verardi Fialho

Coorientador: Dr. Luiz Carlos Mior

Santa Maria, RS, Brasil

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GHELLERE, REGINALDO

REDES DE COOPERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUL DE SANTA CATARINA / REGINALDO GHELLERE.-2014.

116 p.; 30cm

Orientador: MARCO ANTONIO VERARDI FIALHO

Coorientador: LUIZ CARLOS MIOR

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2014

1. COOPERATIVISMO 2. AGRICULTURA FAMILIAR 3. COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS I. VERARDI FIALHO, MARCO ANTONIO II. MIOR, LUIZ CARLOS III. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciência Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

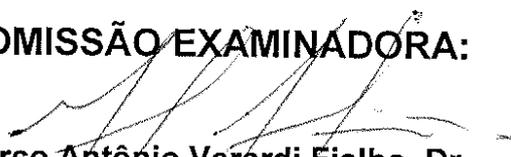
**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**REDES DE COOPERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUL
DE SANTA CATARINA**

elaborada por
Reginaldo Ghellere

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:


Marco Antônio Verardi Fialho, Dr.
(Presidente/Orientador)


Vicente Celestino Pires Silveira, Dr. (UFSM)


Dimas de Oliveira Estevam, Dr. (Unesc)

Santa Maria, 26 de agosto de 2014.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha filha, Rafaela, e à minha esposa, Luciana, que souberam compreender a ausência que o momento exigiu.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Armelindo e Santina, pelos ensinamentos, pelos valores, pela vida.

Aos irmãos e irmãs da família Ghellere e seus agregados, pela força transmitida nesse período tão difícil.

À Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), por conceder-me a licença para a realização do Mestrado em Extensão Rural.

À Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e à Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo auxílio financeiro em distintos momentos, colaborando para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao professor orientador Marco Antônio Verardi Fialho, pelas palavras e questionamentos, os quais fizeram ampliar o meu campo de visão.

Ao colega e coorientador Luiz Carlos Mior, que tantas vezes me socorreu.

A toda a Turma 2012 da Extensão Rural, em especial a Letícia, Milena, Filipe, Rodrigo, Benítez e Gustavo Pinto da Silva, pelos momentos alegres vividos em Santa Maria e arredores.

Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, por oportunizar um importante espaço de debates para o avanço do conhecimento.

Aos agricultores familiares e suas cooperativas, por me concederem informações tão valiosas.

Por fim, a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho e não estão nominalmente citados.

“Meu monumento estradas e trilhas
Minha saudade este tempo que vai
Este cerrito
Estes montes me guardam
E ainda guardam se um dia voltar pra ti.
Santa Maria me guarde estes montes
Que em suas fontes há som de oração
Santa Maria da Boca do Monte
Pra ti meu canto, acalanto e canção...”
(Música: Santa Maria. Autor: Beto Pires)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

REDES DE COOPERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUL DE SANTA CATARINA

AUTOR: REGINALDO GHELLERE

ORIENTADOR: MARCO ANTONIO VERARDI FIALHO

CO-ORIENTADOR: LUIZ CARLOS MIOR

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 26 de agosto de 2014.

Esta investigação versa sobre o papel das redes de cooperação da agricultura familiar na reprodução social das famílias de agricultores familiares. As redes de cooperação estudadas são delimitadas por cooperativas agropecuárias por produto e descentralizadas, localizadas no Sul de Santa Catarina. Desde sua colonização, principalmente italiana e alemã, a região possui um histórico de diversas cooperativas agropecuárias constituídas por produto agrícola, sendo que algumas delas possuem mais de 45 anos de funcionamento. A partir do ano de 2004, procurando atender as necessidades de comercialização de produtos processados pelos próprios agricultores, nos mercados local e institucional, são constituídas novas cooperativas agropecuárias no formato descentralizadas. Assim, o estudo teve como objetivo principal, analisar a importância das cooperativas agropecuárias por produto e descentralizadas para a reprodução social dos agricultores familiares associados às mesmas. Para tanto, foi feita uma pesquisa com vinte associados de quatro cooperativas agropecuárias, sendo duas por produto e duas descentralizadas. O estudo demonstrou que as cooperativas contribuem positivamente com as famílias associadas. Enquanto as cooperativas por produto conseguem ditar condições favoráveis de comercialização do mercado local aos agricultores sócios e também a não-sócios, bem como prestar apoio técnico e oferta de insumos, as cooperativas descentralizadas, por sua vez, viabilizam o acesso a diversos canais de comercialização aos seus associados a partir da formalização dos empreendimentos dos associados. Porém, mesmo com o reconhecimento dos benefícios da cooperativa, constatou-se que alguns cooperados não tem comercializado a totalidade de sua produção por meio das suas cooperativas. Isto resulta em perdas econômicas e sociais para as cooperativas e, respectivamente, para o conjunto dos associados.

Palavras-chave: Cooperativismo. Agricultura Familiar. Cooperativas descentralizadas.

ABSTRACT

Dissertation of Master Degree
Post-Graduation Program in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

FAMILY FARMERS COOPERATION NETWORKS IN SOUTHERN SANTA CATARINA

AUTHOR: REGINALDO GHELLERE

ADVISER: MARCO ANTONIO VERARDI FIALHO

CO-ADVISER: LUIZ CARLOS MIOR

Defense Place and Date: Santa Maria, August 26nd, 2014.

This research discusses the role of family agriculture cooperative networks in country life social and economic aspects in southern Santa Catarina. Since colonization period, mainly Italian and German, the region has a history of several agricultural cooperatives formed by agricultural product, some of which having already more than 45 years of operation. From the year 2004, seeking to meet the needs of marketing, appear new agricultural cooperatives in the decentralized model. Thus, the study aims to analyze the importance of agricultural cooperatives by product and decentralized to the social reproduction of family farmers associated with them. To meet this purpose was done a research with twenty associated from four agricultural cooperatives, two by product and two decentralized. The study shows how these cooperatives contribute positively with associated families by creating favorable marketing conditions to local farmers and also providing technical improvement. However, even with the recognition of the benefits of the cooperative, it was found that some associated have not sold their entire production through its cooperative thereby resulting in economic and social losses for the entire system.

Keywords: Cooperative. Family Farming. Decentralized cooperatives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação gráfica dos modelos produtivos	29
Figura 2 – Museu dos Pioneiros de Rochdale	38
Figura 3 – Foto da Cooperativa Colonial Lunione Fa La Forza	61
Figura 4 – Vista parcial da unidade agroindustrial da Coopersulca em Turvo	64
Figura 5 – Fachada da loja de comercialização de produtos dos sócios da Coofanove em Nova Veneza/SC	66
Figura 6 – Trator especial utilizado para semeadura, adubação e pulverização de agrotóxicos nas lavouras de arroz irrigado popularmente conhecido como “chupa cabra”	71
Figura 7 – Mapa político-administrativo de Santa Catarina evidenciando municípios compradores e não compradores de gêneros alimentícios da agricultura familiar em 2012 por meio de chamadas públicas	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferentes formas de produção mercantil.....	30
Quadro 2 – Princípios cooperativistas aprovados nos Congressos da ACI em 1937, 1966 e 1995	42
Quadro 3 – Compilação das principais legislações pertinentes às cooperativas (continua)	48
Quadro 3 – Compilação das principais legislações pertinentes às cooperativas (conclusão).....	49
Quadro 4 – Caracterização das cooperativas pesquisadas	56
Quadro 5 – Caracterização dos cooperados das cooperativas por produto.....	57
Quadro 6 – Caracterização dos cooperados das cooperativas descentralizadas	57
Quadro 7 – Caracterização dos dirigentes das quatro cooperativas pesquisadas	58
Quadro 8 – Terceirização das operações agrícolas entre os entrevistados das cooperativas por produto.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cooperativas agropecuárias brasileiras no período 1940-1980	46
Tabela 2 – Estratificação dos estabelecimentos associados às cooperativas agropecuárias	50
Tabela 3 – Cooperativas registradas e canceladas em Santa Catarina junto à Jucesc no período de 2006-2013	67
Tabela 4 – Cooperativas de Santa Catarina com registro na Ocesc no período 2006-2013	68
Tabela 5 – Representação de diferentes formas de comercialização para associados nas cooperativas descentralizadas.....	80
Tabela 6 – Contratos do PAA na modalidade CPR-Doação realizados entre os anos de 2010 a 2012.....	85
Tabela 7 – Valor e porcentagem de utilização dos recursos do FNDE em 2013 para a compra da alimentação escolar de agricultores familiares em seis municípios catarinenses com maior número de alunos	88
Tabela 8 – Valores do apoio à alimentação escolar na educação básica repassados pela União no ano de 2013 a Santa Catarina e aos municípios, com os correspondentes 30% da Lei nº 11.947/2009	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCoop	Associação Brasileira de Cooperativas
Acaresc	Associação de Crédito Rural do Estado de Santa Catarina
ACI	Aliança Internacional Cooperativa
AIEs	Aparelhos Ideológicos de Estado
Bird	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
Cdaf	Compra Direta da Agricultura Familiar
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNC	Conselho Nacional do Cooperativismo
Coapeme	Cooperativa Agroindustrial de Meleiro
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Concrab	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
Coofanove	Cooperativa dos Produtores de Araranguá
Cooperja	Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado
Coopersombrio	Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Sombrio
Coopersulca	Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense
CPR-Doação	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR-Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Epagri	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
Fates	Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ined	Institut National d'Études Démographiques
Jusesc	Junta Comercial de Santa Catarina
MCP	Movimento Camponês Popular

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
Ocesc	Sindicato e organização das cooperativas de Santa Catarina
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAA-Leite	Apoio à Produção para o Consumo do Leite
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pronaf	Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar
Sescoop	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SGNE	Secretaria Geral de Negócios de Santa Catarina
Sisan	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SMPE	Secretaria da Micro e Pequena Empresa do Governo Federal
TRR	Transportador, Retalhista e Revendedor
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UGTs	Unidades de Gestão Técnica
Unasco	União Nacional de Cooperativas
Unicafes	União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Santa Catarina
Unicopas	União Nacional de Organizações Cooperativistas Solidárias
Unisol	Central de Cooperativas e de Empreendimentos Solidários

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Os pioneiros de Rochdale.....	109
---	-----

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro da entrevista com cooperados	111
Apêndice B – Roteiro da entrevista com dirigentes das cooperativas	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 AGRICULTURA FAMILIAR	23
1.1 Agricultura familiar: uma nova categoria socioeconômica	23
1.2 As formas familiares de produção	27
1.3 Reprodução social: suas origens, seus autores e seus pensamentos	31
2 REDES DE COOPERAÇÃO	35
2.1 Cooperação e habilidade social	35
2.2 O cooperativismo: uma nova proposta de organização para a sociedade ..	37
2.2.1 Os princípios do cooperativismo	41
2.3 Cooperativismo no Brasil	44
2.4 Agricultura familiar, reprodução social e cooperativismo	49
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	53
3.1 Abordagem metodológica	53
3.2 O campo de pesquisa	53
3.3 A seleção das cooperativas e dos entrevistados	54
3.4 As cooperativas e seus cooperados	56
4 SUL CATARINENSE: AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS COOPERATIVAS	59
4.1 O processo de ocupação do território sul catarinense	59
4.2 Da emergência das cooperativas à atualidade	60
4.3 As condições de produção e comercialização nas cooperativas por produto	70
4.4 As condições de produção e comercialização nas cooperativas descentralizadas	75
5 MERCADO, COOPERATIVISMO E RELAÇÕES SOCIAIS	79
5.1 As cooperativas como porta de acesso aos mercados	79
5.1.1 Mercado institucional: PAA	82
5.1.2 Mercado institucional: Pnae	87
5.2 O cooperativismo na prática	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	103
ANEXO	109
APÊNDICES	111

INTRODUÇÃO

A cooperação entre os seres humanos sempre foi fundamental para o desenvolvimento econômico e social de toda a sociedade. A história da humanidade, ainda antes da Era Cristã, está carregada de exemplos em que povos praticavam a ajuda mútua com objetivos econômicos e sociais. No entanto, com o advento do atual modo de produção, o capitalismo, em que os meios de produção e o capital são de propriedade privada, grandes transformações ocorreram nas relações sociais em função da busca pelo lucro das atividades econômicas.

Em meados do século XVIII, especialmente na Inglaterra, dá-se início ao que foi convencionalmente chamado de Revolução Industrial, em função principalmente da invenção da máquina a vapor. Com a intensa exploração da mão de obra, problemas sociais foram agravados, culminando em aumento das diferenças sociais entre as classes.

Porém, os menos favorecidos com toda essa transformação reagiram e encontraram no modelo da constituição de sociedades cooperativas o meio para o enfrentamento ao sistema capitalista, objetivando um novo sistema, denominado de cooperativismo. Esse sistema se expande em todo o mundo, com a criação de cooperativas dos mais diversos tipos, porém não consegue enfrentar o capitalismo, servindo como inovador modelo de organização econômica.

No Brasil, o cooperativismo expande-se como proposta de governo direcionada a organizar a produção, especialmente no meio rural, para o avanço do capitalismo em todas as regiões do país. Assim, a criação de cooperativas agropecuárias passa a ser incentivada desde o início do século XX e, sobretudo no período da chamada modernização conservadora da agricultura ocorrida entre os anos 60 e 80 do último século.

Nesse contexto, muitos agricultores familiares encontraram na forma de organização em sociedades cooperativas do ramo agropecuário o caminho para buscar o desenvolvimento econômico e social, contribuindo, assim, para a sua reprodução social.

Já na década de 90, os agricultores familiares em Santa Catarina, encontraram, em um novo formato de cooperativas agropecuárias, a possibilidade de se re-inserir no mercado. Essa reinserção traduziu-se na possibilidade de

comercialização formal dos produtos agroindustrializados processados em estabelecimentos individuais ou mesmo grupais. A partir de 2003, o mercado institucional surge como um novo canal de comercialização que, de certa forma, acaba por induzir a constituição dessas novas cooperativas de agricultores familiares.

Assim, as cooperativas agropecuárias de agricultores familiares, objeto deste estudo, foram separadas em dois grupos: um grupo será o das “cooperativas por produto”, e o outro grupo, das “cooperativas descentralizadas”.

O primeiro grupo das cooperativas por produto compreende as cooperativas tradicionais que geralmente processam um único produto agropecuário (p. ex., arroz, leite, soja, feijão etc.) e apresentam todo o seu ativo imobilizado, ou seja, as estruturas de armazenamento, processamento etc., centralizado em um único espaço físico ou distribuído em filiais. Também, possuem em comum o fato de que todo o seu patrimônio construído ou em construção provém da cooperativa possuidora de personalidade jurídica, estando tudo sob a administração da diretoria eleita.

O outro grupo, das cooperativas descentralizadas, compreende boa parte das cooperativas que se constituíram em Santa Catarina nos últimos quinze anos, conforme mostra o levantamento realizado pela Epagri em 2010 (MARCONDES et al., 2012) caracterizando assim uma nova geração de cooperativas¹. Nessas cooperativas, o ativo imobilizado que forma as unidades de processamento (agroindústrias) é fruto do capital do cooperado ou grupo de cooperados na condição de pessoa física. Embora esse ativo passe em forma de contrato de comodato à cooperativa, o cooperado ou grupo de cooperados continuam responsáveis informalmente pela administração, mas a contabilidade oficial faz parte da organização cooperativa com personalidade jurídica. Para o Código Civil, Lei n. 10.406/2002, em seu Artigo 579, comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, ou seja, que pode ser substituído por coisa da mesma espécie.

Assim, a investigação apresenta a denominação divergente do termo utilizado por Estevam, Lanzarini e Kulkamp (2011) de “cooperativa virtual” para o mesmo conjunto de cooperativas aqui investigadas, denominadas de descentralizadas.

¹ A nova geração de cooperativas, aqui descrita, não tem o mesmo sentido do termo atribuído por Stefanson, Fulton e Harris (2005) aos modelos desenvolvidos no Canadá, onde cooperativas estão sendo constituídas aos moldes muito próximos de uma sociedade mercantil.

Importante destacar que, no trabalho mais recente do professor Dimas Oliveira Estevam, em que divide a organização da publicação de um livro sobre esse grupo de cooperativas com o pesquisador Luiz Carlos Mior, o termo utilizado tem sido “cooperativas descentralizadas” (ESTEVAM; MIOR, 2014) colaborando assim para unificação do termo usado nessa investigação.

Destacamos que, ao utilizar o termo “cooperativa virtual”, os autores tomaram o conceito emprestado de Bialoskorski Neto (2001). Mas este, ao descrever o conceito de cooperativa virtual a partir de dois casos estudados (Cooperativa Agrícola Virtual, fundada em 1998, em Batatais/SP, e CooperFlora, fundada em 1999, em Holambra), Bialoskorski Neto afirma que, nesse modelo, os cooperados pertencem à elite rural brasileira, acessam o mercado apenas quando lhes convém e o mercado é acessado no modo virtual (internet), estabelecendo um *e-commerce*. Além disso, não há obrigação dos cooperados em transacionar com a cooperativa, divergindo, assim, da realidade das cooperativas pesquisadas neste estudo.

Nas cooperativas descentralizadas onde as unidades processadoras estão nos estabelecimentos agrícolas dos cooperados, e por isso estão sendo chamadas de descentralizadas, há obrigação de transacionar via cooperativa, pois é o arcabouço jurídico da constituição da cooperativa que permite ao cooperado acessar o mercado. Nesse aspecto, não se pode confundir a responsabilidade da comercialização da produção do cooperado, que pode e deve ser colaborada pela administração da cooperativa, principalmente em programas governamentais ou em pontos de venda da própria cooperativa, com a responsabilidade da administração de comercializar toda a produção dos seus cooperados.

Dessa forma, para o desenvolvimento dessa investigação, diante do quadro apresentado anteriormente, apoiamo-nos na seguinte indagação central: quais dimensões e como as redes de cooperação formadas por cooperativas agropecuárias por produto e cooperativas agropecuárias descentralizadas influenciam na reprodução social dos agricultores familiares no sul de Santa Catarina? A partir dessa questão norteadora, formulamos o objetivo geral que é o de analisar a importância das cooperativas nas dimensões econômica e social, para a reprodução social dos agricultores familiares associados.

Compreendendo a dimensão econômica (os aspectos que estão relacionados com a atividade produtiva agrícola/agroindustrial e de comercialização para o mercado) e a dimensão social (as questões que contribuem para a ampliação das

relações sociais), o objetivo geral se desdobra em três objetivos específicos. O primeiro é analisar a importância das cooperativas (por produto ou descentralizadas) para o desenvolvimento da atividade produtiva agrícola/agroindustrial, no sentido de consolidar e fortalecer a dimensão econômica no escopo da reprodução social (consolidar no sentido de reduzir a insegurança na atividade produtiva/agroindustrial, quer dizer, produção e venda; e fortalecer no sentido de possibilitar a capitalização da atividade produtiva/agroindustrial, ou seja, incorporação de tecnologias – conhecimento e equipamentos).

O segundo objetivo específico é analisar a contribuição das cooperativas (por produto ou descentralizadas) para a dimensão social, objetivando a ampliação das relações sociais para potencializar as atividades produtivas agrícolas/agroindustriais e a vida social. No terceiro objetivo específico, procuramos compreender qual o significado de cooperativismo atribuído pelos agricultores familiares vinculados aos modelos de cooperativas por produto ou descentralizadas.

Assim, a partir da questão norteadora e da delimitação dos objetivos, esta pesquisa foi desenvolvida em sete capítulos a saber. O primeiro compreende a *introdução* deste trabalho. No *capítulo segundo* apresentamos como se deu o desenvolvimento do termo que representa uma nova categoria socioeconômica, denominada de agricultura familiar, e como tem sido a política para diferenciar quem são os agricultores familiares brasileiros. Ainda nesse capítulo, com base nas transformações que têm ocorrido na agricultura brasileira, destacamos as diferentes formas familiares de produção. Ao final, é apresentada a conceitualização de reprodução social a partir de seus principais autores e diferentes abordagens, para, assim, poder estabelecer o que as cooperativas agropecuárias representam nessas abordagens.

O *capítulo terceiro* versa sobre as redes de cooperação da agricultura familiar, em que apresentamos o conceito de habilidade social para compreender como atores sociais induzem ou incentivam a cooperação nos outros atores de seu grupo. Também, desenvolvemos o histórico do cooperativismo “moderno” em âmbito mundial e brasileiro, para com isso entender o papel das cooperativas agropecuárias na reprodução social dos agricultores familiares.

No *capítulo quarto*, apresentamos o procedimento metodológico adotado para o desenvolvimento da investigação. Definimos as famílias de agricultores familiares pertencentes às organizações de agricultores familiares no formato de

cooperativas agropecuárias por produto e descentralizadas como nossa unidade de análise, bem como o sul de Santa Catarina como campo de pesquisa.

Para o desenvolvimento do *capítulo quinto*, apresentamos os resultados iniciais da pesquisa empírica. Iniciando com o processo de ocupação do território sul catarinense, propomos distinguir três fases distintas de criação de cooperativas agropecuárias e identificar a conjuntura que levou à criação dessas cooperativas. Avançando, descrevemos as condições de produção e comercialização nas cooperativas agropecuárias por produto e nas descentralizadas.

No *capítulo sexto*, continuamos apresentando e analisando os resultados da pesquisa de campo, discorrendo sobre os diferentes canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares associados às cooperativas, destacando a participação do mercado institucional. Ao final do capítulo, apresentamos as relações de fidelidade dos cooperados com suas cooperativas e a compreensão de cooperativismo para os entrevistados.

Por fim, no *último capítulo*, tecemos nossas considerações finais acerca da contribuição das redes de cooperação da agricultura familiar formadas por cooperativas agropecuárias por produto e cooperativas agropecuárias descentralizadas para a reprodução social dos agricultores familiares do sul catarinense.

1 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar, de acordo com o Censo Agropecuário 2006, ocupava aproximadamente 84% dos 5.175.636 estabelecimentos existentes no Brasil. Porém, quando verificamos em que área de terras representa esse contingente de estabelecimentos, observamos que a agricultura familiar ocupava apenas 24% dos 333.680.037 hectares. Além da nítida má distribuição de terras, depreende-se desses dados, que há um significativo contingente de famílias na condição de agricultores familiares. Em função dessa realidade, procuramos inicialmente descrever a evolução do conceito de agricultura familiar, estabelecendo, dada sua heterogeneidade, as mais diferentes formas familiares de produção. Ao final, buscou-se compreender como se deu o surgimento das teorias da reprodução social com seus diferentes significados, para com isso, poder investigar de que forma as cooperativas por produto e as cooperativas descentralizadas contribuem para a reprodução social da agricultura familiar.

1.1 Agricultura familiar: uma nova categoria socioeconômica

Em algum momento no passado, alguém cunhou a expressão “agricultura familiar” e as pessoas que praticavam esse tipo de agricultura, seriam então “agricultores familiares”. Neves (2007) que fez um minucioso levantamento sobre a evolução do termo no contexto nacional, diz que o mesmo corresponde a convergência de esforços de diversos atores e organismos internacionais. Entre os atores, cita pesquisadores, sindicalistas de filiação à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag) e políticos; entre os organismos internacionais cita a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Por sua vez, Schneider (2008) reconhece que a expressão “agricultura familiar” simultaneamente emerge no início da década de 1990 no campo político e no campo científico, citando autores como José Elida Veiga, Ricardo Abramovay e Hugues Lamarche como precursores do campo científico e, do campo político, a Contag.

Passou-se então a reconhecer no Brasil a agricultura familiar como uma forma social diferenciada e como um segmento dentro do grupo maior de agricultores, em que o trabalho familiar nos estabelecimentos agrícolas seria preponderante, o qual já era reconhecido e legitimado em muitos países desenvolvidos.

No entanto, a legitimação, por parte do Estado, para o termo “agricultura familiar” só iria acontecer em 1996, por meio do Decreto Federal nº 1.946, quando o governo brasileiro cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), direcionando recursos públicos, especialmente crédito agrícola, em condições diferenciadas para essa “nova” categoria social. Embora o governo operacionalizasse o termo desde então por meio do referido programa, sua definição legal só aconteceria dez anos mais tarde, com a Lei Federal nº 11.236, de 24 de julho de 2006. Inclusive, na referida lei, é acrescentado um novo termo, denominado “empreendedor familiar rural” para aquele que pratica atividades no meio rural e que atende aos mesmos requisitos do agricultor familiar, requisitos estes ligados a terra, trabalho, renda e gestão.

A Lei nº 11.236/2006, em seu Art. 3º, estabelece que agricultor familiar ou empreendedor familiar rural é aquele que atende simultaneamente aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 - II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
 - IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- (BRASIL, 2006).

Essa lei, conhecida como Lei da Agricultura Familiar, continua válida, porém houve uma mudança no item III do Art. 3º por meio da publicação da Lei nº 12.512, de 2011, em que esse item passou a ser considerado da seguinte forma: “tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo.” (BRASIL, 2011). Facilitou-se, dessa forma, para o Poder Executivo modificar as normas de enquadramento no que se refere à renda.

Vale mencionar que, embora os estudiosos da agricultura familiar não façam referência à origem do termo para uma época mais distante, encontram-se na Lei Federal nº 4.504, de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, importantes referências para o que mais tarde poderia se denominar “agricultura familiar”. O Art. 4º, inciso II da referida lei nos traz a definição de “propriedade familiar” como:

O imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhe absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros. (BRASIL, 2013).

Dessa forma, embora não tenha sido usado especificamente o termo na época e também não tenham sido empreendidas políticas diferenciadas com o propósito de fortalecer esse grupo de agricultores, verificamos que os principais balizadores da diferenciação da atualidade já eram utilizados, como, por exemplo, terra, trabalho e gestão.

Ao longo da história, temos a evolução de conceitos concomitantemente à criação de novos ou ao retorno de conceitos antigos. Assim, podemos destacar o termo “camponês”, por exemplo, que tem retornado ao debate principalmente no seio de movimentos sociais, como o Movimento Camponês Popular (MCP) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), seja na busca de uma diferenciação ideológica dentro do heterogêneo grupo social da agricultura familiar, seja na busca de substituição do termo, que ganha corpo com o apoio da Academia². Porém, Ricardo Abramovay faz a seguinte advertência:

[...] uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa*. (ABRAMOVAY, 1992, p. 22, grifo do autor).

Neste momento, devemos deixar claro que compartilhamos do entendimento de Neves (2007) onde a agricultura familiar representa um grupo heterogêneo, o qual forma uma grande categoria socioprofissional. Reconhecendo assim, que há variações conforme as formas familiares, as quais se diferem nas condições objetivas da produção.

² Para o aprofundamento nesse debate, é sugerida a leitura de Marques (2008).

Também, não podemos considerar os agricultores familiares “enquanto uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo” (LAMARCHE, 1993, p. 18), pois, em função de sua diferenciação, esse segmento da agricultura também possui uma estrutura social hierárquica vista na sociedade como um todo, compondo relações de dominação e subordinação.

Para demonstrar essa diferenciação, exemplificamos com o chamamento público do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para o apoio em projetos de infraestrutura nos territórios rurais, em que se deixa claro esse leque de atores que compõem a agricultura familiar.

A agricultura familiar é composta pelos seguintes sujeitos sociais: assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, moradores de áreas de fundo de pasto, retireiros, torrãozeiros, geraizeiros, quebradeiras de coco, faxinalenses, vazanteiros, ciganos, pomeranos, pantaneiros, caatingueiros, caiçaras, cabanados, entre outros. (MDA, 2013, p. 6).

Na atualidade, o enquadramento legal de agricultor familiar se dá via Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), elaborada por órgãos de extensão rural e de representação dos agricultores familiares devidamente credenciados junto ao MDA. Esse documento permite verificar se a unidade familiar de produção rural composta pela família e eventuais agregados preenche os requisitos definidos por lei para então ser oficialmente declarada aquela unidade da “agricultura familiar”. É por meio desse documento, legitimado pelo Estado, que agricultores familiares conseguem ter acesso às políticas específicas para a categoria.

Como as alterações na DAP cabem ao Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio de suas Resoluções, e depois são ratificadas por Portarias do MDA, constantemente temos profundas alterações no enquadramento, sendo que cada vez mais se incluem novos agricultores à categoria de agricultores familiares. Assim, a abrangência do termo toma conotações políticas que são ditadas pelas relações de poder junto ao Estado.

Dessa forma, embora as informações do Censo Agropecuário 2006 já tabuladas com a separação em agricultores familiares e não familiares para o Brasil se apresentem desatualizadas, elas continuam sendo a informação oficial do universo compreendido pela agricultura familiar.

1.2 As formas familiares de produção

A agricultura brasileira, especialmente no século XX, passou por profundas transformações que alteraram significativamente as formas ou os modos de produção familiar. Essas mudanças tiveram como elemento principal, de acordo com Graziano da Silva (1988), o desenvolvimento do mercado interno no capitalismo, com a passagem de uma agricultura internalizada nos complexos rurais de uma economia natural para uma agricultura integrada à indústria com forte especialização da produção. Para Delgado, que contribuiu nessa análise e estudou também o período mais recente, houve nesse período a transformação da base técnica da produção rural, que, inicialmente, se concentrou em partes das regiões Sudeste e Sul (DELGADO, 2012).

De forma sucinta, podemos resumir os fatos históricos dessas transformações elencadas por Guilherme Delgado no Brasil da seguinte maneira:

- Dos anos 1964 a 1985: auge da modernização conservadora, com a construção do mercado interno, industrialização substitutiva de importações e centralização política do Estado. Esse período é marcado também pela derrota da reforma agrária e aprofundamento das desigualdades sociais.
- Dos anos 1986 a 1999: período de transição, marcado por políticas neoliberais e graves crises cambiais. Inicia-se uma desestruturação da política agrícola do regime anterior. Nesse período, houve um recuo na expansão da agricultura capitalista e queda no preço da terra.
- Do ano 2000 até o período atual: período da reestruturação da economia do agronegócio que foi favorecido com um mercado mundial receptivo para algumas *commodities* (agrícolas e minerais) onde o Brasil passa para uma opção primário-exportadora. Destaca-se que nesse período há uma desregulamentação fundiária, permitindo ao capital agroindustrial e à grande propriedade, de forma associada e com o apoio do Estado, viabilizar o projeto de acumulação de capital com a renda fundiária e lucratividade do conjunto dos capitais consorciados no agronegócio.

A partir desse conjunto de transformações, podemos compreender melhor as formas de produção familiar na agricultura e quais dessas formas de produção se encontram e/ou são reproduzidas dentro das cooperativas que aqui serão analisadas. Para isso, verificaremos as distinções elaboradas pela equipe de pesquisadores capitaneada pelo francês Hugues Lamarche, bem como o trabalho do

pesquisador holandês Jan Douwe van der Ploeg, que, embora não se limite especificamente à agricultura familiar, contribui substancialmente para a reflexão.

O trabalho da equipe do prof. Lamarche, publicado originalmente na França em dois volumes, nos anos de 1992 e 1994, retrata a agricultura familiar em diversos países, representando os modelos de sociedades capitalistas e de sistemas coletivistas. Nas sociedades do sistema capitalista avançado, foi pesquisada a agricultura familiar da França e Canadá. Nas sociedades do sistema capitalista dependente³, foram analisadas três regiões dentro do Brasil. Nas sociedades em via de desenvolvimento, foram pesquisadas duas regiões na Tunísia e, por fim, nas sociedades do sistema coletivista, três regiões da Polônia.

Tendo a exploração familiar enquanto um elemento de análise e concebido como “uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1993, p. 15), o autor desenvolve quatro modelos teóricos de formas de produção familiar.

Para chegar a esses modelos teóricos, Lamarche partiu de um eixo definido pelo grau de integração na economia de mercado. Inicialmente, são definidas lógicas familiares que foram determinadas pelo grau de intensidade a partir de três temas: terra, trabalho e reprodução familiar do estabelecimento. Além disso, analisou-se a dependência que as unidades de exploração possuíam no contexto de suas relações com a economia de mercado. Para isso, foram utilizadas como parâmetro a dependência tecnológica, a dependência financeira e a dependência do mercado (LAMARCHE, 1998).

Dessa maneira, quatro formas familiares de exploração foram definidas (Figura 1), a seguir descritas:

- Modelo empresa: caracterizado por relações de produção pouco familiar e fortemente dependente;
- Modelo empresa familiar: relações de produção bastante familiar e fortemente dependente;
- Modelo agricultura camponesa e de subsistência: fraca dependência externa e com fortes vínculos familiares nas relações de produção;

³ Vale lembrar que essa classificação em que o Brasil se encaixou corresponde ao período no qual o país constantemente recorria a empréstimos financeiros junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

- Modelo agricultura familiar moderna: diminuição do papel da família nas relações de produção e ao mesmo tempo busca de mais autonomia para reduzir a sua dependência.

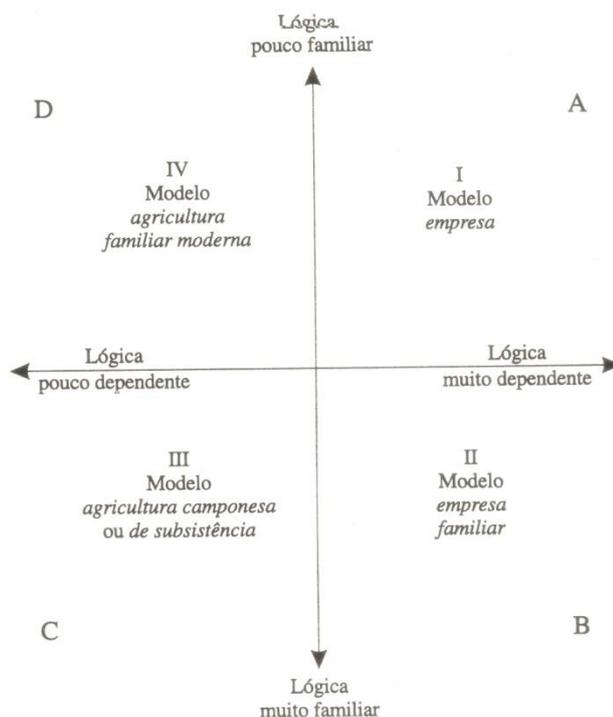


Figura 1 – Representação gráfica dos modelos produtivos

Fonte: Lamarche (1998, p. 68).

Nos estudos de Ploeg (2006) sobre as formas de produção na agricultura, direcionadas para a Europa, são apresentadas três categorias (agricultura camponesa, agricultura empresarial e agricultura capitalista) que se interligam e se sobrepõem em algum momento. Essas categorias passam a ser demonstradas no formato de quatro formas de produção (Quadro 1) e o que as diferencia para a análise é se os “elementos que constituem o processo de produção entram como mercadorias (+) ou não mercadorias (-)” (PLOEG, 2006, p. 18).

Formas de produção mercadorias	Doméstica PD	Pequeno PPM	Simples PSM	Capitalista PCM
Resultado da produção	-	+	+	+
Outros recursos	-	-	+	+
Força de trabalho	-	-	-	+
Objetivos	autoabastecimento	sobrevivência	renda	mais valia

Quadro 1 – Diferentes formas de produção mercantil

Fonte: Ploeg (2006, p. 18).

Assim, verificamos que as formas de produção doméstica (PD), pequena produção mercantil (PPM) e produção simples de mercadoria (PSM) possuem a força de trabalho como não mercadoria e isso lhes assegura, no nosso ponto de vista, a condição de agricultura familiar. Resta, assim, a produção capitalista de mercadoria (PCM), a qual se apresenta com mercantilização completa com clara descaracterização de uma agricultura familiar.

Importante destacar a afirmação do autor de que, nas últimas décadas, estaria havendo um processo de “recampesinização”. O termo cunhado por Ploeg tem o sentido de valorização e reconhecimento de uma forma de produção que, em função do surgimento da forma empresarial de produção, o faria desaparecer, no entanto permaneceria existente e revigorado. Essa tese seria para ele confirmada a partir da demonstração da forma de produção de pequena produção mercantil (PPM).

Sabemos que a produção camponesa no Brasil continua a existir, inclusive Lamarche (1998) mostrou isso a partir da construção do modelo “agricultura camponesa ou de subsistência”, a qual possui uma lógica de produção muito familiar e baixa integração ao mercado. No entanto, os autores apresentam conceitos diferentes para o que seria uma agricultura camponesa. Enquanto para Lamarche, como já foi dito, esse modelo é de baixa integração ao mercado e utiliza o termo “subsistência”, Ploeg considera que o objetivo da produção é a sobrevivência. Cabe destacar que Ploeg não discorre sobre a forma de produção doméstica em seu trabalho, mas podemos observar, por meio do quadro 1, que esse modelo converge com a forma apresentada por Lamarche no quadrante “C” da figura 1, onde o modelo de agricultura camponesa ou subsistência apresenta fraca dependência externa e fortes vínculos familiares nas relações de produção.

Porém, quando Ploeg descreve a forma de produção de “pequena produção mercantil”, deixa claro que é “uma forma de produção *não completamente*

mercantilizada [e que esta não teria os efeitos da] lógica do mercado no processo de trabalho” (PLOEG, 2006, p. 18-19, grifo do autor). Será, portanto, para essa forma de produção que o autor atribuirá o conceito de camponês.

Ocorre que, ao analisarmos as comparações que Ploeg faz entre as formas PPM e PSM a partir dos dados simulados de produtores de leite da Holanda⁴, verificamos que sua justificativa se baseia em diferenças na eficiência técnica entre unidades de produção. O uso de alta tecnologia no modelo empresarial não traz vantagem socioeconômica para o país, o que justificaria a importância do modelo “camponês” e, caso ele fosse estendido para toda a Holanda, poderia resultar em um incremento substancial de novos produtores com os mesmos recursos do Estado para o apoio de pagamentos das cotas de produção de leite.

Dessa forma, se o termo deveria ser ou não “camponês” não possui relevância para este estudo, mas discordamos da afirmação de que, no seu modelo de camponês, estaria distante do mercado de insumos, possuindo, assim, baixa integração ao mercado.

Mesmo assim, podemos afirmar que, embora os autores utilizem nomenclaturas diferentes, as propostas das formas familiares de produção convergem no sentido de como essas unidades de produção, com trabalho preponderantemente familiar, integram-se ao mercado. No entanto, o modelo apresentado por Lamarche (1998), com parte da pesquisa na realidade brasileira, mostra-se mais adequado para a utilização nesta pesquisa.

1.3 Reprodução social: suas origens, seus autores e seus pensamentos

No fim do século XIX, houve um grande movimento de renovação do ensino, que ganhou força até a primeira metade do século XX, especialmente na Europa e nas Américas. Esse movimento ficou conhecido como “escola nova” ou “escola progressista” e tinha como objetivo a redução das desigualdades sociais por meio do acesso à escola pública (TORRES, 1987). Também é importante destacar que a

⁴ O autor utiliza uma proposta comparativa do Centro de Pesquisa Aplicada em Produção Animal de Lelystand, o qual faz a construção de dois modelos de agricultores de “baixo custo” e de “alta tecnologia” para mostrar o quanto seria necessário haver de produção quando se utilizam todas as tecnologias disponíveis para a produção de leite a fim de atingir, de acordo com o autor, o mesmo rendimento por hora de trabalho. O modelo “construiu” um agricultor de “baixo custo” com a média de área do estabelecimento de 32 ha, 53 vacas de leite e produção total de 400.000 kg de leite, enquanto o agricultor de “alta tecnologia” teria 35 ha, 81 vacas e 783.515 kg de leite, cada família produzindo respectivamente €19,20 e €16,36 por hora trabalhadas (PLOEG, 2006).

economia mundial, logo após a Segunda Guerra, passou por um período favorável ao crescimento econômico e que haveria uma inflexão somente a partir da crise do petróleo em meados da década de 70.

Foi com essa fase favorável que se estabeleceu um estado de abundância, e, conforme Nogueira (1990), os países montaram aparatos estatais de serviços e de proteção social para promover a igualdade social por meio da luta contra as desigualdades. Também, de acordo com Prost (1968 *apud* NOGUEIRA, 1990), nesse período tem-se uma grande demanda de mão de obra qualificada, fruto da modernização tecnológica que acabou alterando o perfil da população ativa, antes muito vinculada ao setor primário da economia.

Ainda conforme Nogueira (1990), outro evento importante ocorrido na época foi o chamado *baby-boom* do pós-guerra, momento em que as taxas de natalidade tiveram grandes avanços e, com o crescimento demográfico e a predisposição do Estado com investimentos em instrução, houve, conseqüentemente, um aumento significativo de estudantes.

A partir desse novo contexto social, os institutos de pesquisa, como a Aritmética Política da Inglaterra, o Relatório Coleman dos Estados Unidos e o *Institut National d'Études Démographiques* (Ined) da França, ganham notoriedade por meio de suas pesquisas no sistema de ensino. Essas pesquisas geralmente correlacionavam desempenho escolar, tipo de estudo e um conjunto de fatores sociais como idade, sexo, profissão e escolaridade dos pais, local de residência etc., procurando, assim, conhecer melhor o funcionamento do sistema de ensino, o que acabou sendo conhecido como a estratificação social da escolaridade (NOGUEIRA, 1990).

No entanto, com os desencantos confirmados pelas pesquisas de que não aconteceriam as mudanças esperadas por uma reforma social que geraria a redução das desigualdades, surge, especialmente no final da década de 60, o movimento conhecido como Maio de 68 na França. Esse movimento iniciou em abril de 1968, quando estudantes cercaram a Universidade de Nanterre, próximo a Paris, e, juntamente com movimentos da classe operária, culminou no histórico movimento francês (PIANCENTINI, 2008). Foi com a influência ou inspiração direta do movimento estudantil francês, solicitando reformas na universidade, que grandes revoltas sociais aconteceram pelo mundo nesse período.

Embora Karl Marx houvesse teorizado sobre a Reprodução Social nos Livros I e II de *O capital* (ALMEIDA, 1986; ALTHUSSER, 1985), foi nesse contexto que as Teorias da Reprodução ganharam, no campo científico, uma nova investida. Para Abrantes (2011) e Nogueira (1990), essas teorias estariam divididas em dois grupos: o primeiro seria formado principalmente por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron e teria sua fundação na perspectiva funcionalista da educação como meio de integração cultural e social. Essa perspectiva conferia à escola, em seu funcionamento reprodutor, certa margem de independência em relação à esfera da vida material. No entanto, sua existência social se explicaria na medida em que serviria aos interesses das classes dominantes.

Estando a escola a serviço da classe dominante, ela contribui para que a cultura dominante seja transmitida e, por um processo meritocrático, elimina aqueles que não tiveram acesso, através da família, ao capital cultural, fazendo-lhes acreditar que não possuem os dons individuais. Dessa forma, a função do sistema de ensino seria fundamental no processo de reprodução social, legitimando a cultura dominante e contribuindo para a perpetuação das estruturas sociais e a transformação do mérito escolar em heranças culturais familiares (BOURDIEU; PASSERON, 1982).

No segundo grupo das Teorias da Reprodução, teríamos, de acordo com Abrantes (2011) e Nogueira (1990), uma corrente de filiação marxista, cujos representantes seriam Louis Althusser, Baudelot e Establet, Bowles e Gintis, com a ênfase na participação do aparelho escolar na reprodução das relações sociais de produção.

Para avançar sobre o que Marx escreveu a respeito da reprodução capitalista das relações de produção, Althusser (1985) desenvolve a teoria dos *Aparelhos Ideológicos de Estado* (AIEs). Para Althusser, todo Aparelho “funciona” tanto através da violência como através da ideologia, sendo que os AIEs funcionam principalmente pela ideologia e secundariamente através da repressão, seja ela bastante atenuada, seja dissimulada ou mesmo simbólica, como as sanções e seleções do AIE escolar, diferentemente do Aparelho repressivo do Estado, que predominantemente “funciona” através da repressão e secundariamente através da ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução como para divulgar os valores por ele proposto.

Althusser (1985) desenvolve a teoria de que a ideologia surge das classes sociais em luta, em que os AIEs representam a forma pela qual a ideologia da classe dominante deve se realizar. A ideologia estabelecida seria então uma manipulação das consciências dos indivíduos pela classe dominante interessada em preservar seus interesses econômicos, e caberia aos movimentos sociais (representando as classes dominadas) desvendar essa falsa representação social.

Considerando que nenhum AIE dispõe de um indivíduo, desde sua infância, com audiência obrigatória, como o AIE escolar, o qual inculca sua ideologia, que é a ideologia da classe dominante, o autor afirma que, se na Idade Média o AIE dominante era o religioso, na formação capitalista contemporânea, depois de muitas lutas políticas e ideológicas, é o escolar que ocupa o papel determinante na reprodução das relações de produção.

Consultando outros teóricos utilizados como referência em trabalhos acadêmicos contemporâneos sobre o tema da Reprodução Social, encontramos citações de Yves Barel e Meyer Fortes. Yves Barel apresenta a reprodução social a partir da reprodução global, subdividindo-a em subprocessos de reprodução material (como a garantia de suprimentos de necessidades básicas e de saúde) e reprodução cultural e simbólica (conjunto de valores e normas sociais, por exemplo) (OLIVEIRA, 2009), enquanto Meyer Fortes introduziu o conceito de ciclo de desenvolvimento em grupos domésticos (famílias), mostrando que há uma mudança cíclica dentro dos grupos. Para Meyer Fortes, a reprodução social tem no grupo doméstico seu mecanismo central, em que possui uma dinâmica interna num processo de manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração, e uma dinâmica externa governada pelas relações sociais (ALMEIDA, 1986).

Verificamos que as abordagens ao tema da Reprodução Social ora tem abrangência em nível macro, sendo toda a sociedade a unidade de análise para compreender como as estruturas sociais se perpetuam ao longo do tempo, ora tem o foco nas famílias, para verificar como essas famílias reagem dentro dessas estruturas. Assim, cabe esclarecer que a utilização do termo “Reprodução Social” nesta pesquisa tem o foco específico nas famílias dos agricultores familiares, compreendendo serem as cooperativas agropecuárias estratégias de reação e, por vezes, políticas de Estado.

2 REDES DE COOPERAÇÃO

Conforme Balestrin, Verschoore e Reys Jr. (2010), as redes de cooperação têm a capacidade de facilitar a realização de ações conjuntas e a busca de seus objetivos. Embora os autores estudem a cooperação entre organizações, o que, de acordo com Eduardo Cesar Marques (1999), não difere dos estudos na literatura internacional sobre o tema, nosso intento aqui é abordar a cooperação no sistema cooperativista entre agricultores e suas organizações dentro de redes materialmente constituídas no formato de cooperativas.

Sendo assim, o entendimento de redes de cooperação delineado converge com o conceito para a mesma realidade estudada por Marcondes et al. (2012), que definem redes de cooperação como organizações de grupos de empreendimentos ou de agricultores que objetivam melhorar a inserção socioeconômica e a competitividade dos agricultores familiares associados, sendo que essas organizações podem estar constituídas enquanto associações, condomínios ou cooperativas. Dessa forma, cada cooperativa, com seus cooperados, passa a ser configurada como uma rede de cooperação.

2.1 Cooperação e habilidade social

Para compreender o significado da palavra “cooperação”, é necessário entender a sua etimologia. Assim, Quartiero (2013) e Klaes (2007) esclarecem que a palavra envolve o sufixo “co”, com significado de “ação conjunta”, e o prefixo “operar”, derivado do verbo latino *operare*, com o significado de trabalhar, operar, executar, ajudar mutuamente para chegar a um fim. Dessa forma, dizemos que a cooperação é o ato de cooperar. Klaes ainda acrescenta que, dentro do contexto da economia e da sociologia, a cooperação designa uma relação que tem como base a colaboração entre indivíduos ou organizações.

É sabido que a cooperação tem sido uma constante em toda a história da civilização, no entanto, muitas vezes, essa cooperação é induzida por outros. Para essa ação, Fligstein (2009) apresenta o conceito de *Habilidade Social*, que se origina na interação simbólica e pode ser definido como a capacidade que atores sociais têm de induzir a cooperação nos outros, em organizações ou em grupos

informais. Para o autor, a “habilidade social proporciona um esclarecimento útil para o problema da reprodução social” (FLIGSTEIN, 2009, p. 89).

Essa indução da cooperação, de acordo com Fligstein, surge da capacidade de atores sociais hábeis relacionarem-se empaticamente com as situações das outras pessoas. Embora todos possuam habilidades sociais para se desenvolver, uns possuem mais que outros em razão de sua capacidade de criar um senso positivo de identidade⁵ que ecoa entre os demais. Mesmo que esses atores mais habilidosos socialmente se beneficiem materialmente de sua habilidade, o que os move não se limita a uma concepção estreita de interesses próprios, mas sim a um senso de eficácia gerado do ato de induzirem a cooperação e colaborarem com outros a obterem seus objetivos. Portanto, possuir mais habilidade social permite compreender melhor uma determinada situação e, dessa forma, conseguir a cooperação dos demais do grupo a qual pertence.

Destaca-se que, enquanto os atores sociais bem posicionadas em relação de domínio são mais eficazes e bem-sucedidos e podem ter uma boa autoestima, os atores que estão em posição dominada “podem ser estigmatizados e forçados a se envolver em estratégias de enfrentamento para contestar sua estigmatização” (FLIGSTEIN, 2009, p. 82). Dessa forma, surgirão atores socialmente habilidosos entre os grupos dominados, que influenciarão os demais para se contrapor ao poder hegemônico dos grupos dominantes.

No entanto, ao perceberem uma ameaça, é certo que os atores estratégicos dos grupos dominantes começarão a agir para defender o *status quo*. Embora os grupos dominantes possuam os recursos e as regras em seu favor, os grupos dominados devem encontrar uma identidade para seu grupo, com o objetivo de induzir a colaboração dos demais participantes do mesmo grupo.

Para Fligstein, a teoria da habilidade social é aplicável a uma série de fenômenos sociológicos que compartilham características comuns. O autor apresenta os subcampos da sociologia, em que:

Atores autoconscientes lutam para organizar grupos com fins coletivos como a política organizada; movimentos sociais cujas metas são transformar campos políticos e sociais existentes; a economia, em que empresas e governos criam mercados; e o setor sem fins lucrativos de economias capitalistas onde grupos organizados produzem campos

⁵ Identidade compreendida como um conjunto de significados que os atores possuem e que definem quem eles são e o que querem em uma determinada situação.

orientados para a organização de determinados setores da sociedade. (FLIGSTEIN, 2009, p. 92).

Em todos esses espaços ou “arenas”, os atores estratégicos buscam construir instituições para orientar suas interações, de forma que suas identidades e interesses coletivos possam evoluir e que seus grupos possam dominar.

Assim, a teoria da habilidade social permite compreender como recursos e regras, uma vez estabelecidos, geralmente favorecem grupos mais organizados e como os arranjos organizacionais dominantes se reproduzem periodicamente.

2.2 O cooperativismo: uma nova proposta de organização para a sociedade

O cooperativismo baseado em princípios que perduram, em sua maior parte, até os dias atuais tem sua origem no grupo de “28 tecelões” que, em 24 de outubro de 1844, fundaram a *Rochdale Equitable Pioneer Society* em Rochdale, Inglaterra. Esses Pioneiros, após um período de coleta semanal de dinheiro entre os sócios, chegaram as 28 libras estipuladas na constituição da sociedade, quando então já possuíam quarenta sócios e inauguraram, em 21 de dezembro de 1844, um armazém cooperativo num espaço alugado, com venda inicialmente de produtos básicos como açúcar, manteiga, farinha de trigo e de aveia.

A proposta desses Pioneiros foi de iniciar o sistema pelo varejo para depois chegar à produção. Com o passar dos anos, conseguiram avançar na abertura de uma biblioteca e outros comércios de varejo de diferentes setores e também estabeleceram um comércio por atacado, alimentando uma série de novos comércios de varejo organizados como cooperativas. Conseguiram inclusive construir duas fábricas de fiação, onde os operários participariam dos lucros. Porém, neste intento, com o numeroso quadro de sócios, o espírito capitalista de muitos deles prevaleceu. Eles entendiam que os operários já eram pagos com seu salário e, por isso, não deveriam participar dos lucros.

O prédio onde se instalou o armazém dos Pioneiros (Figura 2) serve hoje como o berço do cooperativismo “moderno” e foi transformado em museu cem anos mais tarde, para colaborar na preservação da memória.



Figura 2 – Museu dos Pioneiros de Rochdale

Fonte: www.rochdalepioneersmuseum.coop.

Porém, para melhor compreender o início do cooperativismo a partir de 1844, torna-se necessário descrever (embora não com muita profundidade, em razão de não ser esse o objetivo maior deste trabalho) alguns personagens e movimentos que o antecederam, bem como o contexto desse período.

Entre os personagens que se destacaram, temos Robert Owen e Willian King e, representando os movimentos mais importantes, podemos citar o Cartismo e o Owenismo. Com certeza, outras pessoas também deram grande contribuição no que mais tarde veio a se chamar de cooperativismo, mas por ora ficaremos com esses, pois, como consta no documento da história do *Rochdale Pionners Museum*,

Será probablemente imposible conocer la verdad sobre todas las circunstancias responsables de la decisión para formar una sociedad en 1844. Es cierto, sin embargo, que existía una rama Owenita muy activa y entusiasta que tenía intención de fundar una sociedad en líneas similares a las recomendadas por el Dr. William King. (ROCHDALE, 2013, p. 3).

Robert Owen (1771-1858), um socialista utópico ou reformador social, mas que também foi chamado de construtor do mundo por Holyoake e de “pai do cooperativismo” por Marx, tem registrado na sua biografia que, desde sua adolescência, já atuava no comércio e, mais tarde, na administração de empresas, onde empregou um novo modelo de gerenciamento em que os empregados participavam nos lucros das empresas. Owen combatia arduamente a divisão social entre operários e patrões, além de também ter colaborado no campo teórico com publicações que serviram de inspiração para muitos dos Pioneiros (GODOY, 1987).

Owen também teve forte atuação no campo político, seja por meio de seus escritos, como o *Essays on the formation of character*, seja com visitação de líderes mundiais na New Lanark⁶, seja com proposições para uma lei fabril na Inglaterra que melhorasse as condições de trabalho dos operários. Em relação a este último aspecto, decepcionou-se com a lei aprovada em 1919, pois, ao contrário do que propunha, a lei estabeleceu, entre outras coisas, que o trabalho diário seria de 12 horas e com iniciação a partir dos nove anos de idade. Em 1932, Owen inaugura a *National Equitable Labour Exchange*, uma espécie de “bolsa” em que se trocavam produtos pelo seu valor equivalente de trabalho. Embora tenha se difundido de início em Londres e Birmingham, as disputas sobre o valor do produto equivalente ao trabalho, levaram ao fechamento do empreendimento em 1934.

Admirado por grandes pensadores como Marx, Engels e Polany, Owen dizia que o “Homem não é bom nem mau, é obra do meio”, contrapondo-se, assim, a Rousseau, para quem “o Homem é bom ao sair das mãos da natureza” (GODOY, 1987, p. 36). Ao tentar pôr em prática o que pregava, Owen caiu em bancarrota econômica, mas suas ideias permaneceram.

Das ideias de Owen, originou-se o movimento que ficou conhecido como Owenismo, que defendia um novo sistema social. Esse grupo era formado, em sua maioria, por pequenos burgueses, grupo em que se encontravam alguns dos Pioneiros de Rochdale. Em uma experiência não exitosa, um grupo de sessenta owenistas, entre eles três dos Pioneiros, fundou em 1930 a *Rochdale Freindy Cooperative Society*, localizada na Told Lane nº 15, Rochdale, um pouco abaixo de

⁶ New Lanark era uma tecelagem localizada na cidade de mesmo nome na Escócia, onde viviam 1.300 pessoas em situações deploráveis. Owen foi administrador de New Lanark e iniciou ali seu sistema baseado nos princípios de justiça e de igualdade e na abolição gradual de punições, transformando também a realidade das pessoas da comunidade, instalando armazéns cooperativos com preços diferenciados, realizando melhorias na habitação, criando uma escola e uma caixa mútua de previdência (GODOY, 1987).

onde mais tarde os Pioneiros abririam a sua cooperativa. Essa cooperativa fechou suas portas em 1935, principalmente por falta de pagamentos em função das vendas no crediário (ROCHDALE, 2013).

Outro movimento importante foi o Cartismo, um movimento político que se iniciou em 1835 na cidade de Londres. De acordo com Godoy (1987), era um movimento essencialmente da classe operária e lutava por melhores condições de trabalho, no entanto tinha uma ligação com a pequena burguesia mais radical. O Cartismo, que tinha entre os líderes William Lovett e Feargus O'Connor, ficou caracterizado por grandes manifestações e pelo documento encaminhado ao parlamento inglês, denominado "Carta do Povo", por isso o nome Cartismo. Essas Cartas foram enviadas ao Parlamento em 1839, 1842 e 1848 e exigiam o direito ao voto a todos os homens acima de 21 anos, igualdade entre distritos eleitorais, eleição anual, voto pela cédula, pagamento aos membros do Parlamento e fim da necessidade de posses para participar no Parlamento.

Ao longo dos anos, os cartistas conseguiram muitos dos seus pleitos, como redução da hora diária de trabalho e da exploração do trabalho infantil. O Cartismo chegou a fundar partido político em 1940 (*National Charter Association*), mas em 1948 o movimento perdeu suas forças.

Além de Owen, podemos citar também, entre os personagens históricos do cooperativismo, o Dr. William King (1786-1865). Este foi professor e também um dos organizadores do Movimento Cooperativista. Publicou um boletim mensal com o nome de *The Co-operator* entre os anos de 1828 a 1830. Nesse boletim, Dr. King disseminava os pensamentos e ideias cooperativistas e, com a sua teoria de que era necessário reunir o poder de consumo dos trabalhadores em benefício próprio, colaborou para a formação de pelo menos trezentas organizações com o formato de cooperativa de consumo. No entanto, todas essas organizações tiveram vida curta, em razão de haver um número muito pequeno de sócios, fazer-se a venda ao preço de mercado e o lucro ser reinvestido em capital coletivo, o que para os sócios, naquele momento, não apresentava muitas vantagens (KLAES, 2007).

Por meio das experiências passadas, influências desses personagens e movimentos que marcaram a história⁷, os Pioneiros de Rochdale (Anexo A), alguns

⁷ Além desses personagens e movimentos citados, o leitor também encontrará, na bibliografia, citações de outros precursores ou organizações na Inglaterra e também em outros países, com suas experiências que, de alguma forma, ajudaram a chegar ao cooperativismo de 1844. No entanto,

considerados ideologicamente cartistas e outros socialistas owenistas, num contexto de plena Revolução Industrial, agravado pela fome na década de 40, elaboraram uma nova proposta de cooperativa.

Essa nova proposta estava baseada em princípios previamente estabelecidos para a sociedade cooperativa que todos os cooperados deveriam seguir. Os princípios, entendidos como normas orientadoras, tinham por objetivo evitar os insucessos dos modelos anteriores e a constituição de um novo modelo de sociedade dentro do já estabelecido capitalismo, para chegar ao projeto maior de governo cooperativo. É assim, como um Movimento que surge o cooperativismo.

Cabe mencionar, antes de adentrarmos aos referidos princípios cooperativistas, que, em meio ao crescimento vertiginoso de cooperativas a partir da experiência de Rochdale, George Jacob Holyoake, além de contemporâneo e divulgador do cooperativismo e a quem coube o registro em livro da história dos Pioneiros, deixa-nos uma frase que serviu ao seu tempo e pode ter sido bastante visionária em função do histórico das cooperativas no Brasil. Holyoake escreveu: “Mas não deixamos alimentar muitas ilusões, numerosos estabelecimentos na Inglaterra e em muitos países, adotaram hoje o título de cooperativa sem merecê-lo absolutamente.” (HOLYOAKE, 1932, p. 90).

2.2.1 Os princípios do cooperativismo

Os princípios do cooperativismo são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas devem levar à prática os seus valores, valores estes de ajuda mútua, responsabilidade, solidariedade, democracia e participação.

Os Pioneiros de Rochdale, com toda a experiência acumulada com os insucessos das outras organizações, elaboraram para aquela sociedade um estatuto com 34 artigos, em que os princípios não estavam explícitos, mas sim implícitos no decorrer do estatuto.

Foi a partir dos trabalhos do professor Charles Gide e de um grupo de pesquisadores do cooperativismo da Escola de Nimes (França) que os princípios

optamos por ficar com aqueles que mais diretamente relacionaram-se com o cooperativismo a partir de Rochdale.

elaborados pelos Pioneiros de Rochdale se constituíram em uma doutrina⁸ cooperativa (PINHO, 2004).

Com a constituição da Aliança Internacional Cooperativa (ACI) em 1895, entidade que congrega oficialmente as cooperativas no mundo, congressos mundiais passaram a ser realizados, nos quais, entre outras coisas, discutia-se a reformulação dos princípios, para que estes fossem se adaptando à realidade dos novos tempos sem perder a intenção da proposta original.

As ratificações e/ou atualizações desses princípios norteadores do cooperativismo mundial aconteceram nos Congressos de 1937 em Paris (França), de 1966 em Viena (Áustria) e no Congresso de 1995 na cidade de Manchester (Inglaterra). O quadro 2 apresenta a síntese dessa evolução.

Paris - 1937	Viena - 1966	Manchester - 1995
1 – Adesão livre	1 – Adesão livre	1 – Adesão livre e voluntária
2 – Gestão democrática	2 – Gestão democrática	2 – Gestão democrática pelos membros
3 – Retorno <i>pro rata</i> das operações	3 – Retorno <i>pro rata</i> das operações	3 – Participação econômica dos membros
4 – Juros limitados ao capital	4 – Taxa limitada de juros ao capital	4 – Autonomia e independência
5 - Vendas a dinheiro	5 – Constituição de um fundo para a educação dos cooperados e do público em geral	5 – Educação, formação e informação
6 – Desenvolvimento da educação em todos os níveis	6 – Ativa cooperação entre as cooperativas em todos os planos	6 – Intercooperação
7 – Neutralidade política, racial e religiosa		7 – Interesse pela comunidade

Quadro 2 – Princípios cooperativistas aprovados nos Congressos da ACI em 1937, 1966 e 1995

Fonte: adaptado de Klaes (2007).

Como os princípios vigentes foram os aprovados no Congresso de 1995, passamos para o seu detalhamento a partir da colaboração da ACI (2013), Klaes (2007) e Brasil (2012).

⁸ A doutrina cooperativa “é uma proposta de mudança do meio econômico-social, que se concretizará de modo pacífico e gradativo, por meio de cooperativas de múltiplos tipos” (PINHO, 2004, p. 162).

1°. Adesão voluntária e livre

Cooperativas são organizações voluntárias, abertas à participação de todos, sem discriminação de sexo, raça, classe social, opção política ou religiosa. Para participar, a pessoa deve conhecer os direitos e deveres do associado e decidir se tem condições de cumprir com as normas estabelecidas no estatuto social da cooperativa. Excepcionalmente, a cooperativa poderá não aceitar a associação, nos casos em que os interesses do proponente estejam em conflito com os da cooperativa (atividades paralelas) ou por impossibilidade técnica de prestação de serviço.

2°. Gestão democrática pelos membros

As cooperativas são organizações democráticas, cabendo aos cooperados, reunidos em assembleias gerais, participar das decisões, bem como eleger seus representantes para administrar a cooperativa. Cada associado possui igual direito de voto, ou seja, cada pessoa um voto.

3°. Participação econômica dos sócios

Todos os cooperados contribuem igualmente para a formação do capital social da cooperativa e o controlam democraticamente. Dessa forma, os sócios destinam os excedentes para criação de reservas, divisão conforme a movimentação financeira com a cooperativa e desenvolvimento de novas atividades.

4°. Autonomia e independência

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus associados, que são os donos do negócio. O controle democrático dos membros deve ser garantido quando são firmados acordos com outras organizações, incluindo órgãos de governo, ou quando levantarem recursos externos.

5°. Educação, formação e informação

A cooperativa tem como objetivo permanente destinar ações e recursos para educar, formar e capacitar seus associados, dirigentes, conselheiros e empregados, para a prática do cooperativismo e para o uso de técnicas e equipamentos no processo de produção e comercialização. O bom funcionamento da cooperativa

depende da participação consciente e organizada dos associados. Importante também é informar o público em geral, em especial os jovens e líderes de opinião sobre as vantagens da cooperação.

6°. Interação

O trabalho conjunto das cooperativas, com a utilização de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, fortalece o movimento cooperativista e atende, de forma mais eficaz, os seus associados. É importante que haja intercâmbio de informações, produtos e serviços entre cooperativas, pois, ao negociarem entre si, as cooperativas possibilitam que o capital gire dentro do próprio sistema, fortalecendo o cooperativismo.

7°. Interesse pela comunidade

As cooperativas trabalham para o bem-estar de suas comunidades por meio de políticas aprovadas pelos seus associados.

A partir da existência desse conjunto de princípios normativos do cooperativismo e de sua divulgação perante os cooperados, teríamos *a priori* o funcionamento do cooperativismo na sua plenitude, mas o meio onde se estabelece cada cooperativa é que irá ditar seu funcionamento. Assim, Schneider (1981) parte do pressuposto de que são as condições estruturais concretas que determinam a natureza e o funcionamento do cooperativismo e não a simples existência de princípios.

2.3 Cooperativismo no Brasil

O propósito da constituição das cooperativas no Brasil, de acordo com Rodrigues (1991), foi de que estas articulassem a produção no campo com o abastecimento das cidades, resolvendo, assim, a baixa produção de gêneros alimentícios no país. Para o autor, o cooperativismo passa a ter condições de implantação a partir de uma conjunção de fatores, como: o fim da escravidão em 1888; a constituição de 1891; e a influência do pensamento político dos imigrantes europeus, especialmente alemães e italianos.

Schneider e Lauschner (1991) demonstram que, na história do cooperativismo brasileiro, duas linhas de evolução se configuraram distintamente. A primeira, do desenvolvimento de cooperativas que atendiam a população urbana (cooperativas de consumo, serviços médicos, habitacionais etc.). Esse tipo de cooperativismo foi o primeiro a se estabelecer no Brasil.

Embora majoritária a população rural, era a população do meio urbano que possuía grupos sociais mais diversificados, com a presença de funcionários públicos, diversos tipos de profissionais liberais que formavam um significativo estrato médio, propiciando, dessa maneira, as condições para o desenvolvimento das cooperativas. Assim, o marco do cooperativismo formal no Brasil se deu na cidade de Limeira, São Paulo, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto em 1889 (PINHO, 2004).

A segunda linha a que se referem Schneider e Lauschner foi a do cooperativismo agropecuário, que se inicia em 1906 no Rio Grande do Sul. Para os autores, além das características já elencadas do meio urbano serem mais favoráveis para o surgimento de cooperativas, características específicas do meio rural colaboraram para o tardio início do cooperativismo. Entre as características, estavam a estrutura fundiária altamente concentrada na época, analfabetismo, relação de dependência e subordinação dos pequenos com os grandes proprietários e ainda o trabalho escravo, que reinou até 1888.

Com a vinda dos imigrantes, especialmente italianos e alemães, para o Sul e Sudeste,⁹ houve uma grande colaboração para o cooperativismo agropecuário do início do século XX nessas regiões. Esses imigrantes formavam grupos sociais homogêneos e traziam consigo a experiência da pequena propriedade familiar mais propícia ao cooperativismo. Devido à quase ausência do Estado, na época, com os serviços básicos nas colônias, como escola, estradas e outros serviços de infraestrutura, os imigrantes criaram laços de coesão que levaram ao surgimento de

⁹ De acordo com Wortmann (1995), o fluxo de imigrantes para a colonização no Brasil tem início de forma incipiente, com a abertura dos portos em 1808, quando era realizada pelo Governo para ocupar áreas, como as recém-definidas após a Guerra Cisplatina de 1811, e também resolver o problema do abastecimento interno de alimentos tão reclamado na época. Após 1846, a atividade de colonização começa a ser realizada pela iniciativa privada e, com o advento da Lei de Terras de 1850, fica proibido o acesso gratuito às terras devolutas, quando foi então instituída a propriedade-mercadoria. Com informações de que o trabalho nos cafezais brasileiros era um regime de semiescravidão, muitos países europeus proibiram a emigração para o Brasil, o que não impediu a continuidade da emigração. No final do século XIX e início do século XX, tem-se uma nova fase de colonização, sendo agora de migração interna (principalmente de filhos dos colonos) em condições bastante desfavoráveis, como a redução do tamanho do lote e o prazo exíguo para o pagamento.

organizações comunitárias, como escolas, igrejas, sociedade culturais e de lazer, e também ao estabelecimento das cooperativas agropecuárias. A tabela 1, embora apresente apenas cinco décadas do século XX, deixa evidente essa diferença do número de cooperativas agropecuárias nas regiões do Brasil.

Tabela 1 – Cooperativas agropecuárias brasileiras no período 1940-1980

Anos	Sul/Sudeste	Nordeste	Norte/Centro-Oeste	Brasil
1940	402	118	10	530
1950	835	296	60	1.191
1960	1.188	453	98	1.739
1970	830	248	82	1.160
1980	982	408	90	1.480

Fonte: Pinho (1991).

Na década de 60, o cooperativismo agropecuário estava em franca expansão, porém a partir desse período houve um leve decréscimo. De acordo com Pinho (1991), essa redução se deu principalmente pela inviabilidade de cooperativas com pequena capacidade de produção e comercialização em um ambiente de mercado desfavorável, ocasionando a extinção de muitas delas. Acrescenta-se também que, em função da alteração da legislação em 1971, algumas cooperativas se agregaram a outras. Do total de cooperativas no Brasil em 2010 filiadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), tínhamos pelo menos 1.548 pertencentes ao ramo agropecuário, o que representava 23% do total das cooperativas (OCB, 2011).

Convém destacar que, no Brasil, a representação oficial do cooperativismo, conforme a Lei nº 5.764, de 1971, dá-se pela OCB. Essa organização foi criada em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, substituindo as duas associações que representavam o cooperativismo nacional, a Associação Brasileira de Cooperativas (ABCoop) e a União Nacional de Cooperativas (Unasco) (OCB, 2013).

Por ser a OCB a única entidade oficial que representa o cooperativismo no Brasil, muitas cooperativas existentes no país e não filiadas a essa entidade acabam por não fazer parte dessa estatística. Essas cooperativas que optam por não se filiar à OCB representam um novo movimento dentro do cooperativismo brasileiro, ou,

poderíamos assim dizer, um contramovimento à dominação estabelecida pelo atual sistema.

Com forte apoio de organizações religiosas, sindicais e mesmo governamentais, essas novas organizações, em sua maioria formadas pela população de baixa renda, buscam superar as dificuldades econômicas de seus cooperados e tornar-se conhecidas como cooperativas populares, sociais ou de responsabilidade solidária (PINHO, 2004). Na opinião de Rios (2009), diante da força das palavras, a utilização de “popular” remete a uma distinção estabelecida pela própria elite do que é erudito ou refinado para o que é popular ou vulgar. Assim, o autor prefere o termo “cooperativismo solidário”, “por colocar de maneira explícita uma perspectiva ideológica/opção política em contraposição ao cooperativismo de negócios, asséptico, nas aparências, quanto a interesses de classes” (RIOS, 2009, p. 118).

Assim, a partir da criação da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) em 2005; da Central de Cooperativas e de Empreendimentos Solidários (Unisol), criada em 2000; e da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), criada em 1992, surge, no início de 2014, a União Nacional de Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas), com a missão de representar o cooperativismo solidário em todo o país.

Essa nova entidade de atuação paralela à OCB é uma organização não governamental que se propõe a incluir socialmente as cooperativas por meio da articulação de iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda e de produção de alimentos para a melhoria de qualidade de vida dos seus cooperados, bem como de toda a sociedade (UNICAFES, 2013). Sabemos que, no discurso, o cooperativismo tradicional trilha o mesmo caminho, mas, como já citamos, são as condições estruturais concretas que determinam a natureza e o funcionamento do cooperativismo e não o seu discurso.

Podemos assim dizer que esse movimento de um novo cooperativismo solidário surge, como bem coloca Fligstein (2009), de uma estratégia de enfrentamento, contestando a estigmatização desses grupos menos favorecidos, e é por meio da existência de atores socialmente habilidosos que se consegue o surgimento dessas novas organizações.

Em termos de representação desse novo movimento cooperativista, a luta que está sendo travada é a de oficializar esse cooperativismo solidário dentro dos

aparelhos de Estado, para que, assim, ele possa se estabelecer em “igualdade” com o cooperativismo tradicional.

Antes de finalizarmos esta seção, acreditamos ser oportuno discorrer sobre alguns pontos das principais legislações pertinentes às sociedades cooperativas no Brasil, por entender que a legislação também é parte da história.

Iniciaremos com a legislação de 1903, quando o então presidente do Brasil era Rodrigues Alves, e mostraremos como, ao longo dos anos, foi sendo alterada conforme os interesses do Estado e das forças reivindicatórias. No quadro 3, são apresentadas as principais legislações que interferiram e/ou interferem nas sociedades cooperativas ao longo da história do Brasil.

(continua)

Legislação	Principais assuntos
Decreto nº 979 de 06/01/1903	Faculta a criação de sindicatos e, dentro destes, a possibilidade de atuarem no formato de sociedades cooperativas.
Decreto nº 1.637 de 05/01/1907	Possibilita a criação de sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Esta passaria a ser a primeira legislação a abordar as sociedades cooperativas em capítulo separado. Estabelece o mínimo de sete pessoas para constituir uma sociedade.
Decreto nº 22.239 de 19/12/1932	Dispõe especificamente sobre as sociedades cooperativas e estabelece seu modo de funcionamento, incorporando, assim, os princípios cooperativos.
Decreto nº 23.611 de 20/12/1933	Desvincula o controle dos consórcios profissionais cooperativos do Ministério do Trabalho, passando este para o Ministério da Agricultura.
Decreto-Lei nº 59 de 21/11/1966	Define a Política Nacional do Cooperativismo e cria o Conselho Nacional do Cooperativismo. A partir desta legislação, torna-se obrigatória a participação de, no mínimo, vinte pessoas para a constituição de uma cooperativa.
Lei nº 5.764 de 16/12/1971	Define a nova Política Nacional do Cooperativismo e possibilita, entre outras coisas, a fusão e incorporação de cooperativas. Estabelece também que a representatividade do sistema cooperativista nacional compete à OCB e a qualifica como órgão técnico-consultivo do Governo. Determina também que a OCB terá

(conclusão)

	três vagas para a representação no Conselho Nacional do Cooperativismo (CNC), enquanto o Governo, representado por seus Ministérios, terá cinco, sendo a presidência do CNC de competência do Ministro da Agricultura.
Constituição Federal de 1988	Determina que a lei apoiará o cooperativismo e outras formas associativas de organização. Além disso, veda a interferência estatal nas sociedades cooperativas.
Medida Provisória nº 2.168-40 de 24/08/2001	Além de estabelecer um programa de revitalização de cooperativas agropecuárias, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).
Lei nº 10.406 de 10/01/2002	Institui o Novo Código Civil Brasileiro e, em seu Capítulo VII, fixa normas específicas para Sociedades Cooperativas, ressalvado legislação especial, ou seja, a Lei nº 5.764/71. No Art. 1.094, estabelece que o número mínimo de sócios seja o necessário para compor a administração da sociedade. No Art. 1.095, altera a responsabilidade dos sócios quanto a eventuais prejuízos para além de suas cotas, incluindo a proporção da participação nas operações.

Quadro 3 – Compilação das principais legislações pertinentes às cooperativas

Fonte: elaborado pelo autor.

2.4 Agricultura familiar, reprodução social e cooperativismo

A função de uma cooperativa, por meio de seus princípios, deve ir além da função econômica, atuando como um ator social que objetiva a mudança social. Deve, portanto, de acordo Pinho (2004), atuar para melhorar as relações pessoais entre os cooperados, bem como agir no plano externo para contribuir na defesa da cidadania, da comunidade e do meio ambiente.

Ocorre que a sociedade cooperativa, dentro do sistema capitalista, busca sobreviver em um meio altamente competitivo e hostil. Assim, conforme Schneider (1981), as cooperativas lançam mão das mesmas estratégias das demais empresas para atingir a eficiência econômica. Com o ímpeto de tornar-se uma organização de grande porte, o aumento da complexidade de sua estrutura organizacional inviabiliza o efetivo controle democrático por parte de seus associados, descaracterizando, dessa forma, a própria cooperativa.

Presume-se que o interesse dos associados enquanto proprietários da organização cooperativa é que esta realmente seja uma organização forte, mas como conseguir isso sem que a cooperativa exproprie os recursos de seus integrantes, por meio das taxas, das vendas ou dos pagamentos? Loureiro (1981) é quem levanta essa tese de expropriação do agricultor familiar a partir dos mecanismos citados e também por meio da fala de um técnico em entrevista realizada em uma grande cooperativa. Na sua fala, o funcionário afirma ser difícil segurar o agricultor dentro das restrições da cooperativa quando ele se torna grande e forte. Seriam então as cooperativas agrícolas um espaço para pequenos e médios agricultores?

A partir de uma compilação de dados do Censo Agropecuário 2006 sobre o cooperativismo agrícola no Brasil, a OCB (2011) confirma essa informação, no que se refere à baixa participação de grandes agricultores, pois, dos que possuem estabelecimentos acima de 500 ha, apenas 5,1% estão associados às cooperativas, como mostra tabela 2.

Tabela 2 – Estratificação dos estabelecimentos associados às cooperativas agropecuárias

Dimensão do estabelecimento (ha)	Total dos estabelecimentos associados às cooperativas (%)
0-10	29,3
10-50	38,0
50-100	11,3
100-500	14,2
> 500	5,1

Fonte: OCB (2011).

Ocorre que é justamente sobre essa base produtiva desigual, em que o cooperativismo está sobreposto, que, para Schneider (1981), aprofundar-se-iam ainda mais as desigualdades existentes, a partir de benefícios do sistema direcionados aos grupos mais bem sucedidos de cooperados. Isso ocorreria porque as estruturas de poder vigentes na sociedade, de acordo com Rios (2009) em seus estudos anteriores sobre as cooperativas do Nordeste do Brasil, seriam reproduzidas no interior das cooperativas.

Ao verificar quem eram os dirigentes das cooperativas, Rios concluiu ser comum encontrar à frente das cooperativas as mesmas lideranças municipais detentoras de boa situação econômica e bem relacionadas com os políticos dos maiores centros urbanos.

Além disso, o trabalho de Rios identificou que a posição do associado no sistema de estratificação socioeconômico iria ditar sua maior ou menor participação nas atividades da cooperativa, fazendo com que as mudanças sociais tão almejadas pelo cooperativismo não ocorressem.

Outro relato dessa relação de dominação/subordinação também é citado por um personagem conhecido no país pelo fato de ocupar importantes cargos públicos, como o de Ministro da Agricultura e também a presidência da OCB e ACI, entre outros importantes cargos. Estamos nos referindo ao engenheiro agrônomo Roberto Rodrigues, que afirma perceber uma relação de subordinação de cooperados, sobretudo dos agricultores mais pobres com os funcionários de alto escalão das cooperativas. No entanto, segundo Rodrigues, essa situação ocorre em razão de os funcionários não fazerem parte do quadro de associados e estarem ali para gerir a cooperativa, ocasionando, assim, um distanciamento do cooperado (RODRIGUES, 1991).

Cavendish (1981) também apresenta essa discussão de estrutura de poder em estudo de uma cooperativa do Rio Grande do Sul. Para o autor, os desafios advêm das dificuldades de relacionamento entre os produtores associados e o corpo de funcionários, como também da enorme assimetria socioeconômica entre os cooperados.

Para complementar essas referências à reprodução das condições de exploração no sistema cooperativista, citamos o filósofo francês Luis Althusser, que já havia questionado seus idealizadores no surgimento do cooperativismo, classificando-os como “utopistas ultrapassados” e “oportunistas” (ALTUSSER, 2008, p. 53). Vale lembrar que os idealizadores do cooperativismo acreditavam que esta era uma fase anterior ao modo de produção socialista, enquanto para Althusser o cooperativismo fazia parte do modo de produção capitalista. Loureiro (1981) complementa esse pensamento afirmando que o cooperativismo é um instrumento a serviço do capital e de seus mecanismos de dominação e não uma fase anterior ao socialismo

Porém, o cooperativismo continua sendo propagado como saída para a melhoria das condições de vida da agricultura familiar. Dessa forma, questiona-se: podemos esperar que, a partir desse modelo de organização, ocorram as mudanças sociais almejadas pelos seus propagadores ou o cooperativismo continuaria sendo uma visão apologética?

Se concordássemos que nada mudou no cooperativismo agropecuário ou que todas as sociedades cooperativas agem da mesma maneira, estaríamos assumindo que ele continua sendo um instrumento a serviço do capital e reproduzindo as desigualdades. No entanto, isso nos levaria a desconsiderar a possibilidade de que o cooperativismo, quando operado e comprometido com os interesses dos agricultores familiares e seguindo seus princípios, viesse a ser uma “brecha” dentro do sistema capitalista. É por isso que Loureiro se questiona: “[será que] a cooperativa pode ser a forma mais adequada de organização dos agricultores familiares¹⁰ para enfrentar o capital, de modo análogo ao que representa o sindicato para os assalariados?” (LOUREIRO, 1981, p. 10).

Talvez, a cooperativa realmente seja a forma mais adequada de organização para a agricultura familiar na busca de novos mercados e na ocupação de mercados existentes para os produtos da agricultura familiar. Isso que poderia ser justificado pelo expressivo número de novas cooperativas, agora constituídas no formato de cooperativas descentralizadas, apontadas nos dados da pesquisa da Epagri em 2010, descrita por Marcondes et al. (2012). Esse novo cooperativismo, que é formado, em tese, por frações de classe mais homogêneas e que poderia vir a ser chamado de solidário (RIOS, 2009), está possibilitando o acesso ao mercado para um grupo cada vez mais expressivo de agricultores familiares.

¹⁰ Para ser fiel ao original, Loureiro utiliza a expressão “camponeses”. Como ao longo do texto a autora utiliza pequeno produtor, agricultor camponês e camponeses com o mesmo significado, acreditamos que a expressão “agricultor familiar” não altere o significado do questionamento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Abordagem metodológica

O objetivo fundamental de uma pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. Assim, utilizando-se da metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social (GIL, 2008).

No desenvolvimento dessa investigação utilizou-se do enfoque qualitativo. Para Sampieri, Collado e Lucio (2006) o enfoque qualitativo busca compreender o fenômeno social em seu próprio ambiente do ponto de vista do ator social. Enquanto método, a opção foi pelo método do estudo de caso, pois, conforme Minayo (2012), além de responder a questões muito particulares possibilita conhecer um nível de realidade de difícil mensuração. Entre os procedimentos metodológicos, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, com aprofundamento nos temas agricultura familiar e cooperativismo. Para obtenção das informações de campo, foram realizadas entrevistas com agricultores familiares aplicando questionários semiestruturados direcionada aos cooperados das cooperativas agropecuárias por produto e das cooperativas agropecuárias descentralizadas

3.2 O campo de pesquisa

O sul catarinense, de acordo com as normas de divisão político-administrativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é uma das seis mesorregiões do estado de Santa Catarina. Na Epagri, em função de sua divisão estratégica por Unidades de Gestão Técnica (UGTs), o estado de Santa Catarina foi dividido em dez UGTs, sendo a UGT 8 de nome Litoral Sul Catarinense. Ambas as limitações, mesorregião Sul Catarinense e UGT 8 Litoral Sul Catarinense, compreendem as mesmas limitações geográficas. Como o autor desta pesquisa está vinculado à Epagri em seu trabalho na UGT 8, na abordagem desse espaço territorial optamos por delimitar os estudos com as cooperativas nessa área.

Assim, como a unidade de análise são as organizações de agricultores familiares no formato de cooperativas agropecuárias por produto e de cooperativas agropecuárias descentralizadas, as cooperativas agropecuárias situadas na

delimitação desse espaço territorial, sendo, neste estudo, denominado de sul de Santa de Catarina, passam a ser aqui representadas.

Considerando a limitação física e temporal para concluir a pesquisa, optamos por selecionar quatro cooperativas para representar as demais existentes no território. Dessa forma, foram escolhidas duas cooperativas por produto e duas cooperativas descentralizadas. Para representar essas organizações, definimos que os presidentes e quatro associados de cada uma das cooperativas estudadas seriam os entrevistados.

3.3 A seleção das cooperativas e dos entrevistados

Para a definição das cooperativas agropecuárias por produto e as cooperativas agropecuárias descentralizadas que seriam pesquisadas, adotamos o critério de que suas sedes deveriam estar dentro da região pesquisada. Assim, foram selecionadas as cooperativas por produto de maior expressão na região, Cooperja (Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado) e Coopersulca (Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense). Nas cooperativas descentralizadas, seguimos o mesmo critério, porém, em função do número mais elevado de cooperativas existentes, optamos por pesquisar uma cooperativa dentro de cada microrregião (Araranguá e Criciúma) e, entre elas, a que teria mais tempo de fundação dentro de cada microrregião. Dessa forma, as cooperativas descentralizadas Coofanove (Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza), localizada na microrregião de Criciúma, e Coopersombrio (Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Sombrio), da microrregião de Araranguá, foram as selecionadas.

A seleção dos entrevistados, sendo previamente definido um número de quatro entrevistas com associados de cada cooperativa, foi aleatória. Para isso, com a colaboração de um funcionário de cada cooperativa por produto, escolhemos, a partir da relação dos sócios visualizada no computador da cooperativa, o primeiro nome que estivesse a cada trinta páginas dessa relação. Nas cooperativas descentralizadas, em função do pequeno número de sócios, este autor, de posse da lista dos associados, também de forma aleatória, escolheu os quatro nomes de cada cooperativa. Verificado que os entrevistados possuíam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) junto ao *síte* do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), demos

por válida a lista dos entrevistados e passamos então à identificação do local de residência de cada um deles. Para isso, os funcionários das cooperativas e colegas da extensão rural deram sua contribuição, descrevendo detalhadamente o caminho para se chegar a cada um dos entrevistados.

Após esclarecimento do motivo da pretensa entrevista, foi verificado o melhor momento para que ela acontecesse com cada entrevistado. Assim, em função das atividades que estavam desenvolvendo, alguns preferiram agendar para outro dia e outros de pronto preferiram que fosse naquele momento. Dessa forma, foi feita a entrevista conforme a possibilidade de cada entrevistado.

Ao iniciar cada entrevista, foram esclarecidas quais eram as razões da pesquisa, o fato de ele, o entrevistado, ter sido escolhido de forma aleatória e todas as informações que seriam repassadas por ele, cujo nome seria preservado, impossibilitando assim qualquer identificação das informações publicadas com o nome do entrevistado. Também, foi solicitada autorização para gravar toda a conversa, o que foi autorizado por todos. Para a gravação, foi utilizado o gravador da marca Panasonic, modelo RR-US551, sendo todos os arquivos de cada entrevista devidamente armazenados e as respostas posteriormente transcritas.

Assim, com esse procedimento, foram realizadas as 16 entrevistas com os associados, somadas às quatro entrevistas dos presidentes de cada cooperativa, aplicando um questionário semiestruturado com questões fechadas e abertas em modelos diferentes para os presidentes (Apêndice A) e para os demais associados (Apêndice B). Dessa forma, a amostra foi composta com vinte indivíduos, distribuída uniformemente em quatro cooperativas.

Para manter o anonimato dos entrevistados, eles receberam a codificação de CP (Cooperativa por Produto) e CD (Cooperativa Descentralizada), acrescida do número na ordem cronológica de 01 a 08 para cada grupo de cooperativas. Procuramos também manter a individualidade do conjunto de informações dos associados de cada cooperativa, de modo que a sequência de 01 a 04 representa uma cooperativa específica de determinado grupo e a sequência de 05 a 08 a outra cooperativa do mesmo grupo. Dessa forma, temos as codificações CP01 a CP08 para as cooperativas por produto e CD01 a CD08 para as cooperativas descentralizadas.

Os dirigentes receberam a mesma codificação de CP ou CD para diferenciar o tipo de cooperativa, porém foi acrescentada a letra P (presidente) e, da mesma

forma que para os demais cooperados, foi também acrescida a numeração de 01 e 02 para os presidentes do mesmo grupo de cooperativas. Assim, a codificação dos presidentes ficou CPP01 e CPP02 para os presidentes das cooperativas por produto e CDP01 e CDP02 para os presidentes das cooperativas descentralizadas. Teve-se também o cuidado de deixar vinculada a codificação do presidente com os cooperados da mesma cooperativa. Para isso, CPP01 e CDP01 vinculam-se aos cooperados com numeração 01 a 04, e CPP02 e CDP02 aos cooperados com numeração de 05 a 08. Embora as análises tenham sido feitas para o conjunto de informações por grupo de cooperativas, também permitem analisar particularidades de cada cooperativa.

3.4 As cooperativas e seus cooperados

Nesta seção, é apresentada a caracterização de cada cooperativa, seus cooperados/associados e os respectivos dirigentes. Atenta-se para o fato de que muitas vezes se faz a distinção entre cooperado e dirigente, deixando a impressão de que os dirigentes não são também cooperados. Assim, reforçamos que todos os dirigentes entrevistados são também cooperados e a distinção é apenas em relação à função que ocupam na cooperativa.

Dito isso, apresentamos a caracterização de cada cooperativa pesquisada, bem como dos entrevistados. No quadro 4, encontram-se as informações das cooperativas por produto, Coopersulca e Cooperja, e das cooperativas descentralizadas, Coopersombrio e Coofanove.

Descrição	Cooperativas			
	Coopersulca	Cooperja	Coopersombrio	Coofanove
Município sede	Turvo	Jacinto Machado	Sombrio	Nova Veneza
Data da constituição	20/12/1964	30/08/1969	07/12/2006	20/06/2004
Nº de associados	2.365	1.335	103	22
Filiais	33	23	0	1
Possui DAP jurídica	Não	Sim	Sim	Sim

Quadro 4 – Caracterização das cooperativas pesquisadas

Fonte: pesquisa de campo.

No quadro 5, apresentam-se as informações básicas levantadas junto aos oito associados das cooperativas por produto. Da mesma forma, no quadro 6, encontram-se as informações extraídas dos oito associados das cooperativas descentralizadas que foram entrevistados.

Descrição	Cooperados entrevistados							
	CP01	CP02	CP03	CP04	CP05	CP06	CP07	CP08
Idade	45	47	40	53	57	36	30	42
Sexo	M	M	M	M	M	M	F	M
Tempo de sócio	23	10	15	21	30	6	11	3
Receita bruta total	32.800	186.320	243.300	174.000	68.000	161.700	32.100	64.500
Receita bruta do arroz	25.000	170.000	230.000	174.000	68.000	161.700	18.600	34.500
Dedicação da mulher no estabelecimento	Serviço doméstico	Serviço doméstico	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Parcial	Parcial
Dedicação do homem no estabelecimento	Parcial	Integral	Integral	Integral	Integral	Integral	Parcial	Integral

Quadro 5 – Caracterização dos cooperados das cooperativas por produto

Fonte: pesquisa de campo.

Descrição	Cooperados entrevistados							
	CD01	CD02	CD03	CD04	CD05	CD06	CD07	CD08
Idade	25	65	50	56	61	30	50	48
Sexo	M	F	M	M	F	F	F	F
Tempo de sócio	2	4	2	6	6	8	11	11
Receita bruta total	136.000	38.200	201.800	27.900	174.200	31.500	180.000	440.000
Receita bruta das atividades vinculadas à cooperativa	87.000	16.200	156.000	27.900	70.000	31.500	180.000	440.000
Dedicação da mulher no estabelecimento	Serviço doméstico	Integral	Integral	Integral	Integral	Parcial	Integral	Integral
Dedicação do homem no estabelecimento	Integral	Integral	Integral	Integral	Integral	Parcial	*	Integral

Quadro 6 – Caracterização dos cooperados das cooperativas descentralizadas

Fonte: pesquisa de campo.

*Não há participação da figura masculina neste estabelecimento.

Por fim, no quadro 7, as informações dos quatro dirigentes entrevistados são apresentadas.

Descrição	Dirigentes entrevistados			
	CPP01	CPP02	CDP01	CDP02
Idade	52	49	52	47
Sexo	M	M	F	M
Dedicação na cooperativa	Integral	Integral	Parcial	Parcial
Mandato em que se encontra	Segundo de três anos cada	Oitavo de três anos cada	Segundo de dois anos cada	Terceiro de dois anos cada

Quadro 7 – Caracterização dos dirigentes das quatro cooperativas pesquisadas

Fonte: pesquisa de campo.

A partir desse conjunto de informações obtidas junto aos entrevistados, bem como as demais respostas das questões abertas aplicadas no questionário semiestruturado, podemos construir o nosso estudo nas redes de cooperação da agricultura familiar do sul de Santa Catarina formadas por cooperativas agropecuárias por produto e descentralizadas.

4 SUL CATARINENSE: AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS COOPERATIVAS

4.1 O processo de ocupação do território sul catarinense

A ocupação humana no sul catarinense é datada de muito antes da Era Cristã. A primeira ocupação de que se tem conhecimento foi dos índios Sambaqueiros, que viviam próximo ao mar. Em outra fase mais recente da história, a ocupação se deu pelos índios Xoklengs e Guaranis, com ocupação em todo o território.

Em função da construção de uma ponte no Canal das Laranjeiras no município de Laguna, escavações arqueológicas encontraram 23 sepulturas no sítio arqueológico Cabeçudas, que já vem sendo estudado desde o século XIX. Junto às sepulturas, também foram encontrados artefatos como um almofariz, que é uma espécie de pilão para triturar ervas, um peso de rede e alguns adornos feitos de pedra e osso. Embora os arqueólogos da Universidade do Sul Catarinense (Unisul) ainda não tenham os resultados das análises para precisar o período em que viviam aqueles índios, aproximam em 3 mil anos a.C. (GLOBO, 2014).

Santo Antonio dos Anjos de Laguna, atual Laguna, uma cidade histórica, teve seu primeiro povoamento português acessado pelo mar, ainda na década de 1680 (PREFEITURA DE LAGUNA, 2014). É a partir de Laguna que o território sul catarinense é ocupado por não indígenas. Em 1728, um grupo de desbravadores capitaneado por Francisco de Souza e Faria abriu um clarão de mata próximo à barra do Rio Araranguá, atual cidade de Araranguá. O objetivo do grupo foi construir o caminho que chegaria até o estado do Rio Grande do Sul (PIAZZA, 1994).

Porém, somente a partir do ano de 1748, um contingente significativo de imigrantes, para a época, chegou em Florianópolis e Laguna. Conforme os levantamentos de Piazza (1994), entre os anos de 1748 e 1756, pelo menos 6 mil açorianos-madeirenses aportaram em Santa Catarina. Em função da superpopulação e da fome pela qual passavam moradores das Ilhas dos Açores e da Madeira e, ainda, devido a diversos abalos sísmicos que ocorreram naquela região, a Coroa Portuguesa determinou o alistamento daqueles que queriam migrar para o Brasil e depois viabilizou a emigração.

Vale destacar que, após esse período de colonização açoriana-madeirense, não houve em Santa Catarina um expressivo crescimento demográfico até o ano de 1850. No entanto, a partir dessa data, houve um intenso fluxo de emigrantes alemães que se direcionaram a Santa Catarina, especialmente ao norte do estado.

Importante registrar que, em 1850, especificamente no dia 18 de setembro, foi promulgada a Lei Federal n. 601, também conhecida como Lei de Terras. Foi com essa lei que se permitiu a colonização, organizada por empresas privadas, sobre terras devolutas. De acordo com Piazza (1994, p. 133), com essa data, “tem-se pois, a ‘Lei de Terras’ como um divisor de águas, entre uma época de pouco ou nenhum interesse pela colonização estrangeira, e outra, em que tal assunto passou a ser de primordial atenção nos negócios do País”.

Quando as colônias da região norte começam a ficar saturadas, a colonização, agora não mais alemã e sim italiana, direcionou-se ao sul catarinense. Assim, em 1877, foi fundada a primeira colônia da região, denominada de Colônia Azambuja, onde hoje se encontra o distrito de Azambuja, município de Pedras Grandes. A partir daí, diversas outras colônias foram constituídas, e os italianos, em sua imensa maioria, passaram a desbravar e ocupar grande parte desse território.

Foi a partir desse período de colonização, com a vinda dos imigrantes italianos, que o modelo fundiário de pequenos estabelecimentos agropecuários se estabeleceu na região. Na época, cada família de imigrante recebia, de forma onerosa, lotes de terras entre 13 e quarenta hectares. Essa variação do tamanho da área de cada lote de terras acontecia em função da quantidade de membros de cada família. Além do modelo fundiário, a tradição dos italianos com o cultivo do milho, arroz e tabaco e o saber-fazer da agroindustrialização são características que até hoje se mantêm nos descendentes desses imigrantes que vivem no sul catarinense.

4.2 Da emergência das cooperativas à atualidade

Com a proposta de melhor descrever o período histórico das cooperativas de Santa Catarina, especialmente das cooperativas da região estudada, vamos separar a história em três fases. A primeira fase se dá no início do século XX, quando surgem as primeiras cooperativas na região, aos moldes de Rochdale; a segunda fase se inicia a partir da metade do século XX, quando surgem as cooperativas por

produto; e, por fim, a terceira fase se inicia no século XXI, com as cooperativas descentralizadas.

Como já descrevemos na compilação das principais legislações brasileiras pertinentes às cooperativas em seção anterior, vimos que, até 1907, os sindicatos poderiam também atuar no formato de sociedades cooperativas, mas não eram reconhecidas como tal, ou seja, como sociedades cooperativas. Porém, a partir do Decreto nº 1.637, de janeiro de 1907, deram-se as condições legais para a criação das sociedades cooperativas, inclusive se estabelecia que o mínimo de associados fosse de sete pessoas.

A partir desse período, diversas cooperativas “nascem” no Sul do estado. Com base em relatórios da Secretaria Geral de Negócios (SGNE) de Santa Catarina, a região contou com o apoio direto do engenheiro agrônomo italiano Tulio Cavalazzi, que exercia a função de agrônomo itinerante. Temos descrito que, em 1908 e 1909, foram criadas três cooperativas e, em 1914, esse número já atingia 12 cooperativas nessa região (CARVALHO, 2009). De acordo com Scarabelot (2012), a primeira sociedade cooperativa surgiu na então Colônia Urussanga, com a denominação Prima. Em Nova Veneza, temos o registro da Cooperativa Colonial Lunione Fa La Forza (Figura 3), que também surgiu neste período e foi de grande importância para o desenvolvimento da Colônia (BORTOLOTTI, 1992).



Figura 3 – Foto da Cooperativa Colonial Lunione Fa La Forza
Fonte: Bortolotto (1992).

No relatório elaborado pela SGNE em 1914, quando quem estava à frente dessa entidade era Gustavo Lebon Régis, um dos principais formuladores da política catarinense no seu tempo, relata-se que:

Escusado é demonstrar as vantagens que essas associações trazem para os pequenos lavradores, porém em poucas palavras, pode-se dizer que elas barateiam a vida, valorizam os produtos coloniais, e elevam a dignidade dos colonos que livres das garras do comércio avassalador, compreendem neste mundo que o sol nasce para todos e olham com carinho para as próprias associações cooperativas, debaixo de cujo pavilhão marcham hoje seguros para a conquista do bem estar próprio e do progresso do país. (RELATÓRIO SGNE, 1914, p. 268 apud CARVALHO, 2009, p. 100).

Embora houvesse uma grande expectativa em relação a essas cooperativas e, portanto, ao cooperativismo, elas não suportaram o poder do capitalismo em desenvolvimento no Brasil. Assim, em 1928, a Cooperativa Colonial *Lunione Fa La Forza* encerrou suas atividades (BORTOLOTTI, 1992) e quanto as demais, sabe-se apenas que elas também encerraram suas atividades nas décadas de 1920 e 1930. Porém, isso não reduz a importância que elas tiveram em sua época no apoio à comercialização dos itens básicos para a subsistência dos moradores das Colônias, bem como na fabricação de banha.

Se, na primeira fase do histórico do surgimento das cooperativas, os principais atores sociais foram os colonos, na segunda fase do cooperativismo do Sul de Santa Catarina, coube aos filhos e netos desses colonos continuarem a construir a história. Dessa forma, a partir da década de 60, surge um novo movimento de constituição de cooperativas, do qual duas cooperativas aqui estudadas (Coopersulca e Cooperja) são legítimas representantes.

Essas cooperativas surgiram, como descreve Graziano da Silva (1988), na passagem de uma agricultura internalizada nos complexos rurais de uma economia natural para uma agricultura integrada à indústria e com forte especialização. Assim, a Coopersulca é constituída no ano de 1964 e a Cooperja em 1969, justamente nos primeiros anos da fase que Delgado (2012) estabeleceu como o auge da modernização conservadora, quando então as culturas agrícolas e, especialmente neste caso, o arroz, passam rapidamente por profundas modificações nas suas técnicas de cultivo, com aumento substancial de produtividade.

Embora iniciativas individuais de empreendedores na época já estivessem estabelecidas no mercado de industrialização de arroz e de comércio de insumos, os

atuais dirigentes relatam que havia a necessidade de armazenagem e de um comércio mais justo para o arroz dos agricultores e para os insumos. Isso porque, além de esses comerciantes estarem “*meio baleados*” (CPP02), ou seja, com dificuldades para honrar os compromissos financeiros, eles também não conseguiam atender a toda a necessidade dos produtores da época e, ainda, tinham “*problemas de armazenar e depois vender [o arroz]*” (CPP01).

Assim, para atender à necessidade dos agricultores:

[...] tinha que ter um local para poder receber esse arroz que já era plantado muito na região e depois foi expandindo, além do arroz, foi feito também uma loja agropecuária que era a antiga associação né, até para comprar produto, porque ninguém tinha produto para vender, assim qualquer coisa que você precisasse na propriedade. (CPP01).

Então, a ideia da criação foi essa necessidade de aquisição de insumos, da armazenagem e comercialização do arroz. (CPP02).

Por essas razões e com a participação efetiva de atores imbuídos de habilidade social, nos termos de Fligstein (2007), quando lideranças da época foram contatadas para esse fim, surgem as cooperativas desse período.

Os dois dirigentes entrevistados relatam que, além de os agricultores “adotarem a ideia” de constituírem sociedades cooperativas, os motivadores da constituição dessas cooperativas foram “*o pessoal da Acaresc*”¹¹ (CPP01; CP02) e os “*padres daqui*” (CPP01). Cabe aqui o registro de que, infelizmente, um funcionário da então Acaresc (engenheiro agrônomo Joaquim Pedro Coelho) veio a óbito quando estava colaborando/realizando serviços na parte elétrica da Cooperja em seu primeiro ano de constituição.

Muitas das cooperativas constituídas nesse período continuam ativas, como é o caso da Cooperja e Coopersulca (Figura 4). Porém, algumas delas, em função de momentos desfavoráveis na economia do país, como nos anos de 1986 a 1999, no chamado período de transição – marcado por políticas neoliberais e graves crises cambiais –, bem descrito por Delgado (2012), aliado a problemas de má gestão, acabaram encerrando suas atividades. No entanto, algumas dessas cooperativas, a partir do dispositivo legal, com o advento da Lei Federal nº 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo), foram incorporadas por outras, como foi a situação da Coopeará

¹¹ A Acaresc (Associação de Crédito Rural do Estado de Santa Catarina) mais tarde, no ano de 1991, juntamente com outras empresas, foi agrupada e teve sua denominação alterada para Epagri.

(Cooperativa dos Produtores de Araranguá) e Coapeme (Cooperativa Agroindustrial de Meleiro), incorporadas pela Coopersulca. Estas duas cooperativas também eram formadas por produtores de arroz e, o beneficiamento, assistência técnica e comercialização de insumos eram seus principais serviços prestados aos associados.



Figura 4 – Vista parcial da unidade agroindustrial da Coopersulca em Turvo
Fonte: arquivo do autor.

Na atualidade, embora essas cooperativas continuem com um produto principal, elas têm procurado diversificar sua atuação com outras culturas de importância econômica para seus associados, podendo-se citar o milho na Coopersulca e o maracujá e banana na Cooperja. Além disso, no intuito de ampliar a oferta de insumos aos associados, a Cooperja também se estabeleceu no ramo de combustíveis, com posto de combustível, e obteve licença na modalidade Transportador, Retalhista e Revendedor (TRR). Especificamente na Coopersulca, temos uma particularidade: a cooperativa recebeu aporte financeiro do Governo Federal para construir um frigorífico para peixe, no entanto, após alguns anos de funcionamento, buscando superar as dificuldades, com a falta de regularidade da oferta da matéria-prima e, conseqüentemente, prejuízos constantes na unidade, decidiu por vender o frigorífico para um empreendedor individual.

Por fim, chegando à terceira fase de constituição de sociedades cooperativas, temos as cooperativas descentralizadas. Como já dissemos, essas cooperativas estão sendo denominadas “descentralizadas” em função do ativo imobilizado que formam as unidades de processamento (agroindústrias), ser fruto do capital financeiro do cooperado ou grupo de cooperados na condição de pessoa física. Assim, ao ingressar na cooperativa com sua unidade já constituída ou no caso daqueles que são sócios e vierem a constituir a agroindústria, o associado passa esse ativo em forma de contrato de comodato à cooperativa. Dessa forma, o cooperado ou grupo de cooperados continuam responsáveis, informalmente, por toda a gestão da agroindústria, porém a responsabilidade legal é da cooperativa.

A separação dessa nova fase de constituição de cooperativas é justificada pelo fato de que, além de estarem sendo constituídas em um novo modelo de administração, o levantamento realizado pela Epagri em 2010, nos empreendimentos de agregação de valor e nas redes de cooperação da agricultura familiar, identificou que havia só quatro cooperativas descentralizadas com tempo de existência entre dez e 19 anos no estado de Santa Catarina (MARCONDES et al., 2012). Na região abrangida por essa pesquisa, a Coofanove (Figura 5) foi a primeira a ser constituída nesse novo modelo, no ano de 2004, somada a outras dez identificadas no levantamento da Epagri, que foram constituídas nos anos mais recentes, como a Coopersombrio, no ano de 2007.

Um dos dirigentes entrevistados relata que os atuais associados eram “*tudo gente que tava trabalhando numa fabriqueta com massa, com bolacha, com salame, tudo informal. Aí, ele foi até a cooperativa para se legalizar.*” (CDP02). Por essa razão, uma das motivações foi a possibilidade de formalização de agroindústrias para acessar o mercado sem que o agricultor perdesse sua condição de segurado especial junto à Previdência Social. O dirigente reforça:

a gente via bastante na nossa cooperativa era esse problema, que tinha muita gente que tinha medo, porque tinha que vender produtos industrializados e não queria daqui a pouco perder o direito de aposentaria como agricultor. A gente via muito isso. (CDP02).



Figura 5 – Fachada da loja de comercialização de produtos dos sócios da Coofanove em Nova Veneza/SC

Fonte: arquivo do autor.

No entanto, não são todos os associados que processam alimentos, muitos deles fazem a comercialização de produtos *in natura*. Embora não seja necessária a constituição de uma cooperativa para a venda de produtos agropecuários sem processamento, outro motivo elencado para a constituição da cooperativa foi “o programa da Conab” (CDP01), que privilegiava as cooperativas para acessar esse mercado institucional.

Dessa forma, diversas cooperativas surgem nessa nova fase com apoio de entidades públicas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e sindicatos, mas primordialmente em função do protagonismo de muitos agricultores familiares imbuídos também da habilidade social, nos termos de Fligstein (2009). Com a constituição dessas cooperativas, atende-se a uma necessidade dos agricultores familiares de acesso ao mercado com produtos formalizados, ou seja, de acordo os dispositivos da legislação sanitária, tributária e ambiental. Além disso, quando se realiza a formalização das agroindústrias por meio de uma sociedade cooperativa,

consegue-se ratear muitas despesas como responsabilidade técnica, assessoria contábil, etc, com outros sócios. Somado a isso, esse modelo de organização facilita aos agricultores familiares o acesso a mercados institucionais e tem o apelo de não desqualificá-los como segurados especiais.

Embora não seja possível fazer a distinção de quais cooperativas agropecuárias registradas na Junta Comercial de Santa Catarina (Jucesc) pertencem à região deste estudo, como também não é possível distinguir a qual grupo pertencem, se das cooperativas por produto ou descentralizadas, a Tabela 3 evidencia um grande número de novos registros de sociedades cooperativas nos últimos anos. Se observarmos essas informações, que estão disponíveis no *site* da Jucesc, referentes ao período entre os anos de 2006 e 2013, percebemos que há um saldo positivo de 297 cooperativas agropecuárias. Comparando esses dados com as informações da Ocesc (Tabela 4) de que o número de cooperativas registradas naquela entidade está praticamente estável no mesmo período, reforça-se a tese do surgimento de uma nova geração de cooperativas sendo constituídas.

Tabela 3 – Cooperativas registradas e canceladas em Santa Catarina junto à Jucesc no período de 2006-2013

Ano	Cooperativas registradas	Cancelamentos de registro
2013	41	8
2012	40	14
2011	40	6
2010	49	10
2009	43	4
2008	53	5
2007	58	7
2006	75	8
TOTAL	359	62

Fonte: elaborado pelo autor sobre dados de www.jucesc.sc.gov.br.

Necessário se faz acrescentar que essa nova fase de constituição de cooperativas é marcada por uma oposição ao registro junto à OCB (BÚRIGO, 2010), que também foi identificado nas duas cooperativas descentralizadas aqui estudadas, mesmo sendo a OCB a entidade que ainda representa oficialmente o cooperativismo no Brasil. Embora a Coofanove ainda tenha optado por não se filiar a qualquer entidade, a Coopersombrio já está filiada na União das Cooperativas da Agricultura

Familiar e Economia Solidária de Santa Catarina (Unicafes/SC), que, por sua vez, é filiada à União Nacional de Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas), de representação paralela à OCB.

Tabela 4 – Cooperativas de Santa Catarina com registro na Ocesc no período 2006-2013

Ano	Número de cooperativas em cada ano
2013	254
2012	263
2011	261
2010	262
2009	257
2008	265
2007	256
2006	265

Fonte: Ocesc (2013, 2014).

Esta exigência, que poderia ser uma pressão da própria OCB, era oficialmente defendida em função da interpretação de que caberia as Juntas Comerciais fazer cumprir o art. 107 da Lei 5764/71 onde está expresso que o funcionamento da cooperativa está condicionado ao registro na entidade representativa.

Com a persistência das primeiras cooperativas em se opor a esta exigência, a Junta Comercial em Santa Catarina não colocou mais esta condição como pré-requisito para fins de registro. Em nível nacional, parece que esse assunto recebeu recentemente um importante encaminhado por parte da Secretaria da Micro e Pequena Empresa do Governo Federal (SMPE). Ocorre que, após ser questionada, a Assessoria Jurídica da SMPE emitiu o Parecer 13/2014 concluindo que

As Juntas Comerciais não detem o poder fiscalizatório quanto aos requisitos do art. 107 da Lei 5764/71 que reza que as cooperativas são obrigadas, para seu funcionamento, a registrar-se na Organização das Cooperativas Brasileiras ou entidade estadual, se houver. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014).

Cabe destacar que, embora isso tenha sido uma importante conquista para o movimento cooperativo solidário, o mesmo parecer também estabelece que “será o Administrador Público que, por exemplo, na oportunidade da compra pública, quem

deverá buscar informações sobre tais requisitos, caso julgue necessário” (PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, 2014). Por isso, o problema continua assombrando e isso só poderá ser resolvido com uma nova legislação.

Por fim, cabe ainda uma última distinção entre as três fases de registros de cooperativas. Na primeira fase, temos cooperativas constituídas com uma grande variedade no número de associados. De acordo com as informações obtidas em Carvalho (2009), enquanto as cooperativas de Urussanga, Nova Veneza e Cocal tinham respectivamente 114, 206 e 113 sócios e também possuíam filiais, as demais nove cooperativas, não tinham filiais e seus quadros de sócios eram de nove a 98 associados. Além disso, é possível extrair da pesquisa de Carvalho que aproximadamente 50% das famílias de colonos na época estavam associadas nas cooperativas da região¹². Na segunda fase, as cooperativas já iniciaram com um número significativo de associados e a constituição de filiais, bem como o aumento do quadro de sócios, parece ser estratégico para consolidar sua atuação no mercado. Temos, por exemplo, a Coopersulca, que iniciou com 214 associados, e a Cooperja, com 117. Atualmente, a Coopersulca está com 2.365 associados e 33 filiais e a Cooperja está com 1.335 associados e 23 filiais. Na terceira fase, as cooperativas descentralizadas voltam a iniciar com um pequeno número de associados e preferem se estabelecer dessa forma, além de optarem por fazer filiais somente se for por necessidade legal. Assim, identificamos que a Coofanove iniciou com 22 associados e, embora tenha havido algumas saídas e entradas de associados ao longo do tempo, ela continua com esse mesmo número. Diante da obrigatoriedade exigida pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento para formalizar uma unidade de produção de vinho, a Coofanove, constituiu uma filial. Já a Coopersombrio não possui filial, iniciou suas atividades com 35 sócios e atualmente ampliou para 103, mas, seu dirigente acredita que o quadro de sócios tende a ficar estável neste patamar.

¹² Esta aproximação se deu em função de Carvalho (2009), apresentar informações dos relatórios da SGNE em que na época 851 pessoas eram associadas nas 12 cooperativas, quando o total de habitantes para a época era de 6382. Assim, considerando que cada associado representasse uma família, que não difere do como é hoje, e também, considerando uma família de pelo menos 4 indivíduos, temos a referida aproximação de 50% da população associada às cooperativas.

4.3 As condições de produção e comercialização nas cooperativas por produto

O arroz, principal produto das cooperativas por produto, analisadas nesta pesquisa é cultivado em 142 municípios de Santa Catarina com sua maior concentração no Sul Catarinense e região do Baixo e Médio Vale do Itajaí ao norte de Santa Catarina. O cultivo do arroz se destaca há muito tempo na região, como pode ser observado em matéria de jornal no início do século XX:

É na Colônia Nova Veneza que esta cultura já tomou um lugar saliente, podendo-se dizer que não há colono que não cultive este cereal, aumentando de ano para ano a área de cultura. É uma das mais remuneradas culturas [...] A cultura é quase toda feita a seco; apenas um ou outro colono começou a experimentar a cultura semi-úmida. (JORNAL O DIA-Florianópolis, 03/01/1911, p. 2 apud BORTOLOTTI, 1992, p. 142).

De acordo com os dados da Reunião Técnica da Cultura do Arroz Irrigado (2012), em 2009 haviam 8499 agricultores produzindo arroz irrigado em 11230 estabelecimentos, sendo 32% destes em formato de arrendamento ou parcerias agrícolas. As informações do Censo Agropecuário de 2006 dão conta de que 6959 estabelecimentos pertenciam à agricultura familiar cultivando 83603ha dos 132932ha existentes em Santa Catarina.

Na região sul especialmente nas microrregiões de Araranguá e Criciúma, local de abrangência deste estudo, foi cultivado 72.130ha na safra 2012/2013 segundo levantamento anual de safra realizado pela Epagri. Além disso, é nesta região onde se encontra o maior número de indústrias de beneficiamento de arroz. A Reunião... (2012) apresenta 48 indústrias das 66 existentes em todo o estado localizadas nesta região. Com efeito, a capacidade de beneficiamento destas indústrias é bem superior à produção, e a importação de arroz do Rio Grande do Sul tem sido algo corriqueiro. Algumas destas indústrias, entre elas as cooperativas pesquisadas, já ampliaram suas unidades de beneficiamento com a instalação de filiais no referido estado. Este movimento das indústrias, de certa forma segue o movimento migratório de muitos agricultores catarinenses que se deslocaram ao Rio Grande do Sul para cultivar arroz irrigado.

Como a produção de arroz é uma atividade expressiva no Brasil, fez despertar o interesse de empresas na confecção de maquinário e a evolução tecnológica vem colaborando em muito com os produtores para a humanização da

mão-de-obra. De uma atividade altamente dependente de mão-de-obra na década de 70, onde as operações agrícolas de plantio, adubação, aplicação de agrotóxicos e colheita eram realizadas manualmente, o cultivo do arroz passou na contemporaneidade como uma cultura altamente tecnificada com baixa utilização de mão de obra. Até mesmo àqueles que cultivam pequenas áreas, como é o caso do entrevistado CP01 que cultiva 5 há, faz uso da tecnologia disponível de mecanização para conduzir sua lavoura. Embora seja possuidor de trator agrícola, o que lhe permite apenas realizar o preparo do solo de maneira mecanizada, CP01 faz pagamento a terceiros que possuem o trator aplicador de insumos, desenvolvido especialmente para a lavoura de arroz irrigado, apelidado na região de “chupa-cabra” (Figura 6) para realizar as operações de semeadura, adubação e aplicação de agrotóxicos. No momento da colheita não é diferente, CP1 novamente utiliza-se dos vizinhos que possuem colhedeira para realizar a sua colheita.



Figura 6 – Trator especial utilizado para semeadura, adubação e pulverização de agrotóxicos nas lavouras de arroz irrigado popularmente conhecido como “chupa-cabra”

Fonte: foto do autor.

Essa mudança tecnológica, como lembra o entrevistado CP03, “*nessa época [de semeadura] só se via era cara com lata pendurada no pescoço semeando arroz, hoje não se vê mais ninguém*” interfere fortemente na estrutura fundiária, bem como na ocupação dos agricultores. Ocorre que, com a possibilidade de ampliar a área de plantio sem a necessidade de aumentar o uso de mão-de-obra, agricultores mais capitalizados que dispõem de maquinário, acabam por pressionar o mercado de terras, seja para compra ou para arrendamento. Do outro lado, os agricultores menos capitalizados e, portanto, sem a disponibilidade de todo esse ferramental tecnológico, acabam terceirizando muitas das operações agrícolas do cultivo do arroz irrigado (Quadro 8).

Quanto à terceirização das operações agrícolas	Entrevistados das cooperativas por produto							
	CP01	CP02	CP03	CP04	CP05	CP06	CP07	CP08
Não terceiriza								
Terceiriza apenas a colheita								
Terceiriza a aplicação de agrotóxicos e colheita								
Terceiriza a semeadura, adubação, aplicação de agrotóxicos e colheita								

Quadro 8 – Terceirização das operações agrícolas entre os entrevistados das cooperativas por produto

Fonte: pesquisa de campo.

A partir dessa necessidade de terceirização das operações agrícolas, é certo que os rendimentos financeiros da cultura tende a reduzir e os agricultores nas situações mais críticas (que terceirizam quase todas as operações agrícolas) serão os primeiros a abandonar a atividade arrendando suas terras, ou mesmo vendendo-as, tornando-se vítimas da armadilha da modernização nos termos de Maluf (2002). Ou seja, a partir da modernização agrícola onde temos a especialização produtiva e conseqüentemente aumento da produtividade, isso acaba em médio prazo resultando na exclusão do mercado de um grande número de pequenos agricultores, pois tornam-se nesta lógica, não competitivos. Na opinião do entrevistado CP03 que cultiva 47 ha de arroz irrigado:

O agricultor que faz lá 5 ha de arroz com lata no pescoço, porque não tem condição de comprar um chupa-cabra, aí ele pega, e o vizinho que tem todo esse maquinário, o que ele faz, ou ele vai lá e passa trabalho tudo a mão ou arrenda pro cara e vai trabalhar de funcionário pro cara. Dá mais lucro, porque ele vai receber a rendinha dele e vai trabalhar pro cara e ganhar bem, porque falta mão de obra qualificada porque geralmente é bom pegar agricultor, um agricultor que já trabalha na roça, porque daí sabe todas as manhas e tal, então, é onde aquele caso, o pequeno vai trabalhar de funcionário. (CP03).

Embora não tenhamos entre os entrevistados situações de arrendamento de terra para terceiros, verificamos que a evolução tecnológica fez com que houvesse um excedente de mão de obra, especialmente feminina. Assim, para buscar um complemento a renda familiar, dos oito entrevistados, pelo menos seis, possuía a mulher em trabalho parcial no estabelecimento e destas, duas, estavam sem qualquer atuação no trabalho agrícola. Nos homens, embora seja em menor proporção (2/8), verificou-se que aqueles que cultivavam áreas extremamente pequenas (4 e 5 ha, como é o caso de CP01 e CP07) e que não possuíam outra atividade agrícola de renda maior que a do arroz, terceirizavam todas as operações agrícolas que dependiam de maquinário e também lançavam mão do trabalho externo.

Quando comparamos a terceirização das operações agrícolas com o grau de satisfação dos entrevistados em relação à atividade de produção de arroz irrigado, também levantado na pesquisa, percebemos que somente 2/8 estão muito satisfeito (CP02 e CP03), justamente aqueles que não terceirizam, enquanto 1/8 está insatisfeito (CP07). Os demais se consideraram satisfeitos com a atividade em uma escala de muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito e insatisfeito.

Importante destacar que o momento atual dos preços da saca do arroz estão favoráveis aos produtores, fazendo com que haja uma remuneração positiva dos fatores de produção. De acordo com Vieira (2014) na região sul de Santa Catarina, os preços pagos ao produtor no início de abril, variam entre R\$33,00 e R\$34,70 por saca de 50kg. Provavelmente, a partir da redução dos preços ou mesmo do aumento dos custos de produção, o grau de satisfação com a atividade irá piorar, afetando principalmente os menos capitalizados.

Infelizmente, esta situação de baixa dos preços parece que não está muito longe de acontecer. Nas análises da Reunião... (2012), as projeções do preço do arroz levando em consideração o histórico dos últimos 40 anos, nós estaríamos nos

primeiros meses deste ano ao final de um ciclo de preços, atingindo seu pico. Na sequência, entraríamos em um próximo ciclo com os preços caindo até meados de 2016 o que viria a pressionar aqueles que cultivam áreas extremamente pequenas.

No que diz respeito a necessidade do descascamento do arroz, seja ele para a transformação em arroz parboilizado ou arroz branco, para posterior colocação deste arroz no mercado consumidor, os agricultores fazem a venda do arroz às indústrias que são em grande número na região (48). Os agricultores cooperativados, em princípio entregariam sua produção nas cooperativas das quais são sócios, no entanto, de acordo com os agricultores pesquisados, três deles (CP01, CP03 e CP08) transacionam também com as indústrias particulares. Chama a atenção que um entrevistado, o CP01 não comercializa nada com a cooperativa com a qual ele é sócio, enquanto os demais, CP03 e CP08, comercializam respectivamente 90 e 60% de toda a produção para com a cooperativa.

Em seção posterior discutiremos com profundidade essa relação de fidelidade, cabe-nos neste momento reforçar que os agricultores que produzem arroz na região, sejam eles cooperativados ou não, não possuem qualquer dificuldade na comercialização de sua produção. Porém, isso não significa que sempre terão preços justos para cada saca de arroz produzido.

Neste quesito, preço da saca do arroz pago ao produtor, percebe-se uma unanimidade nas falas dos entrevistados, onde atribuem às cooperativas o papel de reguladoras de preços:

[...] porque seria muito diferente se não tivesse a cooperativa. Seria mais apertado o negócio, principalmente na indústria de arroz, eu acho que a gente ia sentir mais. Mesmo pro cara que não é sócio tem a vantagem de que, quando for entregar lá no outro [engenho] ele não pode fugir muito do preço da cooperativa. (CP04).

Mesmo no entrevistado que não comercializa sua produção na cooperativa, este não deixa de fazer a defesa e diz que:

O preço hoje do arroz fica tudo igual, mas tem que ter a cooperativa, porque tem certos anos ali que ela segura o preço. Se tivesse só os engenhos, eles combinam preço e a Coopersulca segura. De repente, tu vai uma semana para outra e os engenhos já estão baixando e a Coopersulca tenta segurar mais o preço, só daí no final ela é obrigada a baixar porque daí ela tem que acompanhar o mercado, mas o engenho ta sempre [baixando] antes do que a cooperativa. (CP01).

É sabido que as cooperativas pesquisadas não possuem o poder de regular o mercado de arroz no cenário nacional, porém, está evidenciado que elas agem fortemente no território onde se encontram, contribuindo positivamente nos preços do arroz pago aos produtores da região.

4.4 As condições de produção e comercialização nas cooperativas descentralizadas

A tradição dos agricultores familiares no processamento de alimentos faz parte da cultura adquirida principalmente dos imigrantes italianos e alemães que colonizaram o sul de Santa Catarina. Quando os colonos imigrantes chegaram a essa região, o processamento de alimentos compunha parte importante da dieta alimentar no consumo das famílias. Os principais produtos elaborados eram queijo, manteiga, salames, linguiças, banha de porco, açúcar mascavo, geleias de frutas, vinho, pães e bolachas caseiras, tornando, assim, conforme Ferrari et al. (2013), o processamento de alimentos como integrante da própria lógica da agricultura familiar e uma de suas características basilares.

Mesmo diante de dispositivos legais que dificultavam e que ainda dificultam a regularização das agroindústrias familiares rurais, muitos agricultores continuam informalmente produzindo e comercializando alimentos processados. Porém, encontraram na forma organizativa de sociedades cooperativas a possibilidade de se regularizarem perante as legislações previdenciária, fiscal, sanitária e ambiental de forma menos onerosa e sem prejuízo à condição de segurado especial, condição essa que lhes garante a aposentadoria sem a devida contribuição. Do contrário, caso viessem a ser responsáveis por sociedades mercantis, perderiam esse direito e passariam a ser obrigados a contribuir mensalmente para a previdência na qualidade de contribuinte individual¹³ (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2013).

Importante frisar que, a exemplo de Mior (2005), compreendemos a agroindústria familiar rural como um novo empreendimento socioeconômico da

¹³ Faz-se necessário ressaltar que alteração recente na legislação brasileira (Lei Federal nº 12.873/2013) passou a possibilitar que o segurado especial participasse de sociedade empresarial sem prejuízo à sua condição de segurado especial. Contudo, está limitada a participação em sociedades empresariais que tenham âmbito agrícola, agroindustrial ou agroturístico, desde que mantido o exercício da sua atividade rural, que os sócios, se houver, também sejam segurados especiais e não se contratem empregados que, em sua soma de dias trabalhados, não superem os 125 dias de trabalho durante o ano civil.

unidade familiar. Assim, o resultado da transformação dos produtos agropecuários das agroindústrias familiares rurais visa, “sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”, diferentemente de quando ocorre a transformação de produtos na cozinha da casa do agricultor visando “prioritariamente à produção de valor de uso que se realiza no autoconsumo” (MIOR, 2005, p. 191).

Em função da complexidade das informações do Censo Agropecuário 2006 no que diz respeito às agroindústrias familiares rurais e da necessidade de conhecer com profundidade a situação catarinense, em 2010, a Epagri procurou saber quantas dessas agroindústrias familiares rurais existiam nesse território. Para isso, realizou um levantamento por meio de seus profissionais da Extensão Rural em cada município, cujo trabalho foi coordenado pela equipe de pesquisadores do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa). As informações do levantamento apontaram para a existência de 1.894 agroindústrias familiares rurais, sendo que 60% delas foram constituídas a partir do ano 2000 (MARCONDES et al., 2012). Mesmo que nem todas as agroindústrias pertençam a alguma rede de cooperação formalizada por cooperativas, esses números coincidem com a terceira fase do cooperativismo que descrevemos anteriormente, quando, então, surgem as cooperativas descentralizadas para viabilizar formalmente o acesso ao mercado.

No entanto, as cooperativas descentralizadas não existem apenas em função da necessidade de formalizar as agroindústrias rurais familiares. Algumas delas, como é o caso da Coopersombrio, perceberam a possibilidade de melhorar ou aumentar o comércio dos produtos agropecuários por meio de programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Nas palavras de um entrevistado, o que motivou a criação da cooperativa foi “o *programa da Conab*” (CDP01).

Conforme o dirigente da Coopersombrio, a produção de produtos agropecuários para comercialização *in natura* possui maior expressão entre os associados, “*porque a Coopersombrio, ela sobrevive em cima da verdura e do aipim*” (CDP01). Assim, temos aqui duas situações em que, em tese, ao menos em uma delas não haveria a necessidade da cooperativa para o ato comercial, pois é de conhecimento que, para comercializar produtos agropecuários *in natura*, como, por

exemplo, a alface, apenas a nota de produtor rural é suficiente para oficializar o ato comercial¹⁴.

No que diz respeito ao aipim, o fato de ele ser comercializado *in natura* não significa que o produto não passe por uma fase de processamento. Assim, antes de o aipim chegar ao consumidor final, ele é descascado para reduzir o tempo no momento do preparo ao cozimento. Essa operação de descascamento ocorre numa agroindústria que um associado ou grupo de associados, nesse modelo de cooperativas descentralizadas, transferiu à cooperativa na forma de contrato de comodato. Assim, oficialmente, é a cooperativa representada pela sua direção, que solicita o aval da vigilância sanitária, para, então, possibilitar a comercialização formal do aipim.

Observamos que, na Coofanove, com um número mais restrito de associados, todo o seu quadro de sócios se especializou em alguma atividade de processamento/transformação, constituindo para tal uma agroindústria familiar rural

Do conjunto das oito famílias associadas às duas cooperativas descentralizadas que foram entrevistadas para a presente pesquisa, pelo menos sete possuíam agroindústrias e uma família estava produzindo hortaliças e comercializando sem qualquer operação de processamento ou transformação. Além dessa divisão clara de especialidades entre os entrevistados, cabe o registro de que uma das famílias, além de possuir uma agroindústria, também comercializava bananas via cooperativa. Nas sete famílias que possuíam agroindústrias, os produtos comercializados eram: biscoitos, pães, queijo, ovos e massas.

Atividades de agroindustrialização, especialmente em uma agroindústria familiar rural, requerem o comprometimento de mais de um componente da família e, muitas vezes, o trabalho de terceiros. Marcondes et al. (2012) verificaram, nas 1.894 agroindústrias pesquisadas, que havia uma relação de 3,57 pessoas da família por empreendimento. Além disso, encontraram 19,9% das pessoas ocupadas nos empreendimentos na situação de colaboradores/empregados. Outra característica das agroindústrias é o trabalho feminino na gestão dos empreendimentos. Em que pese a pesquisa dos autores apontar para 25% das mulheres se apresentarem

¹⁴ Se a alface for comercializada após o miniprocessamento, quando ela é picada e disponibilizada para os consumidores em bandejas, há a necessidade de formalizar o empreendimento para que a vigilância sanitária dê o seu aval.

como responsáveis pela gestão das agroindústrias, há de se considerar que, no universo altamente masculinizado do meio rural, essa porcentagem é significativa.

As informações dos oito entrevistados das cooperativas descentralizadas corroboram os dados de Marcondes et al. (2012). Apenas dois entrevistados declararam possuir atividade externa ao estabelecimento, sendo um do sexo feminino e um do sexo masculino. Além de os demais estarem com a família envolvida na agroindústria, ao menos três entrevistados declararam possuir mão de obra de terceiros. Quanto ao responsável pela gestão dos empreendimentos, na presente pesquisa as mulheres ampliam sua atuação, ficando responsáveis por cinco agroindústrias das sete pesquisadas.

Se, por um lado, há uma forte vinculação do trabalho familiar com a baixa dependência de mão de obra externa nas condições de produção, foi verificado que os empreendimentos, na sua maioria (5/7), são altamente dependentes da aquisição de produtos (farinha de trigo, açúcar, leite, ovos etc.) de fora do seu estabelecimento para o fabrico dos produtos agroindustrializados (queijo, pães, biscoitos e massas). Dessa forma, constatamos que a autossuficiência desejada na agroindustrialização acaba por não se concretizar, tornando-se, assim, um exemplo de especialização.

Importante destacar que a existência das cooperativas descentralizadas torna-se uma porta que se abre para o mundo formal, em que as famílias associadas passam a ter condições de formalizar suas agroindústrias e colocar no mercado produtos que estão de acordo com a legislação. Assim, de acordo com os entrevistados, a cooperativa colaborou com “a possibilidade de poder vender legalizado” (CD07) e “estar regular, não ter problema de uma fiscalização”. (CD06).

5 MERCADO, COOPERATIVISMO E RELAÇÕES SOCIAIS

5.1 As cooperativas como porta de acesso aos mercados

Por meio da participação em organizações como cooperativas, os agricultores familiares têm o acesso ao mercado de maneira mais facilitada. Conforme as falas de alguns entrevistados associados às cooperativas descentralizadas, temos que:

Depois que fundou a Coofanove, a gente entrou de sócio na cooperativa e pode vender todo o produto da gente, senão antes não podia. A cooperativa foi uma porta que abriu para nós. (CD05).

Então é bom porque ela tem a nota e a gente consegue vender. De que jeito a gente ia vender pra prefeitura, pra prefeitura distribuir na merenda? Não tinha como se não tivesse nota da cooperativa. (CD04).

Mesmo nas cooperativas por produto, em que, muitas vezes, a cooperativa é compreendida como mais um ator econômico entre as possibilidades de comercialização do produto produzido pelos agricultores, a cooperativa também é uma importante porta de acesso ao mercado. O entrevistado CP02 colabora dizendo que “*se não fosse a cooperativa, os engenhos pagariam o que eles queriam*”, ampliando, assim, o papel da cooperativa como um agente regulador de preços.

No que diz respeito à forma de comercialização, as cooperativas tradicionais, diante da grande quantidade de arroz produzida na região, buscam espaço de comercialização em todos os estados da federação, constituindo, assim, as cadeias longas de comercialização. Se essa forma de comércio entre agricultores com suas cooperativas por produto é algo tradicional, o mesmo não pode ser dito da comercialização entre os agricultores vinculados às cooperativas descentralizadas. Enquanto os agricultores associados às cooperativas por produto necessitam apenas que o arroz produzido em seu estabelecimento seja beneficiado na indústria pertencente à cooperativa, para então a cooperativa, por meio de seus dirigentes, realizar a comercialização, os agricultores associados às cooperativas descentralizadas são os responsáveis pela maior parte da comercialização do que produzem.

Assim, estando a comercialização do que for produzido em cada unidade de produção sob a responsabilidade dos próprios associados, sejam os produtos das

agroindústrias, sejam os produtos hortifrutigranjeiros, os canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares são os mais diversos. Por meio da tabela 5, verificamos a diversidade dos canais de comercialização utilizados pelos agricultores associados às cooperativas descentralizadas, bem como a distribuição em percentual dos produtos que cada associado entrevistado comercializa no respectivo canal de comercialização.

Tabela 5 – Representação de diferentes formas de comercialização para associados nas cooperativas descentralizadas

Canais de comercialização	Distribuição em % para cada entrevistado nos diferentes canais de comercialização							
	CD01	CD02	CD03	CD04	CD05	CD06	CD07	CD08
Mercado institucional	30	57	55	60	0	50	5	5
Pequenos mercados e lojas especializadas	60	0	25	30	20	20	0	35
Supermercados	0	0	0	0	0	0	0	5
Venda na própria casa	0	3	5	0	20	25	18	0
Venda na feira livre	0	12	15	10	0	0	0	30
Intermediário	10	28	0	0	0	0	0	0
Ponto de venda da própria cooperativa	0	0	0	0	60	5	60	25
Venda em festas	0	0	0	0	0	0	17	0

Fonte: pesquisa de campo.

A partir da tabela 5, destacamos três pontos que acreditamos serem os mais relevantes. O primeiro, mesmo diante da diversidade de canais de comercialização, faz-nos compreender que os agricultores familiares associados às cooperativas descentralizadas se utilizam basicamente de compradores locais para realizar a venda de seus produtos, configurando, assim, as cadeias agroalimentares curtas ou mercado de proximidade.

Diferentemente dos produtos das cooperativas tradicionais, em que seus produtos são padronizados e se utilizam das cadeias agroalimentares longas, a aproximação entre o agricultor e o consumidor nas cooperativas descentralizadas passa a ser a principal forma de comercialização. Mesmo quando o canal de comercialização é o mercado institucional, é importante destacar que tem sido o próprio cooperado que faz a entrega nos pontos previamente acordados. Com isso, o comprometimento do agricultor com o consumidor vai além das relações comerciais, tornando as relações pessoais de suma importância para melhor comercializar os seus produtos. A fim de entendermos melhor a importância do

mercado local, utilizamos as palavras da entrevistada que comenta sobre sua participação na feira livre:

A feira, pra mim, é um termômetro. Porque, como eu vendo direto pro cliente, a gente faz bolo, pão, cuca, a gente faz tudo para esses dias de feira, então tu vende direto pro cliente, ele vai te dizer se a tua bolacha tá boa, então é um termômetro e, além disso, é uma venda direta que tu vai com a mercadoria e volta com o dinheiro na mão. (CD08).

O segundo ponto a ser destacado diz respeito especificamente ao canal de comercialização “ponto de venda da própria cooperativa”. Percebemos que, nesse canal de comercialização, há uma concentração dos entrevistados (CD05, CD06, CD07 e CD08) com percentuais significativos, enquanto os demais entrevistados (CD01, CD02, CD03 e CD04) aparecem com 0%. Como metodologicamente deixamos os quatro entrevistados de cada cooperativa com codificação sequencial, percebemos que esse grupo de entrevistados que se utilizam do ponto de venda da própria cooperativa é o dos associados da Coofanove.

Em Nova Veneza, município sede da Coofanove, o estabelecimento comercial da cooperativa recebe constantemente muitos turistas, sendo ele próprio um dos atrativos turísticos do município listados nos encartes elaborados pela prefeitura. Nas palavras de seu dirigente,

[...] a nossa loja só é fechada aos domingos de manhã por causa de muito turista na região que vem aqui e a nossa venda maior é pro turista criciumense e público que vem de fora, de Rio de Janeiro, São Paulo, tudo vai na cooperativa. A cooperativa hoje se tornou um ponto de referência do turismo de Nova Veneza. Aliás, o que iniciou a trazer turismo na Veneza foi a Coofanove, tanto é que nós temos uma parceria com a Prefeitura muito boa, onde eles pagam aluguel de sala porque eles mesmos disseram que a cooperativa é um ponto de referência para o turismo de Nova Veneza. (CDP02).

Dispor do próprio estabelecimento para a comercialização dos produtos dos associados tem sido importante estratégia de aproximação dos consumidores com os produtores. Além de o faturamento do estabelecimento ser significativo, aproximadamente R\$ 30.000,00 por mês, segundo informações levantadas com o dirigente da organização, muitas pessoas chegam até a residência do associado para conhecer e também comprar, depois que passam pela cooperativa.

Na Coopersombrio, quando ocorreu a entrevista (dezembro/2013), a sede da cooperativa, que está situada em local cedido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sombrio, no município de Sombrio, estava em reformas para também ter um local próprio de comercialização. Dessa forma, acreditamos que, num futuro próximo, os associados da Coopersombrio também terão mais um importante canal de comercialização para seus produtos.

O terceiro ponto a ser destacado diz respeito ao canal de comercialização “mercado institucional”. Os dados da tabela 5 mostram que apenas um entrevistado (CD05) não utiliza esse canal de comercialização. Porém, vale destacar que essa entrevistada não utilizou esse canal no período referência para a entrevista (janeiro/2013 a dezembro/2013). No entanto, em anos anteriores, segundo relato da própria entrevistada, já participou de projetos do Programa de Aquisição de Alimentos. Também, embora os entrevistados CD07 e CD08 estejam com uma porcentagem baixa de utilização desse canal de comercialização, relatam que, em anos anteriores, já comercializaram volume maior.

O mercado institucional está sendo aqui compreendido como as compras governamentais realizadas especialmente por meio de programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). É através desses programas que os agricultores ou suas organizações realizam a comercialização dos gêneros alimentícios do canal de comercialização “mercado institucional”.

Diante da importância desse canal de comercialização, especialmente para as cooperativas descentralizadas, abriremos duas novas seções para melhor elucidar o tema.

5.1.1 Mercado institucional: PAA

O primeiro programa do governo brasileiro que deu início à conformação do mercado institucional foi o Programa de Aquisição de Alimentos. O PAA foi criado pela Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho 2003, com o propósito de incentivar a agricultura familiar com ações de aquisição e distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e também para a formação de estoques estratégicos. Esse programa foi uma das ações do Governo Federal dentro do Programa Fome Zero no primeiro mandato do presidente Lula, compreendido

entre os anos de 2003 e 2006. O Fome Zero pode ser chamado de programa “guarda-chuva”, pois, atuando por meio de quatro eixos articuladores (acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda; e articulação, mobilização e controle social), busca “assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos” (FOME ZERO, 2013).

A partir do programa “guarda-chuva” Fome Zero, muitos programas foram criados por diferentes ministérios, ou mesmo alguns programas já existentes, como o Pronaf, foram incluídos em um dos eixos articuladores. Assim, o PAA, instituído em 2003 e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tem sua operacionalização realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e está inserido no eixo “fortalecimento da agricultura familiar”.

A partir da redação dada pela Lei Federal nº 11.512, de 14 de outubro de 2011, em seu Art. 14, o PAA tem suas finalidades distribuídas em sete incisos:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

No entanto, a partir da regulamentação da lei, ocorrida por meio do Decreto nº 7.775, de 1º de julho de 2012, além de integrar o PAA ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), foram incluídos mais dois incisos sequenciais, que compreendem:

- VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e

IX - estimular o cooperativismo e o associativismo.

Vale destacar que, embora o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo conste apenas na regulamentação do programa, ocorrida em 2012, a contratualização das operações já vinha ocorrendo desde 2003 com cooperativas e associações. Também, ao acessar os recursos por meio de uma organização da agricultura familiar, o agricultor tem seu limite individual aumentado de R\$5.500,00 para R\$6.500,00, colaborando assim, para que os contratos sejam por meio das organizações (SANTA CATARINA, 2014).

A execução do PAA prevê cinco modalidades de aquisição: 1) a Compra Direta da Agricultura Familiar (Cdaf), 2) a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação), 3) a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque), 4) o Apoio à Produção para o Consumo do Leite (PAA-Leite) e 5) a Compra Institucional. Dessas modalidades, as três primeiras são operacionalizadas pela Conab e as demais cabem aos estados e municípios mediante termo de adesão com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza.

Segundo o relatório que compreende o período de 2003 a 2012 divulgado pela Conab sobre as modalidades que lhe competem, foram aplicados cerca 2,7 bilhões de reais na compra de gêneros alimentícios. Verificamos que, anualmente, os valores vêm recebendo importantes incrementos. Em 2003, o primeiro ano do programa, foram aplicados R\$ 81.541.207,00 e, no ano de 2012, o valor atingiu R\$ 586.567.131,00. O mesmo tem ocorrido com o número de famílias participantes do programa: em 2003, eram 41.341 famílias e, no ano de 2012, foram 128.804 famílias (CONAB, 2013).

Embora os números possam parecer significativos, quando comparamos com o universo de famílias de agricultores familiares no Brasil, esses números reduzem sua expressividade, pois, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, o Brasil possuía 4.366.267 estabelecimentos classificados como sendo da agricultura familiar. Essa comparação ajuda a entender que aproximadamente 0,3% dos estabelecimentos da agricultura familiar acessaram o referido programa em 2012. Mesmo diante da inexpressividade de estabelecimentos da agricultura familiar que acessam o programa, muito de seus propósitos tem sido atingido, ao menos em Santa Catarina, como é o caso do estímulo ao cooperativismo, com o surgimento de novas cooperativas da agricultura familiar (GHELLERE; FIALHO; MIOR, 2012).

Entre as modalidades de maior expressividade executadas na Conab, está a CPR-Doação. Para participar dessa modalidade, as cooperativas possuidoras de Declaração de Aptidão ao Pronaf elaboram um projeto em que, entre outras coisas, listam os agricultores familiares que participarão do projeto, bem como os gêneros alimentícios que serão entregues pelos agricultores e as entidades que serão beneficiadas com a doação desses alimentos. A Conab, por meio de sua superintendência estadual, faz a seleção dos projetos e executa tantos quantos sua dotação orçamentária permitir.

A modalidade CPR-Doação é a única que tem participação entre as cooperativas pesquisadas. Das quatro cooperativas, pelo menos três (Cooperja, Coopersombrio e Coofanove) já participaram do programa. Isso, de certa forma, reflete os números apresentados no relatório publicado em 2010 pela Conab, no qual a modalidade CPR-Doação já era a que mais se destacava, sendo ela responsável pela aplicação de 72% dos recursos financeiros operados pela Conab no PAA (CONAB, 2014).

A partir de dados disponibilizados no *site* da Conab, em que esta entidade divulga todos os contratos do PAA realizados desde 2011, foi construída a tabela 6. É possível observar o histórico de contratos celebrados com cada cooperativa estudada.

Tabela 6 – Contratos do PAA na modalidade CPR-Doação realizados entre os anos de 2010 a 2012

Cooperativas	Anos					
	2010		2011		2012	
	Valor (R\$)	Venc. contrato	Valor (R\$)	Venc. contrato	Valor (R\$)	Venc. contrato
Coofanove	166.500,00	02/2011	500.784,40	12/2012*	-	-
Coopersombrio	157.000,00	05/2011	-	-	306.149,00	08/2013
Cooperja	100.000,00	12/2011	600.000,00	10/2012	464.250,00	08/2013

Fonte: elaborada pelo autor sobre dados de Conab (2014).

De posse das informações da tabela 6, constatamos a importância do volume financeiro para as cooperativas que realizam contratos no âmbito do PAA. Cabe destacar que, nas cooperativas agropecuárias por produto em que, geralmente, os valores financeiros desses contratos não são significativos, comparados ao grande

volume de recursos que elas movimentam, elas também têm se utilizado desses programas como forma de aumentar o leque de serviços prestados aos seus associados, bem como de colaborar com a sociedade onde ela está inserida. Esse é o caso da Cooperja, que se inscreve a projetos do PAA beneficiando sócios e não sócios. Nas palavras de seu dirigente, a cooperativa, além de absorver os custos burocráticos do programa, entende que:

a maioria desse dinheiro que vem pra cá, ou eles [agricultores] compram no mercado ou eles compram na loja. A gente entende que esse giro de dinheiro que o PAA faz, parte dele e volta de novo para a cooperativa através das compras e esse é um serviço que a cooperativa faz sem cobrar nada. (CPP01).

Embora a Coopersulca ainda não tenha realizado vendas ao mercado institucional via PAA, historicamente essa cooperativa vem comercializando arroz, tanto o convencional como o oriundo da produção orgânica, ao governo de Santa Catarina para atender à demanda da alimentação escolar. Porém, a comercialização é considerada apenas como mais um dos canais de comercialização do arroz da cooperativa.

No caso das cooperativas descentralizadas, a participação em projetos do PAA, além de abrir novas portas de acesso ao mercado para os produtos de seus associados, tem sido extremamente importante também para a manutenção dos custos administrativos dessas cooperativas. Isso ocorre pelo fato de as cooperativas cobrarem de seus sócios uma porcentagem sobre o valor das vendas que cada agricultor realiza. Essa porcentagem foi estabelecida em 5% pelos próprios dirigentes das cooperativas. O dirigente CDP01 diz reconhecer que a cobrança não é regulamentada pela Conab, mas, nas palavras dele, “*se o agricultor que está vendendo não pagar, quem vai pagar os custos?*” (CDP01). Diferentemente das cooperativas por produto que têm seus rendimentos a partir das operações de venda do arroz já industrializado e também das margens na venda de insumos para sócios e não sócios, as cooperativas descentralizadas optam por cobrar mensalidades e porcentagem sobre as vendas realizadas via cooperativa para colaborar na manutenção das despesas administrativas.

5.1.2 Mercado institucional: Pnae

Outro importante canal de comercialização para os produtos da agricultura familiar dentro do mercado institucional é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2014) considera que o Brasil possui o maior e mais antigo programa de alimentação escolar no mundo, existente desde 1955. Em sua última alteração, com a Lei Federal nº 11.947/2009, houve expressivo ganho para a agricultura familiar brasileira, pois estabeleceu-se que parte dos recursos desse programa deveria ser utilizado para a compra de gêneros alimentícios provindos da agricultura familiar.

O Art. 14 da referida lei estabelece que, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE aos estados, municípios e Distrito Federal, no âmbito do Pnae, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e suas organizações.

Para a aquisição dos alimentos, a entidade executora (estados, Distrito Federal ou municípios) pode optar pela dispensa dos procedimentos licitatórios e executar o procedimento denominado de chamada pública. De acordo com a Resolução do FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, a chamada pública é um procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. Para 2014, o FNDE estima que sejam utilizados 1,05 bilhão de reais para a aquisição de alimentos da agricultura familiar (FNDE, 2014).

Da mesma maneira que o PAA, o Pnae também atribui importante “peso” aos grupos formais com DAP jurídica, servindo como um dos critérios de priorização na seleção das propostas. Na prática, a entidade executora, ao contratar um grupo formal, acaba reduzindo o custo administrativo do processo, pois, em vez de realizar contratos individualmente com diversos agricultores, realiza apenas um contrato por grupo formal, contemplando, assim, um grande número de agricultores.

Porém, há diferenças significativas entre os programas. Enquanto o PAA tem seu limite de comercialização para cada unidade da agricultura familiar estipulado em R\$ 6.000,00 e está restrito a dotação orçamentária específica ao programa, no Pnae esse limite passa para R\$ 20.000,00 e há a garantia dos recursos anualmente vinculado ao número de estudantes devidamente matriculados na educação básica em escolas públicas. Além de o montante dos recursos desse programa ser

consideravelmente maior, os gastos dos executores (estados e municípios) na alimentação escolar não se limitam aos 30% do repasse do FNDE estabelecido em lei. Além de os executores poderem avançar para além dos 30% com compras da agricultura familiar, também têm os recursos próprios dos executores aportados na alimentação escolar.

Dessa forma, o potencial de utilização de recursos públicos destinados para a compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar na alimentação escolar é significativo. Porém, na atualidade, busca-se o cumprimento do que estabelece a legislação, ou seja, que os executores utilizem pelo menos 30% do repasse do FNDE para a alimentação escolar com compras de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Essa necessidade de cumprimento da legislação pode ser observada a partir da análise que Ferrari (2014) fez de seis municípios que possuem o maior número de estudantes em Santa Catarina e, por conseguinte, o maior valor de repasse do FNDE. Ferrari identificou que, embora alguns municípios exemplarmente apliquem além do mínimo estabelecido, outros ainda sequer chegaram aos 30% (Tabela 7).

Tabela 7 – Valor e porcentagem de utilização dos recursos do FNDE em 2013 para a compra da alimentação escolar de agricultores familiares em seis municípios catarinenses com maior número de alunos

Município	Repasse FNDE 2013 (R\$)	Valor utilizado do repasse FNDE (R\$)	Porcentagem de utilização em relação ao repasse do FNDE
Criciúma	3.267.116,00	1.445.210,00	44,24
Joinville	4.966.168,00	1.752.613,00	35,29
Lages	1.891.736,00	598.054,00	31,61
Florianópolis	3.820.372,00	1.165.572,00	30,51
Chapecó	2.373.642,40	590.397,00	24,87
Blumenau	3.694.236,00	287.512,00	7,78

Fonte: Portal da Transparência (2014) e adaptado de Ferrari (2014).

Porém, o não cumprimento do que estabelece a Lei nº 11.947/2009 não é uma exclusividade de Chapecó e Blumenau. O estado de Santa Catarina, por meio de sua Secretaria de Estado da Educação, publicou em março deste ano a primeira chamada pública para cumprimento do que estabelece a referida lei (PORTAL DE COMPRAS, 2014).

Mesmo que alguns executores ainda não estejam utilizando o mínimo exigido da lei, é possível verificar, por meio da figura 7, que os municípios catarinenses já estavam, no ano de 2012, na sua maioria, realizando chamadas públicas. Dos 293 municípios catarinenses na época do levantamento¹⁵, pelo menos 231 municípios compraram gêneros alimentícios da agricultura familiar por meio de chamadas públicas. No entanto, tem-se que os outros 62 não realizaram as chamadas públicas como estabelece a Lei Federal nº 11.947/2009.

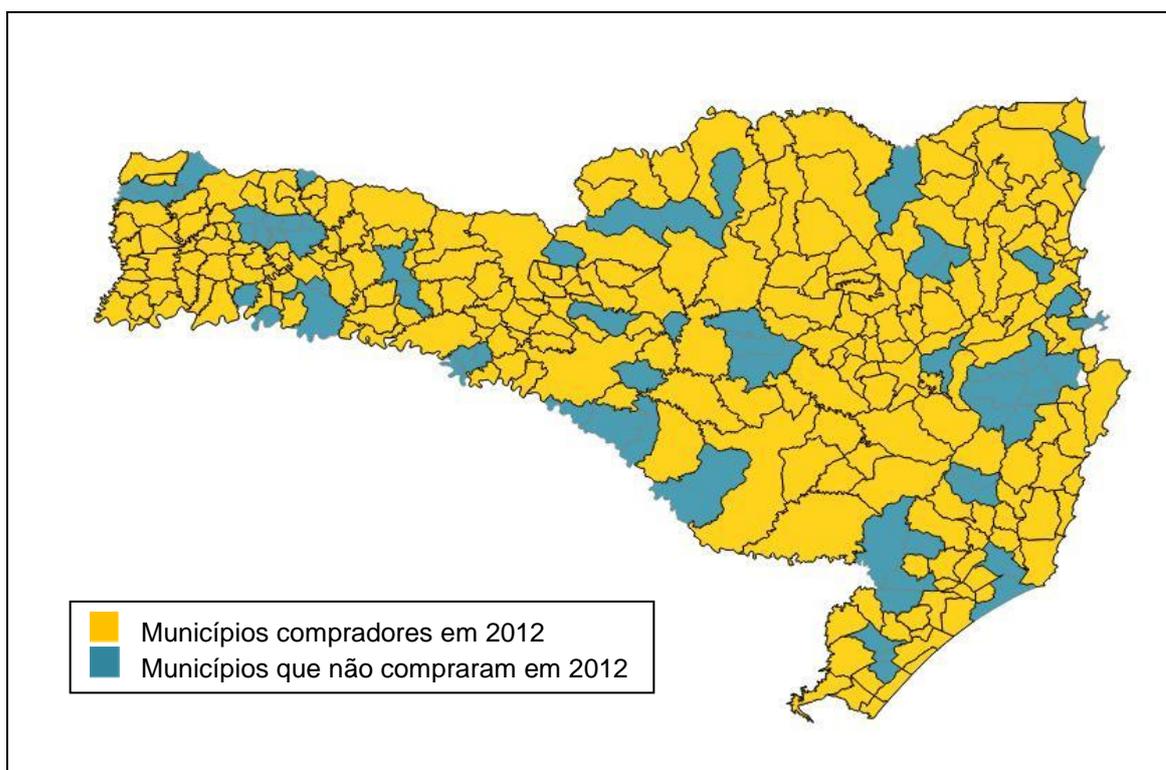


Figura 7 – Mapa político-administrativo de Santa Catarina evidenciando municípios compradores e não compradores de gêneros alimentícios da agricultura familiar em 2012 por meio de chamadas públicas

Fonte: Ferrari; Mior (2014).

Dessa forma, além da necessidade de os órgãos controladores acompanharem mais de perto a aplicação da Lei nº 11.974/2009, cabe às organizações de agricultores familiares, especialmente as cooperativas descentralizadas, atuar politicamente para que os administradores públicos publiquem as chamadas públicas. Ao mesmo tempo, cabe às cooperativas descentralizadas demonstrar sua capacidade técnica e gerencial para atender à

¹⁵ Em 2012, o estado de Santa Catarina possuía 293 municípios. Atualmente, possui 295.

demanda de todos os executores do Pnae. A título de ilustração, apresentamos, na tabela 8, os valores repassados via FNDE ao estado de Santa Catarina bem como aos municípios catarinenses abrangidos por esta pesquisa no ano de 2013, no que se refere ao apoio à alimentação escolar na educação básica.

Tabela 8 – Valores do apoio à alimentação escolar na educação básica repassados pela União no ano de 2013 a Santa Catarina e aos municípios, com os correspondentes 30% da Lei nº 11.947/2009

Municípios	Valores totais repassados	Valores equivalentes aos 30% da Lei nº 11.947/2009
SANTA CATARINA	36.655.618,40	10.996.685,52
Criciúma	3.267.116,00	980.134,80
Araranguá	650.551,20	195.165,36
Içara	625.941,60	187.782,48
Sombrio	460.196,00	138.058,80
Forquilhinha	259.350,00	77.805,00
Orleans	200.360,00	60.108,00
Morro da Fumaça	196.880,00	59.064,00
Cocal do Sul	168.000,00	50.400,00
Turvo	165.160,00	49.548,00
Nova Veneza	162.120,00	48.636,00
Balneário Arroio do Silva	160.828,00	48.248,40
Urussanga	159.300,00	47.790,00
Lauro Muller	149.620,00	44.886,00
São João do Sul	117.564,00	35.269,20
Jacinto Machado	111.360,00	33.408,00
Balneário Gaivota	102.880,00	30.864,00
Praia Grande	100.836,00	30.250,80
Siderópolis	100.360,00	30.108,00
Meleiro	91.120,00	27.336,00
Passo de Torres	90.600,00	27.180,00
Maracajá	63.846,00	19.153,80
Timbé do Sul	57.580,00	17.274,00
Santa Rosa do Sul	56.378,00	16.913,40
Morro Grande	31.400,00	9.420,00
Treviso	15.580,00	4.674,00
Ermo	13.800,00	4.140,00

Fonte: elaborada pelo autor sobre dados de <<http://www.portaldatransparencia.gov.br>>.

Para atender a esse importante mercado, o setor administrativo das cooperativas descentralizadas, bem como os cooperados, tem acompanhado de perto as publicações de chamadas públicas em cada município e também conversado diretamente com o setor responsável antes mesmo da publicação. Dessa forma, conseguem se adiantar ao processo no que diz respeito à produção,

para posteriormente conseguir ter a regularidade de entrega. Os valores apresentados, especialmente a representação dos 30% da Lei nº 11.947/2009, dão conta da importância conferida pelas cooperativas descentralizadas em atender a esse importante canal de comercialização.

5.2 O cooperativismo na prática

A partir do momento em que o indivíduo se agrega a uma cooperativa, ele entra em um novo modelo de organização econômica, em que os interesses coletivos estão acima dos interesses individuais. Vale ressaltar que essa organização pode não suprir todas as suas necessidades, seja de serviços, seja de produtos, assim o indivíduo buscará atendê-las nas empresas capitalistas existentes no mercado. Dessa forma, espera-se que o agricultor utilize os serviços que a cooperativa pode fornecer, fortalecendo a sua própria organização.

Porém, verificamos que nem sempre isso acontece, ou seja, o cooperado pode ter ações oportunistas de infidelidade à cooperativa. Esses interesses individuais entre os associados das cooperativas por produto se materializam quando o associado comercializa o arroz em indústrias particulares ou compra os insumos necessários à condução de sua lavoura em outras lojas agropecuárias que não sejam da sua própria cooperativa. Além de não contribuir para o fortalecimento de sua cooperativa, o associado deixa de participar daquilo que poderia ser um dos itens de maior atratividade em cooperativas agropecuárias, o rateio das sobras líquidas conforme a movimentação de cada associado.

Contabilmente, as cooperativas não geram lucros e sim sobras. Essas sobras, depois de descontadas as porcentagens dos fundos obrigatórios – Fundo de Reserva e Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates), que somam 15% –, cabem aos associados, que, em Assembleia Geral, decidem o destino. Quando optam pela capitalização, ou seja, por “engordar” a conta capital de cada associado com valores proporcionais à sua movimentação, esse valor fortalece a cooperativa, para se manter no negócio em que atua, ou viabiliza a abertura de novos negócios, por conseguinte ampliando os serviços aos associados num movimento cíclico. O contrário seria decidir pela distribuição das sobras entre os associados, o que se mostrou raro entre as cooperativas estudadas.

O valor da conta capital retorna ao associado em sua saída da cooperativa ou em uma idade pré-estabelecida do associado, decidida também em Assembleia Geral. Nas cooperativas pesquisadas, essa idade é de sessenta anos na Cooperja e 65 anos na Coopersulca. Foi verificado que, em momentos de extrema necessidade do associado, como em caso de doença familiar, o recurso da conta capital também foi devolvido. Importante destacar que a conta capital passa a ser um significativo instrumento de reserva de capital para a fase em que o cooperado atinge uma idade de redução de suas atividades laborais. Apenas para ilustrar, essas sobras em uma cooperativa pesquisada representaram, em 2013, R\$ 2,11 para cada saco de arroz que o associado comercializou. Quando verificadas as sobras sobre o consumo da mesma cooperativa, os valores em compras foram de 7,31% e 11,91% na loja agropecuária e no supermercado, respectivamente. Ou seja, ao comprar R\$ 100,00 na loja agropecuária e R\$ 100,00 no supermercado, o associado capitalizou R\$ 19,22.

Entre os associados das cooperativas descentralizadas, o comportamento oportunista aparece quando o associado comercializa os produtos processados sem a devida emissão de notas fiscais. Como já foi esclarecido, a cooperativa descentralizada obtém os recursos para a sua manutenção a partir de uma porcentagem sobre as vendas de seus cooperados. Sem a entrada desses recursos, poderíamos ter, momentaneamente, o associado com mais recurso financeiro e a cooperativa com dificuldade de caixa. Compreendendo que o modelo de cooperativa descentralizada é o que viabiliza a comercialização formal para as agroindústrias que se estabelecem em comodato, os problemas de caixa da cooperativa afetarão diretamente o associado, inviabilizando a existência da cooperativa e, por consequência, o acesso a mercados institucionais, comprometendo inclusive a formalidade da unidade por ele construída.

Ao verificar a porcentagem de entrega da produção para comercialização nas cooperativas por produto, observamos que, na média entre cooperados, 81,3% da produção é destinada às cooperativas. Quando verificamos o mesmo índice entre os cooperados das cooperativas descentralizadas, essa porcentagem reduziu-se para 53,6%. O fato de essas cooperativas descentralizadas terem sido criadas nos últimos dez anos faz com que o tempo de vínculo de cada agricultor com a cooperativa seja menor, 6,25 anos na média entre os entrevistados, saltando para 14,9 anos para os entrevistados das cooperativas por produto. Porém, não ficou comprovada essa relação.

Duas razões da infidelidade nas cooperativas descentralizadas foram apontadas como unânimes: o alto custo dos impostos e a não solicitação de nota fiscal por parte do consumidor. A fala do entrevistado CD01 resume bem essa afirmação: “A maioria nem pede nota. Mas a razão principal é a porcentagem que é descontada como impostos e como taxa de administração.” Assim, o associado emite nota basicamente quando os produtos vão para o mercado institucional ou quando os produtos são comercializados na loja da própria cooperativa.

Quando ocorre a venda de maneira informal, os maiores prejudicados são os próprios agricultores, com o enfraquecimento de sua cooperativa, e, indiretamente, toda a sociedade, em função da arrecadação dos impostos. Mesmo assim, um entrevistado chama a atenção para um ponto que merece o registro.

Se tu for vender para uma rede grande, ela exige nota, aí, o associado se obriga. Se ele não é obrigado a passar pela cooperativa ele não passa, quando é obrigado ele passa. Se o comprador não exige, continua a venda fria. Só que ele continua com a venda fria na tributação, mas o que eu acho de bom, a unidade está de acordo com a vigilância. Então pelo menos tu sabe que ela está organizada, tá limpinha, tá certinha, porque a vigilância passa, faz a vistoria. Então, se ela tá na parte de tributação, passando por cima, nessa parte onde não exige a nota, e tem muitos que fazem a venda direta na casa. Só que a parte da legalidade da unidade de higiene está ok. (CD08).

Mesmo que não concordemos com a defesa apresentada, temos que reconhecer que, de fato, houve uma melhoria nos produtos disponíveis aos consumidores. No entanto, a sonegação de impostos não é algo de exclusividade de indivíduos associados em cooperativas descentralizadas, porém usufruir dos benefícios da cooperativa e sonegar a contribuição da sua própria cooperativa não nos parece uma atitude acertada.

Nas cooperativas por produto, as razões apresentadas pelo fato de não se entregar o arroz na sua cooperativa foram diversas, seguindo particularidades de cada associado. Mesmo assim, três motivos se destacaram: o relacionamento pessoal com os proprietários de indústrias particulares, a percepção de que os preços são todos iguais e o tempo de espera para descarregar o arroz na indústria.

Para melhor entendimento desses motivos, vamos esclarecer cada um deles. A necessidade de efetuar pagamentos bancários para operações de custeio agrícola faz com o que o agricultor necessite de recursos financeiros por períodos curtos, pois, assim que faz o pagamento, a operação se renova ou refaz a operação em

poucos dias. Dessa forma, mesmo que o agricultor possua arroz armazenado, ele decide não vender e, nesse momento, alguns proprietários de engenhos entram em ação emprestando o dinheiro. O entrevistado se justifica assim: *“Eu boto no engenho, porque no engenho é assim, tu precisou de um dinheiro, ó, vai vencer o meu Pronaf, João [nome fictício citado], e ele diz, pode deixar que dia oito já boto na conta. E se tu vai na Coopersulca, eles já não emprestam.”*

Quanto à percepção de que os preços são todos iguais, os valores pagos pelas cooperativas por cada saco de arroz são iguais aos valores pagos pela indústria particular. Mesmo que todos os entrevistados tenham afirmado que as cooperativas por produto contribuem para a regulação do preço do arroz na região, dizendo que *“a cooperativa é a primeira a subir o preço e a última baixar”* (CP04), percebemos que há desconhecimento, por parte de alguns associados, dos valores distribuídos por meio das sobras para a conta capital.

Por fim, o terceiro motivo apresentado, tempo de espera para descarregar o arroz na indústria, faz com que o associado decida por levar o arroz para uma indústria particular de sua confiança, que descarregue mais rapidamente o caminhão. Dessa forma, a colheitadeira não correria o risco de ficar parada à espera de caminhão para o transporte de arroz. Contudo, foi observado que o agricultor recebe a *“[...] informação do caminhoneiro que a fila está muito grande para descarregar o arroz na cooperativa e eles procuram um engenho que tenha menos fila”* (CD03). Considerando que na época da colheita do arroz há uma “guerra” entre indústrias para atrair arroz e encher seus armazéns, em função da grande concorrência existente na região, há de se questionar se às vezes não é o próprio motorista que procura induzir o agricultor a depositar o arroz em uma indústria onde teria alguma vantagem financeira.

Ao questionar os presidentes sobre esse comportamento dos associados, percebemos que, das quatro cooperativas analisadas, apenas a Cooperja está estudando um programa de fidelidade. As demais reconhecem que há esse problema, mas até o momento não pensaram em tomar alguma ação específica. Possuem algumas ações isoladas, é verdade, do tipo controle de rótulos nas cooperativas descentralizadas, e partir daí conversam com o associado sobre o problema. Também, a Coopersulca estaria mostrando a importância dessa fidelidade por meio de palestras, buscando o convencimento do associado. No entanto, diante dos números, especialmente nas cooperativas descentralizadas, parece que isso

não tem surtido efeito. Para colaborar, a fala de um dos presidentes resume bem a questão, ao comentar sobre a infidelidade de alguns associados, dizendo que *“isso que estão fazendo [de não vender via cooperativa] não é cooperativismo, é sugatismo”* (CDP01).

Mas, afinal de contas, o que os entrevistados entendem por cooperativismo? Diante da diferença entre os modelos de cooperativas, por produto e descentralizada, verificamos uma clara diferença na forma de expressar o que vem a ser o cooperativismo. Porém, conseguimos extrair das falas que, mesmo com as diferenças e a dificuldade de responder diretamente à pergunta, o objetivo final era o mesmo, de dizer que o cooperativismo era *“algo bom para os agricultores”* (CD02).

Contudo, resumir o conceito de cooperativismo em *“algo bom para os agricultores”* torna a resposta muito subjetiva. Assim, trazemos os exemplos utilizados para melhor esclarecermos esse conceito. Dos oito entrevistados das cooperativas descentralizadas, ao menos quatro se prenderam no quanto a cooperativa facilitou a venda de seus produtos. Os outros quatro trouxeram palavras como união, força e família.

Quanto às respostas dos entrevistados das cooperativas por produto, percebemos que estes conseguiram trazer mais elementos. Assim, mesmo que, para quatro entrevistados, união e força continuem sendo palavras utilizadas para exemplificar o que vem a ser o cooperativismo, os outros quatro entrevistados trouxeram exemplos como *“participação nas decisões”* (CP05), *“representação”* (CP01; CP08) e *“divisão dos lucros”* (CP06). A fala apresentada a seguir resume bem as respostas:

O cooperativismo é assim ó: nós, se a gente se junta no cooperativismo é um monte de peixinhos correndo atrás do peixão e sem o cooperativismo é um peixão correndo atrás de um colono. Os peixinhos são os colonos que assim conseguem enfrentar, conseguem comprar insumo melhor, conseguem ser alguém perante o governo, perante a sociedade. Se tu é um sozinho como é que tu vai dar conta de um peixão? (CP03).

Se, para os associados, definir cooperativismo não parece ser uma tarefa fácil, para os dirigentes das cooperativas também não é algo simples. Dos quatro dirigentes entrevistados, pelo menos dois se utilizaram de exemplos para expor suas ideias. Assim, tivemos que, no cooperativismo, *“o tratamento é igualitário, sendo a compra e a venda com preço justo”* (CPP01) e, especificamente para as

cooperativas descentralizadas, cria “a possibilidade de vender legalizado e em conjunto” (CDP02). O entrevistado CDP01 contextualizou a forma de organização da cooperativa que dirigia, com os benefícios que os associados possuíam, como a possibilidade de vender para o mercado institucional. Também relatou a viabilização das unidades agroindústrias, porém, em virtude da infidelidade de alguns sócios, foi categórico em afirmar que “*um pouco é cooperativismo, mas a maioria é sugatismo*”.

Contudo, um dos dirigentes conseguiu expressar sua ideia com tamanha clareza que merece a citação por completo:

Eu vejo o cooperativismo hoje como uma forma de organização, a forma mais perfeita de organização da sociedade, desde que essa sociedade esteja no mesmo nível de entendimento, de equilíbrio, até de estudo, do que ela quer pra vida dela. Então o cooperativismo é uma união de pessoas para resolução de alguns problemas. Tudo vai, ainda bem que é assim, tudo vai aumentado nossos limites e também o entendimento sobre cooperativismo, tudo vai se renovando e o cooperativismo hoje pra mim não é só uma forma de organização financeira. Ela nasceu como uma forma de organizar a parte financeira, mas hoje ela é uma filosofia de vida, porque ela é o meio termo entre o socialismo e o capitalismo e aí alguém inventou o cooperativismo, porque é as duas formas juntas, porque o capitalismo é só dinheiro e o socialismo é só de graça pra todo mundo, então o cooperativismo veio pra quem trabalha ganha e quem não trabalha não ganha e tudo o que sobra é dividido conforme eu trabalhei na cooperativa. (CPP02).

Por tudo isso, podemos afirmar que, por mais que não haja o entendimento por completo da maioria dos entrevistados do que vem a ser o cooperativismo, bem como todos os seus princípios norteadores, mesmo que tenhamos ações individuais oportunistas, todos reconhecem seus benefícios e buscam, por meio da participação em cooperativas, uma condição melhor para a sua família. Lembremos, assim, dos ensinamentos de Schneider (1981), em que, para o autor, são as condições estruturais concretas que determinam a natureza e o funcionamento do cooperativismo, e não a simples existência de princípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do processo de colonização do sul catarinense, que ocorreu no final do século XIX, até os dias atuais, os agricultores familiares, que receberam denominações diferentes, como colonos ou pequenos agricultores, por exemplo, têm reagido com a criação de organizações na medida em que as dificuldades lhes são apresentadas. Essas dificuldades podem ser resumidas em baixa disponibilidade de terras para cultivo, falta de empresas de industrialização e de fornecedores de insumos, necessidade de negociações mais justas para a produção do arroz, bem como dificuldades de realizar o ato comercial de produtos processados pelos próprios agricultores familiares.

Assim, na tentativa de organizar o processo produtivo no “antes da porteira”, como na compra de insumos, e “depois da porteira”, na industrialização e comercialização, os agricultores familiares “encontraram” na constituição de organizações no formato de sociedades cooperativas do ramo agropecuário o caminho para o enfrentamento às dificuldades. Vale destacar que esse modelo de organização não surge no sul catarinense, e sim é fruto da internacionalização do cooperativismo surgido, enquanto doutrina, a partir da experiência dos Pioneiros de Rochdale e difundido pela intervenção do estado por meio da extensão rural.

Dessa forma, este trabalho, que teve por objetivo analisar a contribuição das cooperativas agropecuárias por produto e descentralizadas na reprodução social dos agricultores familiares, trouxe alguns resultados que entendemos serem de grande relevância. Inicialmente, verificamos que a constituição das cooperativas ao longo da história, e especialmente as compreendidas nesta investigação, não necessariamente partiu da iniciativa dos próprios agricultores.

Por trás da aparente organização em sociedades cooperativas pelos próprios agricultores familiares para o enfrentamento das dificuldades, ficou claro o poder do Estado por meio dos seus agentes, especialmente da Extensão Rural, no incentivo à criação dessas organizações. Como apresentou Loureiro (1981), o cooperativismo foi um instrumento a serviço do capital, servindo como mecanismo de dominação, pelo qual se reproduziam as desigualdades de uma sociedade extremamente heterogênea no interior das cooperativas.

Porém, o próprio Loureiro apresenta as cooperativas como possibilidade de uma “brecha” dentro do capitalismo, quando essas organizações são comprometidas com os interesses dos seus sócios. E é isso que ficou evidenciado nas cooperativas aqui estudadas. As cooperativas agropecuárias não conseguem corrigir as desigualdades na sociedade, porém conseguem estabelecer condições melhores de enfrentamento das dificuldades enfrentadas pelos seus sócios. E conseguem muito em função dos princípios cooperativistas que são seguidos.

Mesmo que as cooperativas, principalmente as por produto, busquem tornar-se organizações de grande porte, e para isso lancem mão de estratégias similares às das sociedades mercantis, como foi demonstrado com a abertura de novas filiais ou novos ramos de negócios, os princípios cooperativistas são norteadores de suas ações. Porém, ficou evidenciado que o conjunto de sócios entrevistados possui pouca clareza sobre o cooperativismo e o que abarca todo o seu conceito.

Talvez seja por isso que parte da produção dos entrevistados não passe pela cooperativa. Dos sócios entrevistados das cooperativas por produto, essa produção chegou a 5,9% no caso do arroz produzido, sendo essa quantidade comercializada para sociedades mercantis concorrentes à cooperativa. Nos sócios das cooperativas descentralizadas, esse número avança para 46,4% de produtos produzidos sendo comercializados sem o registro contábil da cooperativa.

As cooperativas por produto, em função da ação agressiva no mercado, buscam realizar operações de compra de arroz ou mesmo de venda de insumos com não sócios. Assim, elas acabam por compensar essa redução de transação com sócios. Vale ressaltar que essa ação no mercado acaba por favorecer todo o conjunto de associados, na medida em que a cooperativa apresenta maior volume de sobras financeiras no final de cada exercício contábil. Mais sobras refletirão em mais investimentos e, conseqüentemente, em melhores serviços aos associados.

Porém, quando verificamos essa situação de produtos que são comercializados sem o registro contábil das cooperativas descentralizadas, por mais que, como dito por um dos entrevistados, ao menos “*a unidade está de acordo com a vigilância*” (CD08), o assunto se torna de grande relevância. Isso porque a sobrevivência da cooperativa depende quase que exclusivamente da percentagem arrecadada (taxa de administração) sobre as vendas dos produtos de cada associado (salvo quando recebe apoio financeiro das prefeituras, como foi identificado na Coofanove).

No entanto, como as cooperativas descentralizadas encontraram no mercado institucional um mercado estratégico para escoar parte da produção dos associados, e nesse caso, obrigatoriamente os produtos passam pelos registros contábeis da cooperativa, a manutenção da estrutura são mantidas boa parte com os recursos arrecadados dessas vendas. Assim, para participar do PAA, por exemplo, as cooperativas elaboram projetos à Conab para fornecerem alimentos aos possíveis beneficiários do referido programa. Com a aprovação da Conab, a cooperativa passa então a receber pelo que entrega de alimento. O desafio nesse caso passa a ser a aprovação de projetos junto a Conab.

Também, com a obrigatoriedade da utilização de pelo menos 30% dos recursos advindos do FNDE na compra de alimentos da agricultura familiar junto ao Pnae, as cooperativas descentralizadas passaram a contar com mais um importante canal de comercialização. Assim, é por meio do atendimento às chamadas públicas, tanto do PAA como do Pnae, que as cooperativas conseguem reter a taxa de administração e, assim, obter recursos para a sua manutenção.

Também, a loja própria da Coofanove, especialmente por estar bem localizada na cidade de Nova Veneza, cidade essa que tem recebido diariamente muitos turistas, tem sido outra importante fonte de recursos, pois os produtos, nesse caso, obrigatoriamente são comercializados por meio da cooperativa.

Parece, por tanto, ser urgente a necessidade de programas de fidelização dos cooperados. Será por meio de programas de fidelização, ou mesmo da criação de mecanismos de controle da produção, aliados a demonstração das vantagens do sistema cooperativista que os índices de fidelização poderão ser melhorados.

Compreendemos por todas as razões apresentadas, que seja inegável a grande contribuição que as cooperativas agropecuárias por produto e as descentralizadas têm realizado na reprodução social dos agricultores familiares, seja nos aspectos econômicos ou sociais. Foi na década de 60 que as cooperativas por produto, ao serem constituídas, estabeleceram, podemos assim dizer, uma nova ordem econômica no mercado regional do arroz e em sua cadeia produtiva. Nesse momento, a ação dos atores sociais imbuídos de habilidades sociais, nos termos de Fligstein (2009), juntamente com a ação dos agentes de Estado, especialmente da Extensão Rural, foi fundamental para a agregação de pessoas em torno do objetivo comum (constituir uma cooperativa), superando assim os desafios que os pequenos agricultores enfrentavam. Novas condições de negociação foram estabelecidas, foi

superada a dificuldade de dispor de insumos com o estabelecimento de lojas agropecuárias e passou-se a agregar valor ao produto principal, com a industrialização do arroz. Essas cooperativas têm constantemente buscado novas atividades para aumentar os serviços fornecidos aos associados, a exemplo da instalação de um frigorífico de peixe na Coopersulca, embora o intento não tenha obtido sucesso. Mas lembremos que foi em função da baixa participação de associados na piscicultura que o empreendimento não teve êxito.

Além da contribuição para que os agricultores consigam estabelecer regionalmente boas condições de preço para o arroz, as cooperativas por produto também colaboram para a realização da poupança dos agricultores. Isso ocorre em função do recolhimento de 1% sobre a produção comercializada e também da distribuição das sobras ao final de cada exercício contábil, que vão acumulando na conta capital de cada associado, para ser resgatado aos 65 anos de idade (Coopersulca) ou sessenta (Cooperja) ou ainda quando do desligamento da condição de sócio da cooperativa.

Se, nas cooperativas por produto, a habilidade social de atores estratégicos foi importante para a constituição das mesmas, nas descentralizadas não foi diferente. E o resultado, é abertamente declarado pelos entrevistados: a satisfação com a cooperativa. Foi com a constituição das cooperativas descentralizadas que se conseguiu comercializar formalmente produtos processados das unidades agroindustriais dos agricultores e, por meio da ação governamental, o mercado institucional para agricultura familiar se abriu e as cooperativas souberam muito bem ocupar seus espaços.

Pode ser que mudanças na legislação brasileira em prol do empreendedorismo individual, sem a perda da condição de segurado especial da Previdência Social, acabem por enfraquecer a cooperação para a manutenção de cooperativas descentralizadas. Porém, enquanto a organização em cooperativas for um importante critério para a seleção de fornecedores nas chamadas públicas da alimentação escolar e do PAA, dificilmente esse quadro será alterado. Vale destacar que, mesmo havendo situações desfavoráveis aos agricultores familiares para serem sócios de sociedades mercantis, pelo menos dois sócios das cooperativas descentralizadas já possuíam empresas registradas e, mesmo assim, estavam satisfeitos com as cooperativas.

A partir dessas duas situações encontradas, em que os associados já estabeleceram suas próprias sociedades mercantis, apontamos isso como um caminho a ser trilhado por alguns associados às cooperativas descentralizadas e proprietários de agroindústrias. Isso, muito em função da necessidade de contratar mão de obra externa à família para colaborar nas atividades agroindustriais, ou mesmo, quando ocorre aumento significativo na produção agroindustrial, situações em que os agricultores poderiam passar a enxergar como mais atrativas a constituição de uma empresa individual.

No entanto, caso tenhamos associados que venham a desligar-se das cooperativas descentralizadas em função de condições melhores para o seu empreendimento enquanto sociedade mercantil, a cooperativa já terá contribuído substancialmente para essa família, pois terá sido por meio da cooperativa que o agricultor familiar descobriu outras possibilidades de renda, viu que existe um mundo de oportunidades a partir da formalização.

Também, devemos assinalar que, mesmo tendo ficado demonstrado ser a família a responsável pela produção, nos estabelecimentos dos sócios das cooperativas por produto e das descentralizadas, há uma tendência de diminuição do papel da família nessas relações de produção. Nas descentralizadas, isso ocorre em função da necessidade do aumento da mão de obra, além da familiar, para as atividades de industrialização. Já nas cooperativas por produto, saem pessoas da família para trabalhar fora da propriedade e aumentam os serviços realizados por terceiros, em função da alta mecanização utilizada na cultura do arroz, concomitante à baixa disponibilidade desse mesmo maquinário nos pequenos estabelecimentos. Dessa forma, encontramos nos modelos teóricos de formas de produção, especialmente no modelo de agricultura familiar moderna, descrito por Lamarche (1993, 1998), o indicativo dessa tendência em muitos países analisados pelo autor e seu grupo de pesquisadores. Nesse modelo, as famílias buscam autonomia para reduzir a sua dependência em relação ao mercado, no entanto, quando os agricultores estão trabalhando com *commodities*, como é o caso do arroz nas cooperativas por produto, mesmo que as cooperativas influenciem positivamente no mercado local, não conseguem reduzir a dependência ao modelo estandardizados.

Vale lembrar que muitas vezes as próprias cooperativas são colaboradoras desse processo de incentivo ao consumo dos pacotes tecnológicos, pois participam

ativamente, com suas lojas agropecuárias e pessoal de campo, na realização das vendas dos insumos que compõem esses “pacotes”.

Por fim, mais uma vez, reforçamos que as cooperativas agropecuárias tanto por produto como descentralizadas, quando comprometidas com seu quadro de sócios, como foram os exemplos aqui investigados, contribuem substancialmente para a reprodução social dos agricultores familiares. Nos aspectos sociais, a contribuição direta fica mais restrita às possibilidades de participação nos eventos de capacitação, ou mesmo em assembleias de cada cooperativa, assim colaborando para o aumento das relações sociais. Porém, percebemos que os entrevistados, especialmente aqueles que foram fundadores ou são filhos/netos dos fundadores, possuem um sentimento de “família” com a cooperativa. Assim, por exemplo, temos a “família Cooperja”, da qual cada sócio passa a ser um membro.

Esse sentimento de pertencimento, ou seja, de fazer parte de uma organização que é reconhecida na sua cidade ou região, seja em relação ao movimento econômico das cooperativas por produto, que, juntas (Cooperja e Coopersulca), superaram os R\$ 550.000,000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais) no ano de 2013, seja na diversidade e qualidade dos produtos agroindustrializados, que atendem a grande quantidade de turistas, entidades assistenciais por meio do mercado institucional e também do mercado local, é o que eleva a autoestima dos associados.

Também, por meio dos benefícios econômicos, já devidamente elencados, os agricultores familiares passam a ter melhores condições de consumo, quesito vital para sobreviver no sistema capitalista sem a necessidade de receber complementação de renda por parte do governo e, assim, buscar no passo seguinte a autorrealização. Além disso, não podemos deixar de destacar que a acumulação de recursos na conta capital é mais um grande benefício, pois “força” o agricultor a manter uma poupança, colaborando, assim, na sua educação financeira. Vale observar também que certos recursos adicionados na conta capital são provenientes dos resultados financeiros do que foi transacionado com a cooperativa, ou seja, da fidelidade do sócio com a sua cooperativa.

Por tudo o que foi apresentado, podemos afirmar, ao final desta investigação, que, se nossa reação ao sistema capitalista não consegue muda-lo, então, seguir o cooperativismo que seja comprometido com os seus princípios passa a ser a “brecha” para uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Ed. da Unicamp, 1998.

ABRANTES, P. Revisitando a teoria da reprodução: debate teórico e aplicações ao caso português. **Revista Análise Social**, v. 46, p. 261-281, 2011.

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-93, 1986.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Introdução crítica de José Augusto Guilhan Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. R.; REYS JR., E. O campo de estudo sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil. **RAC**, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 458-477, maio/jun. 2010. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br>>. Acesso em: 1º jul. 2013.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Estratégias e cooperativas agropecuárias**: um estudo analítico. Ribeirão Preto: USP, 2002. Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/~sigbial/inserrout2002/EstrategiasCooperativasSig2.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2013.

BIALOSKORSKI NETO, S. Virtual cooperatives in Brazil and the globalization process. **Journal of Rural Cooperation**, v. 29, n. 2, p. 153-165, 2001.

BORTOLOTTO, Z. H. **História de Nova Veneza**. Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1982.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. **Lei n. 4.504/64, que dispõe sobre o Estatuto da Terra**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 3 jul. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Cooperativismo**. Brasília: Mapa/SDC/Denacoop, 2008.

CARVALHO, T. M. de. **Coerção e consenso na Primeira República**: a Guerra do Contestado (1912-1916). 2009. 214 f. Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **A evolução do programa de aquisição de alimentos**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_02_09_48_13_artigo_1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2014.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Transparência pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

DA SILVA, M.; SILVA, S. P. Para além do acesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural. **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**, n. 49, p. 87-93, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

DORIGON, C. et al. Conhecimentos tradicionais no processamento de alimentos na agricultura familiar do oeste do estado de Santa Catarina-Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL: SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS, 6., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC/Cirad, 21 a 25 de maio de 2013.

ESTEVA, D. de O.; LANZARINI, J. J. S.; KULKAMP, P. R. Estudo de caso da cooperativa de produção agroindustrial dos agricultores familiares de Forquilha-SC. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 5, n. 2, p. 33-58, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ESTEVA, D. O.; MIOR, L. C. (Org.). **Inovações na agricultura familiar**: As cooperativas descentralizadas de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014.

FERRARI, D. L. et al. Agroindústrias familiares e construção social de mercados: situação atual e perspectivas a partir do Estado de Santa Catarina, Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL: SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS, 6., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC/Cirad, 21 a 25 de maio de 2013.

FERRARI, D. L.; **Relatório de demanda do PNAE nas principais cidades de Santa Catarina**: Projeto Nutre Mais Gestão. 2014. Trabalho apresentado no 2º Encontro de Cooperativas Familiares da Região Sul de Santa Catarina, Nova Veneza, 2014.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. In: MARTES, A. C. B. **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 69-106.

FNDE. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Programas**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 3 jun. 2014.

GHELLERE, R.; FIALHO, M. A. V.; MIOR, L. C. A nova geração de cooperativas da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina-Brasil. In: JORNADAS INTERDISCIPLINARIAS DE ESTUDIOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES, 8., 2013, Buenos Aires. **Anais eletrônicos...** Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas-UBA, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBO. **Escavação arqueológica em Laguna, Sul de SC, encontra 23 sepulturas**. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2012/10/escavacao-arqueologica-em-laguna-sul-de-sc-encontra-23-sepulturas.html>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

GODOY, M. R. A. **Robert Owen: fábrica, escola e autogestão administrativa**. 1987. 78 f. (Mestrado em Administração e Supervisão Educacional)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

HOLYOAKE, G. J. **Os 28 tecelões de Rochdale**. Tradução de Archimedes Tabora. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003029.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

ICA. INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE. **Co-operative, identity, values & principles**. 2013. Disponível em: <<http://ica.coop/en/what-co-op/co-operative-identity-values-principles>>. Acesso em: 4 jun. 2013.

KLAES, L. S. **Introdução ao cooperativismo**: livro didático. Palhoça, SC: Unisul Virtual, 2007. Disponível em: <<http://www.unisul.br>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: do mito à realidade**. Tradução de Frédéric Bazin. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1998. v. 2.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Tradução de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993.

LOUREIRO, M. R. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

MALUF, R. S. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 241-261.

MARCONDES, T. et al. **Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012. (Epagri. Documentos, 238).

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 45-67, out. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2013.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Chamamento público SDT/DIP 01/2013**: seleção pública de propostas de apoio a infraestrutura em territórios - Proinf 2013. Brasília: MDA, 2013.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento**. Chapecó: Argos, 2005.

MÜLLER, G. Cotrijuí: tentativa de criação de um conglomerado de capital. In: LOUREIRO, M. R. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 97-132.

MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ. **História**. Disponível em: <<http://www.ararangua.sc.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. (Org.). **Geografia agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-269.

NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação do final dos anos 60/início dos anos 70: o nascimento do paradigma da reprodução. **Em Aberto**, n. 46, p. 49-58, abr./jun. 1990.

OCB. ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. **Apresentação institucional**: sistema cooperativista. Brasília: OCB, 2011. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

OCB. ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. **Cooperativismo**. Brasília: OCB, 2013. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

OLIVEIRA, M. C. C. de. **Diversidade socioambiental e as dinâmicas das relações sociedade-natureza em área de fronteira agrária na Amazônia oriental**. 2009. 303 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PIANCENTINI, E. Entenda o Maio de 68 francês. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.folhaonline.com>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

PIAZZA, W. F. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINHO, D. B. (Org.). **As grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro**: avaliação do cooperativismo e modernização da agricultura cooperativista. Brasília: OCB/Coopercultura, 1991. v. 2.

PORTAL DE COMPRAS. **Processos em publicação**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <<http://www.portaldecompras.sc.gov.br/index.php?cdo=4501>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

PREFEITURA DE LAGUNA. **História**. Disponível em: <<http://www.laguna.sc.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Parceres AJ/SMPE n. 13/2014**. Brasília: Secretaria da Micro e Pequena Empresa/Assessoria Jurídica, 2014. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/site2011/wp/wp-content/uploads/2014/02/PARECER-AJ-SMPE-13-2014.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2014.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Benefícios da Previdência Social**. Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br>>. Acesso em: 1º set. 2013.

QUARTIERO, E. M. **Dicionário-verbetes**: trabalho docente cooperativo. Belo Horizonte: Gestrado-UFMG, 2013. Disponível em: <<http://www.gestrado.org>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

REUNIÃO TÉCNICA DA CULTURA DO ARROZ IRRIGADO (29., 2012, Gravatal, SC). **Arroz irrigado**: recomendações técnicas da pesquisa para o Sul do Brasil. Itajaí, SC: Sosbai, 2012.

RIOS, G. S. L. Cooperativas e tipos de cooperativas no Brasil. **Revista Conceitos**, João Pessoa, v. 8, n. 15, p. 113-119, 2009.

ROCHDALE PIONEERS MUSEUM. **La cuna de la cooperación**. Rochdale, Inglaterra, 2013. Disponível em: <<http://www.rochdalepioneersmuseum.coop>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

RODRIGUES, R. Avaliação do cooperativismo brasileiro. In: PINHO, D. B. (Org.). **As grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro**: avaliação do cooperativismo e modernização da agricultura cooperativista. Brasília: OCB/Coopercultura, 1991. v. 2, p. 17-81.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: MacGraw-Hill, 2006.

SANTA CATARINA. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina: safra 2012-2013**. Florianópolis: Epagri, 2014.

SCARABELOT, M. **Construção de cadeias agroalimentares curtas e papel dos atores em Nova Veneza, SC**. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M. R. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-42.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, J. O.; LAUSCHNER, R. Tendências do cooperativismo brasileiro (1980). In: PINHO, D. B. (Org.). **As grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro: avaliação do cooperativismo e modernização da agricultura cooperativista**. Brasília: OCB/Coopercultura, 1991. v. 2, p. 335-369.

SOUZA E SILVA, C. W. Importância histórico-social do cooperativismo (1956). In: PINHO, D. B. (Org.). **As grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro: avaliação do cooperativismo e modernização da agricultura cooperativista**. Brasília: OCB/Coopercultura, 1991. v. 2, p. 181-204.

STEFANSON, B.; FULTON, M. E.; HARRIS, A. **New generation co-operatives: rebuilding rural economies**. Saskatoon-Canada: Center for the Study of Co-operative - University of Saskatchewan, 2005.

UNICAFES. UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Quem somos**. 2013. Disponível em: <<http://www.unicafes.org.br>>. Acesso em: 1º jul. 2013.

VAN DER PLOEG, J. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p. 13-56.

VIEIRA, L. M. **Arroz: safra catarinense caminhando para o final da colheita (11/04/2014)**. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2014. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

WORTMANN, E. F. Os colonos do sul. In: **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. da UnB, 1995. p. 97-214.

ANEXO

Anexo A – Os pioneiros de Rochdale

Original Members of the Rochdale Equitable Pioneers Society Limited

This chart was revised and compiled by
Dorothy Greaves,
from a chart originally devised by J F Schill Laah Copes and
G E Crossley.

Name:	Occupation in 1844:	Persuasion:	Died:	Aged:	Buried:
Miles Ashworth	Flannel Weaver (later Watchman)	Chartist	13 April 1868	76	Rochdale Cemetery
Samuel Ashworth	Flannel Weaver	Chartist	2 February 1871	46	Rochdale Cemetery
James Bamford	Shoe Maker	Congregationalist	22 March 1879	54	Smallbridge Church
John Bent	Tailor	Socialist	25 March 1894	77	Rochdale Cemetery
David Brooks	Block Printer	Chartist	24 November 1882	79	Milnrow Parish Church
John Collier	Engineer	Socialist	24 November 1883	75	Rochdale Cemetery
William Cooper	Flannel Weaver	Socialist	31 October 1868	46	Rochdale Cemetery
James Daly	Joiner	Socialist	29 December 1849	37	SS Transit Mid Atlantic
John Garside	Cabinet Maker	Socialist	29 October 1862	63	Rochdale Cemetery
George Healey	Silk Manufacturer	Socialist	27 December 1899	82	Bowness Cemetery, Windmere
John Hill	Carpenter	Unitarian	23 December 1899	85	Rochdale Cemetery
John Holt	Slubber	Chartist	3 April 1852	74	Rochdale New Burial Ground
Charles Howarth	Warper (later Manufacturer of Washing Soda)	Socialist	25 June 1868	54	Heywood Cemetery
Benjamin Jordan	Pattern Maker (later Inn Keeper)	Chartist	16 July 1904	79	Rochdale Cemetery
John Kershaw	Collier	Chartist	9 November 1893	75	Whitwood Cemetery, Normanton
James Maden	Flannel Weaver	Chartist	25 October 1873	70	Bacup Cemetery
William Mallalieu	Woollen Waste Worker (later Book Keeper)	Socialist	14 June 1863	67	Dean Head Cemetery, Ripponden
James Manock	Flannel Weaver	Chartist	25 March 1877	79	St. Clements Church
Benjamin Rudman	Flannel Weaver (later Scotch Draper)	Chartist	19 April 1876	63	Rochdale Cemetery

John Scowcroft	Hawker	Unitarian	11 March 1870	85	Rochdale Cemetery
Joseph Smith	Woolsorter	Socialist	16 November 1888	65	Nantwich Cemetery
James Smithies	Woolsorter (later Owner of Wool Sorting Business)	Socialist	27 May 1869	50	Rochdale Cemetery
James Standring	Flannel Weaver	Socialist	18 June 1872	68	Rochdale Cemetery
Robert Taylor	Flannel Weaver	Socialist	27 July 1877	77	Rochdale Cemetery
William Taylor	Power Loom Overlooker	Socialist	15 July 1854	40	Rochdale New Burial Ground
James Tweedale	Clogger	Socialist	1 June 1886	67	Rochdale Cemetery
Samuel Tweedale	Emigrated to New Zealand and then to Australia				
James Wilkinson	Shoe Maker	Unitarian	9 May 1858	71	Rochdale Cemetery

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro da entrevista com cooperados

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

Título da Pesquisa: **Redes de cooperação da agricultura familiar do sul de Santa Catarina**

Questionário semiestruturado

Nome: _____ Data: ___/___/___

Município: _____

Cooperativa: _____

1 Da família

1.1 Características da família residente no estabelecimento

Nome (iniciais)	Idade	Sexo M/F	Escolaridade (A)	Estado civil (B)	Grau de parentesco com o entrevistado (C)	Dedicação às atividades do estabelecimento (D)

(A)
1 Sem idade escolar
2 Ensino Fundamental incompleto
3 Ensino Fundamental completo
4 Ensino Médio incompleto
5 Ensino Médio completo
6 Ensino Superior incompleto
7 Ensino Superior completo

(B)
1 Casado
2 União estável
3 Solteiro
4 Viúvo
5 Divorciado

(C)
1 Entrevistado
2 Cônjuge
3 Filho/filha
4 Genro/nora
5 Neto/neta
6 Pai/mãe
7 Irmão/irmã
8 Sogra/sogra

(D)
1 Trabalha em tempo integral
2 Trabalha em tempo parcial
3 Trabalha no estabelecimento e estuda
4 Não trabalha no estabelecimento
5 Não trabalha porque é inválido ou port. de necessid. especiais
6 Somente estuda
7 Idoso (> 65 anos)

1.2 Aqueles que não possuem dedicação exclusiva no estabelecimento (itens 2 e 4 da letra E) que outras atividades desenvolvem e em que local?

1.3 Tem filhos morando fora do estabelecimento? 1 () Sim 2 () Não

Se a resposta for sim, responda ao quadro abaixo.

Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Estado civil	Atividade que desempenha

1.4 Quais os principais eventos e com que frequência você e sua família participam deles? (seguir a relação dos residentes no estabelecimento)

Nome	Evento ¹ e Frequência ²

¹ 1- Festa comunitária; 2- Encontro religioso (missa, culto etc.); 3- Reunião técnica; 4- Clube de mães; 5- Encontro da terceira idade; 6-Outros. Quais?

² A- Semanalmente; B- A cada duas semanas; C- Mensalmente; D- A cada dois meses; E- A cada três meses; F- A cada seis meses; G- Anualmente.

1.5 De que eventos organizados pela cooperativa você e sua família participam e com que frequência?

1.6 Qual a imagem que você tem de si mesmo enquanto agricultor familiar?

1.7 Existe algum membro da família que você prevê que continuará a trabalhar em seu estabelecimento depois que o Senhor não puder mais trabalhar nele?

() Sim () Não () Não sabe/não respondeu

1.7 Que futuro deseja para seus filhos? Que continuem as atividades na agricultura/agroindústria ou busquem alternativa no meio urbano? Fale mais sobre isso.

2 Do estabelecimento

2.1 Tamanho total do(s) estabelecimento(s)

Área total	Área (ha)			Outra forma
	Própria	Em parceria		
		De terceiro	Para terceiro	

2.2 Como você obteve suas terras – área própria? (Indicar ao lado a quantidade em hectares) quantidade de área

- () Através de herança -----
 () Compra de parente -----
 () Compra de terceiros -----
 () Através de doação -----

2.3 Atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento

Produto	Área		Produção	UN	Receita bruta (R\$)	Destino da produção (C.C.)*					
	Própria	De terceiros				CC	%	CC	%	CC	%

2.4 Atividades agroindustriais desenvolvidas no estabelecimento

Produto	UN	Produção	Receita bruta (R\$)	Destino da produção (C.C.)*							
				CC	%	CC	%	CC	%	CC	%

*C.C.: Canais de comercialização: 1- Cooperativa; 2- Mercado Institucional (Prefeituras, PAA e Pnae); 3- Pequenos mercados, mercearias e lojas especializadas no município; 4- Supermercados; 5- Indústria (engenhos de arroz particulares etc.); 6- Intermediário; 7- Direto ao consumidor (em casa); 8- Direto ao consumidor (feira livre); 9- Fumageira; 10- Outro. Qual?

2.5 Faz uso de mão de obra não familiar no estabelecimento/empreendimento?

() Sim () Não

Se a resposta for sim, a mão de obra é () temporária ou () permanente? Além disso, para qual atividade e quantos dias por ano (quando for temporário)?

2.6 Faz uso de crédito rural? () Sim () Não

Se respondeu sim, para () custeio ou () investimento? Fale da regularidade, qual atividade e qual a importância do crédito rural para o seu estabelecimento?

2.7 Qual o grau de satisfação com as atividades que você desenvolve?

1 () Muito satisfeito; 2 () Satisfeito; 3 () Pouco satisfeito; 4 () Insatisfeito

Se respondeu 3 ou 4, quais as razões?

3 Da cooperativa

3.1 O que você entende por cooperativismo?

3.2 Há quanto tempo que você é associado à cooperativa? ____anos.

3.3 O que lhe motivou a se associar?

3.4 Qual o grau de satisfação com a cooperativa de que você participa?

1 ()Muito satisfeito; 2 ()Satisfeito; 3 ()Insatisfeito; 4 ()Muito insatisfeito

Se respondeu 3 ou 4, quais as razões?

3.5 Você participa das Assembleias Gerais? ()Sim ()Não

Se participa, já chegou a opinar na A.G.? Caso não participa ou participa mas não opina, quais as razões?

3.6 Qual a importância econômica da cooperativa para a sua família? Por quê?

3.7 Qual a importância social da cooperativa para a sua família? Por quê?

3.8 Quais os serviços ofertados pela cooperativa que vocês utilizam?

() Assistência técnica

() Serviços contábeis

() Venda de insumos

() Beneficiamento

() Armazenagem

() Outros. Quais? _____

3.9 Caso tenha respondido que não comercializa toda a produção via cooperativa (para a atividade cujo produto a cooperativa industrializa) no item 2.3, questionar quais as razões. (**específico para cooperados das cooperativas por produto**)

3.10 Dos produtos para os quais sua cooperativa é responsável juridicamente (possui contrato de comodato do empreendimento), a produção é toda comercializada por meio da cooperativa? ()Sim ()Não (**específico para cooperados das cooperativas descentralizadas**)

Se respondeu não, quais as razões?

Apêndice B – Roteiro da entrevista com dirigentes de cooperativas

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

Título da Pesquisa: **Redes de cooperação da agricultura familiar do sul de Santa Catarina**

Questionário semiestruturado

Nome: _____ Data: ___/___/___

Questionário n° _____

Município: _____

Cooperativa: _____

1 Do dirigente

1.1 Características do dirigente

Idade	Sexo M/F	Escolaridade (A)	Estado civil (B)	Tempo dedicado às atividades da cooperativa (%)

(A)
1 Sem idade escolar
2 Ensino Fundamental incompleto
3 Ensino Fundamental completo
4 Ensino Médio incompleto
5 Ensino Médio completo
6 Ensino Superior incompleto
7 Ensino Superior completo

(B)
1 Casado
2 União estável
3 Solteiro
4 Viúvo
5 Divorciado

1.2 Qual a função exercida?

1.3 Essa função é remunerada? ()Sim ()Não

1.4 Está nessa função há quanto tempo (em anos e mandato)?

1.5 O que você entende por cooperativismo?

2 Da cooperativa

2.1 Qual o ano de constituição da cooperativa?

2.2 O que motivou a constituição desta cooperativa?

2.2 Qual o número de associados?

2.3 Esta cooperativa possui filial? () Sim () Não
Se respondeu sim, quantas?

2.4 Qual a abrangência da atuação com os cooperados desta cooperativa?
() Municipal () Regional () Estadual () Interestadual

2.5 A cooperativa é filiada à Ocesc? () Sim () Não
Se a resposta for negativa, qual a razão?

2.6 Qual a função da cooperativa na sociedade?

2.7 Quais serviços a cooperativa oferece aos seus associados?

2.8 Há problemas de infidelidade nas transações da produção dos cooperados com a cooperativa? () Sim () Não
Se respondeu sim, em que isso interfere na cooperativa e o que a direção tem feito para minimizar esses problemas?

2.9 Fale como é a participação dos cooperados nas Assembleias Gerais (presença, intervenção etc.).

2.10 Quais são as maiores dificuldades que a cooperativa tem enfrentado e como essas dificuldades podem prejudicar sua continuidade no mercado? E o que está sendo feito para resolver ou minimizar essas dificuldades?